

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Sábado, 18, Domingo, 19 e Segunda-Feira, 20 de abril de 2026 | edição nº 1511

R\$ 2,50

DÓLAR E BOLSA RECUAM COM ACORDO ENTRE EUA E IRÃ EM FOCO; PETROBRAS TOMBA 5%

O dólar caiu 0,18% nesta sexta-feira (17) e encerrou a semana cotado a R\$ 4,983, com investidores reagindo à possibilidade de Estados Unidos e Irã chegarem a um acordo de paz ao longo do final de semana.

A moeda chegou a tocar a mínima de R\$ 4,950 logo no início da sessão, embalada pelo otimismo em relação a uma trégua e pelo anúncio de reabertura do Estreito de Hormuz, via marítima no centro da crise energética causada pela guerra no Oriente Médio.

O alívio nos gargalos do estreito desencadeou um tombo de mais de 10% nos preços do petróleo Brent, referência internacional, e enfraqueceu a moeda nor-

te-americana globalmente.

Por outro lado, a queda da commodity pressionou o setor petroleiro na Bolsa, que fechou com perdas de 0,55%, a 195.733 pontos.

"Por um lado, o enfraquecimento do dólar tende a beneficiar o real, assim como outras moedas emergentes e ativos de maior risco, como ações. Por outro, a queda nos preços do petróleo pressiona papéis de empresas como a Petrobras e demais companhias ligadas a commodities energéticas, que vinham oferecendo suporte relevante ao real desde o início do conflito", afirma Lucca Bezzon, especialista em inteligência de mercado da Stonex.

"Ou seja, há forças opo-

tas atuando no mercado. Esse movimento limita o avanço da moeda brasileira e também impacta negativamente o Ibovespa."

O petróleo Brent chegou a ser negociado abaixo do patamar de US\$ 90 - o menor valor em mais de um mês.

O anúncio de reabertura de Hormuz, via por onde passam 20% da produção mundial de petróleo e gás natural liquefeito, veio ainda pela manhã, no horário de Brasília. "A passagem de todos os navios comerciais pelo estreito de Hormuz foi declarada totalmente aberta para o período restante do cessar-fogo", afirmou Abbas Araghchi, chanceler do Irã, em post na rede social X.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Preço do petróleo cai abaixo de US\$ 90 e tem menor valor em um mês após Irã anunciar reabertura de Hormuz

É melhor fazer a declaração do IRPF completa ou simplificada?



Lula usa fim da escala 6x1 e crítica a bets para se aproximar de evangélicos e conservadores

Economista próximo a Flavio sugere reformas pró-mercado e foco fiscal

Volume global de fertilizantes em risco equivale a consumo do Brasil no ano



NO MUNDO

Libaneses voltam para casa após início de cessar-fogo, e Trump diz ter proibido novos ataques de Israel



Pessoas deslocadas pela guerra no Líbano começaram a voltar, nesta sexta-feira (17), a cidades e bairros devastados pela guerra. Muitas encontraram suas casas destruídas e evitaram permanecer por medo de que o cessar-fogo entre Hezbollah e Israel fracasse.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi às redes sociais nesta sexta afirmar que proibiu Israel de bombardear o país vizinho. "Já chega", escreveu ele. No dia anterior, o republicano anunciou um acordo de cessar-fogo de dez dias entre Beirute e Tel Aviv, mas que autoridades dos dois lados ameaçaram romper em caso de violações.

A trégua entrou em

vigor à meia-noite de sexta-feira (17) no horário do Líbano (18h de quinta em Brasília). O Exército libanês denunciou supostos descumprimentos por parte do governo de Binyamin Netanyahu horas após o início do acordo e pediu aos cidadãos que adiem o retorno a vilarejos do sul.

Já Netanyahu afirmou, em um pronunciamento televisionado, que o país "não terminou o trabalho" contra o Hezbollah. "Ainda não concluímos o trabalho. Há coisas que planejamos fazer para enfrentar a ameaça remanescente de foguetes e drones", disse o premiê.

O vídeo foi televisionado antes da mensagem de Trump dando um basta às ofensivas israelenses. Mais

cedo, o ministro da Defesa israelense, Israel Katz, já havia afirmado que a operação militar no Líbano "não terminou".

A guerra começou quando Estados Unidos e Israel atacaram o Irã em 28 de fevereiro. O Líbano foi arrastado pelo conflito após Hezbollah, aliado de Teerã, lançar foguetes contra o território israelense em 2 de março.

Na manhã desta sexta, um engarrafamento se formou na ponte de Qasmiyeh, que liga a região de Tiro, no sul do Líbano, ao restante do país. A ponte sofreu danos na quinta-feira devido a ataques israelenses, mas o Exército fez os reparos necessários para permitir o tráfego de veículos. Folhapress

Petroleiros do Irã furam bloqueio americano, diz monitor marítimo

Três petroleiros iranianos conseguiram furar o bloqueio naval imposto pelos Estados Unidos, levando 5 milhões de barris de óleo para fora do golfo Pérsico na quarta-feira (15).

A informação é da consultoria Kpler, referência no monitoramento de tráfego marítimo, e foi revelada pela agência France Presse nesta sexta (17). Até a quinta (16), a Marinha dos EUA dizia que nenhum navio sob as restrições do bloqueio havia passado por suas forças no golfo de Omã, e que 13 haviam dado meia-volta.

O embargo começou na segunda (13), após ordem do presidente Donald Trump para pressionar a posição do Irã nas travadas negociações de paz entre os dois países EUA e Israel travaram uma guerra de cinco semanas com a teocracia que desde o dia 7 está em cessar-fogo, que expira na próxima terça (21).

Já chanceler do Irã, Abbas Araghchi, disse nesta sexta no X que o trânsito de navios está liberado pelas rotas indicadas pelo país durante o cessar-fogo. Resta combinar com os americanos, mas o mercado de petróleo se animou: os preços do barril referencial Brent caíram 10%, para em torno de US\$ 90.

Pela medida, quaisquer embarcações indo ou vindo de portos iranianos não poderiam deixar o golfo. Os navios que a Kpler conseguiu localizar deixando a área são petroleiros de grande capacidade e que já estavam sob embargo dos EUA. Não se sabe o destino do Deep Sea, do Sonia 1 e do Diona, embora provavelmente eles se dirijam à China, que em 2025 teve no Irã o seu terceiro maior fornecedor de petróleo. Os navios estão com seus sistemas de posicionamento por satélite desligados, o que torna sua localização difícil. Folhapress

Irã e Trump dizem que Hormuz está aberto, e EUA mantém bloqueio



Em um arranjo para fazer avançar as negociações de paz entre Estados Unidos e Irã, a teocracia e o presidente Donald Trump disseram nesta sexta-feira (17) que o trânsito de embarcações pelo estreito de Hormuz está liberado.

O anúncio foi feito inicialmente no X pelo chanceler Abbas Araghchi, antes da provável nova rodada de negociações entre os rivais no Paquistão. Só que a postagem inclui um detalhe não trivial: o ministro afirma que o tráfego é livre pelas rotas estabelecidas pelo Irã, algo que os Estados Unidos não aceitam.

Trump, ávido para deixar

o terreno pantanoso em que se colocou com a guerra, imediatamente postou na rede Truth Social uma comemoração e agradeceu o Irã. Ele disse, contudo, que o bloqueio naval americano continuará valendo para navios com petróleo do país persa enquanto um acordo não estiver fechado.

Logo depois, completou dizendo que o Irã se comprometeu a não mais fechar Hormuz e que "a situação acabou". Segundo Trump, as minas colocadas pela teocracia no estreito "foram removidas ou estão sendo removidas" de forma conjunta pelos dois países, algo que Teerã não comentou.

O mercado de petróleo

se animou: os preços do barril referencial Brent caíram 10%, para em torno de US\$ 90, o menor valor em um mês. O bom-humor veio também com outra frente de tensão. Comentando o cessar-fogo iniciado na quinta-feira (16) entre Israel e o Líbano, que na prática é entre o Estado judeu e o grupo pró-Irã Hezbollah, o presidente americano disse que Tel Aviv "não vai mais bombardear" o vizinho.

"Eles estão PROIBIDOS de fazê-lo pelos EUA. Já chega!!! Obrigado", escreveu com as usuais maiúsculas e com um tom que não deverá agradar seu único aliado na guerra lançada no fim de fevereiro contra Teerã. Folhapress

**DATA
MERCANTIL** São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Preço do petróleo cai abaixo de US\$ 90 e tem menor valor em um mês após Irã anunciar reabertura de Hormuz



O anúncio do Irã que irá reabrir o estreito de Hormuz levou o preço do petróleo a desabar e ficar abaixo de US\$ 90 nesta sexta-feira (17) pela primeira vez em mais de um mês.

O ministério de Relações Exteriores do Irã anunciou nesta manhã (horário de Brasília) a reabertura do trânsito marítimo por onde passa 20% da produção mundial de petróleo e gás.

Minutos depois, o preço do barril Brent, referência mundial, passou a desabar e atingiu US\$ 89,17 às 10h30 (horário de Brasília), uma queda de cerca de 10%, em seu menor valor desde 11 de março, quando foi vendido a US\$ 86,24.

Além do anúncio iraniano, os investidores estão

otimistas com a possibilidade de novos encontros entre negociadores de EUA e Irã neste fim de semana para buscar um acordo de paz.

O presidente do EUA, Donald Trump, afirmou nesta sexta-feira que confiava em um acordo entre as duas partes após Israel e Líbano anunciarem nessa quinta-feira (16) um cessar-fogo por dez dias.

Os ataques israelenses ao território libanês ameaçaram o cessar-fogo de duas semanas entre norte-americanos e iranianos anunciado em 7 de abril. Horas depois do anúncio, Israel bombardeou regiões do Líbano, o que levou o Irã a impedir o tráfego no estreito de Hormuz e revidarem os ataques.

Na abertura da sessão, a negociação do petróleo

ficou em torno de US\$ 98, chegou a US\$ 98,96 às 4h30, mas passou a cair a partir das 6h com as novas declarações de Trump. A queda se acentuou a partir das 9h, com o anúncio iraniano sobre Hormuz.

Horas antes, Reino Unido e França anunciaram que estavam trabalhando em um plano com outros países para viabilizar a reabertura do estreito de Hormuz.

O petróleo WTI (West Texas Intermediate), usado nos EUA, acompanhou o movimento de queda.

"Uma resolução (de paz) é mais provável do que improvável nas próximas semanas, mesmo que o caminho não seja linear", escreveram analistas do Deutsche Bank.

Folhapress

Quase 25% de capitais e estados dificultam acesso a dados de salários de servidores

Cerca de um quarto (23%) das capitais e estados impõe barreiras tecnológicas à extração de dados de remuneração de servidores, o que, na prática, inviabiliza a análise dessas informações, afirma a Transparência Brasil, que realizou um levantamento sobre o tema em conjunto com a República.org.

As entidades analisaram os portais de transparência dos estados, do Distrito Federal e das capitais. Foram coletados contracheques de todos os meses de 2024 em portais de transparência, bases de dados abertos ou APIs de cada ente, quando disponíveis, com possibilidade de download direto.

As remunerações de servidores do Executivo dos 26 estados, do Distrito Federal e das 26 capitais estão disponíveis. O problema, segundo os pesquisadores, são barreiras tecnológicas que dificultam a extração dos dados.

Entre os obstáculos mais comuns estão a ausência de download completo das bases, falta de acesso via

API (acesso automatizado aos dados), exigência de identificação do usuário e uso de captcha, que impede a coleta automatizada. Também são frequentes casos em que os dados só podem ser acessados mediante filtros é preciso selecionar órgão por órgão para obter as informações, o que dificulta o trabalho de análise.

Na prática, isso impede que os dados sejam baixados de uma só vez em planilhas como Excel ou Google Sheets e utilizados em ferramentas de análise como R, Python, Stata ou Power BI.

Não há obrigação legal que determine o formato em que as informações devem ser disponibilizadas. Ainda assim, para a Transparência Brasil, o problema vai além de uma questão operacional, já que essas barreiras limitam o controle social.

"Entendemos que pode ser uma questão de falta de orientação com relação à transparência, uma interpretação de que só dar publicidade já seria suficiente", diz Bianca Berti, analista sênior da entidade. Folhapress

É melhor fazer a declaração do IRPF completa ou simplificada?



Na hora de prestar contas com a Receita Federal, uma dúvida é comum a milhões de brasileiros: qual o melhor modelo de declaração para pagar menos imposto ou aumentar a restituição?

A decisão entre o desconto simplificado e o modelo por deduções legais pode fazer uma grande diferença no seu bolso.

"A declaração completa é ideal para as pessoas que têm muitas despesas dedutíveis na área de saúde, educação, previdência privada e dependentes. Permite que eu detalhe todas as minhas despesas. Na declaração simplificada, aplica o desconto padrão de 20%, sem necessidade de comprovação das minhas despesas. É indicada para pessoas que têm pouca

despesa dedutível", explica o professor de ciências contábeis da Faculdade Anhanguera, Gilder Daniel Torres.

Para quem opta pelo modelo completo, as despesas com educação são um pilar importante, mas exigem atenção aos detalhes.

O abatimento vale para mensalidades escolares, graduação e cursos técnicos, mas deixa de fora o material escolar e os cursos de idiomas.

Agora, se o seu gasto foi com saúde, o cenário é outro: não existe limite de valor para a dedução. Mas cuidado com as exclusões.

Procedimentos puramente estéticos, compra de medicamentos em farmácias ou gasto com acompanhantes em hospitais não dão direito ao abatimento.

A melhor estratégia para o contribuinte é testar os dois modelos, simplificado e completo.

"Utilizar seus gastos com saúde, educação, colocar seus dependentes na declaração. Gastos com médicos, dentistas, hospitais, plano de saúde, podem ser deduzidos sem limites, desde que comprovados os gastos com dependentes. A educação, desde que respeitado o limite anual. Também é possível utilizar os gastos com seus dependentes", orienta a professora Ahiram Cardoso.

Já o especialista Paulo Pêgas, vice-presidente de controle interno do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ), dá uma dica importante para não errar na escolha final. ABR

POLÍTICA

Lula usa fim da escala 6x1 e crítica a bets para se aproximar de evangélicos e conservadores



O presidente Lula (PT) e seu entorno têm usado dois dos principais assuntos da política na atualidade para tentar se aproximar de grupos evangélicos e conservadores a cerca de seis meses da eleição. Em ao menos um desses casos, o discurso que mira conservadores foi parcialmente construído em discussões internas do governo.

Os temas são as plataformas de apostas online, conhecidas como bets, e o fim da escala de seis dias de trabalho semanais por um de descanso. Os assuntos, que têm aparecido com frequência nas falas de governistas, serviram de gancho para mensagens mirando conservadores e evangélicos nos últimos dias.

Na terça-feira (14), Lula criticou as bets em entrevista

ta aos sites Brasil 247, DCM e Revista Fórum, colocando-se na discussão como um cristão o presidente da República é católico. O chefe do governo e seu grupo político colocam parte da culpa pelo aumento no endividamento da população nas apostas online.

O presidente disse que a população tem tido despesas que, no passado, não existiam. "E agora tem as bets para assaltar o povo", declarou o petista. "Nós brigamos a vida inteira contra cassino, eu pelo menos, como cristão, agora o cassino está dentro da sua casa", afirmou o presidente.

Uma semana antes, o chefe do Executivo havia dito que, se dependesse dele, as bets seriam fechadas. "Se fazem tão mal, por que a gente não acaba? Estamos tentando

discutir isso", afirmou.

Na mesma entrevista de terça, Lula afirmou que tinha o "compromisso moral, ético e até cristão de não permitir que os fascistas voltem a governar". O petista falou sobre o assunto para tentar encerrar as especulações de que poderia não ser candidato a reeleição.

Na quarta (16), quem fez aceno a conservadores foi o ministro da Secretaria-Geral, Guilherme Boulos. Ele tocou no assunto enquanto divulgava o envio de um projeto de lei ao Congresso para acabar com a escala de trabalho 6x1.

Boulos associou o projeto à defesa da família, uma pauta cara a conservadores. A possibilidade de fazer essa associação foi percebida por integrantes do governo em discussões internas sobre o tema.

Folhapress

Motta diz que apoia derrubada de vetos de Lula ao projeto da redução de penas do 8/1

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou nesta sexta-feira (17) que espera que o veto do presidente Lula (PT) ao projeto de lei que diminui as penas dos condenados por golpe de Estado seja derrubado. Isso pode levar à diminuição das penas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), hoje em prisão domiciliar.

A afirmação foi feita em entrevista à GloboNews nesta manhã. Para Motta, a derrubada do veto é necessária "para que justamente possamos virar essa página, esse capítulo triste da história do nosso país".

A sessão que analisará os vetos ao projeto da dosimetria foi marcada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para quinta-feira (30), após pressão dos bolsonaristas.

O projeto da dosimetria foi aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro. A proposta diz que as penas pelos crimes de golpe de Estado e abolição violenta

do Estado democrático de Direito não devem ser aplicadas de forma cumulativa quando inseridas no mesmo contexto. O texto diz que deve ser aplicada a pena mais grave entre os dois, aumentando a punição de um sexto à metade.

O texto prevê ainda redução de pena de um a dois terços para os crimes de tentativa de golpe ou abolição quando eles tiverem sido praticados em contexto de multidão. Além disso, fixa o menor tempo possível de cumprimento da pena para progressão de regime para esses crimes, um sexto, independentemente de reincidência ou do uso de violência ou grave ameaça.

O projeto reduz tanto as penas totais quanto o tempo mínimo em regime fechado de condenados da trama golpista e do 8 de Janeiro. A proposta pode reduzir o tempo de Jair Bolsonaro em regime fechado do intervalo atual de 6 a 8 anos para algo entre 2 anos e 4 meses e 4 anos e 2 meses, a depender da interpretação.

Folhapress

Economista próximo a Flávio sugere reformas pró-mercado e foco fiscal



O ex-ministro de Minas e Energia do governo Jair Bolsonaro, Adolfo Sachsida, divulgou um texto nesta sexta-feira (17) em sua conta da plataforma Substack no qual propõe uma "estratégia moderna de crescimento" para o Brasil baseada em quatro pilares: responsabilidade fiscal, reformas pró-mercado, fortalecimento institucional e integração à economia global.

A publicação ocorre em meio à formulação do plano de governo do pré-candidato a presidente pelo PL (Partido Liberal), senador Flávio Bolsonaro. A coordenação da campanha de Flávio, porém, informou à CNN que não se trata do programa de governo, mas admite que Sachsida é um

dos que têm sido ouvidos para o programa.

De acordo com Sachsida, "o Brasil enfrenta hoje um desafio que exige clareza de diagnóstico, responsabilidade fiscal e compromisso inequívoco com as instituições". "Primeiro, responsabilidade fiscal permanente. O equilíbrio das contas públicas deve ser um compromisso de Estado, não de governo. Isso implica revisar despesas, aumentar a eficiência do gasto público e estabelecer âncoras fiscais críveis, transparentes e verificáveis. Segundo, reformas pró-mercado voltadas ao aumento da produtividade. Isso inclui a redução gradual da carga tributária sobre produção e investimento, a simplificação regulatória, a eliminação de subsídios ine-

ficientes e o fortalecimento da concorrência em todos os setores da economia", afirmou Sachsida em seu texto.

Sachsida também apontou a necessidade de fortalecimento institucional e integração da economia brasileira à global.

"Terceiro, fortalecimento institucional. O respeito às instituições, a autonomia técnica dos órgãos econômicos e a previsibilidade das decisões regulatórias são elementos centrais para a formação de expectativas positivas e para a redução do risco-país. Economias que crescem de forma sustentada são aquelas que protegem contratos e valorizam a estabilidade institucional. Quarto, integração competitiva à economia global.", completou.

CNN



AGRONEGÓCIO

Confederação do agronegócio pede ao STF suspensão de bloqueio de crédito rural a desmatadores



A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) abriu uma ação no STF para pedir a suspensão de uma norma financeira que bloqueia o acesso a crédito rural por propriedades com desmatamento.

Desde o último dia 1º, o CMN (Conselho Monetário Nacional), composto pelo Banco Central e pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, passou a exigir que bancos verifiquem se houve corte de vegetação em propriedades rurais após julho de 2019. A checagem será baseada no sistema Prodes, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que mede a taxa

anual de desmate no Brasil. Caso seja encontrado corte de vegetação, o proprietário deverá mostrar documentos que comprovem a autorização para a derrubada antes de obter o financiamento. A norma também veda a concessão de crédito a produtores que usam o recurso para qualquer desmatamento, mesmo que permitido por lei. A ação da CNA, apresentada nesta quarta-feira (15), diz que a mudança é uma "medida presumida e antecipatória de culpa, permitindo que o produtor rural demonstre sua regularidade somente após penalizado". A ação, chamada Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), foi encaminhada ao

ministro Gilmar Mendes.

"Todos os normativos, sob um pretexto equivocado de proteção ambiental, expurgam dos produtores a presunção de inocência, o direito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, culminando na desconsideração do direito de propriedade", afirma o texto.

A CNA argumenta que a demora na análise das provas apresentadas pelo produtor pode afetar safras porque as operações têm períodos curtos de contratação. "Inviabilizar o acesso ao crédito, sem ao menos estabelecer prazo específico e peremptório para a análise das justificativas, é antecipar uma culpa que sequer pode existir." Folhapress

Volume global de fertilizantes em risco equivale a consumo do Brasil no ano



A soma de efeitos da guerra no Oriente Médio e entre Rússia e Ucrânia coloca em risco um volume de 33,8 milhões de toneladas de fertilizantes básicos para nutrição da agricultura. O valor corresponde a tudo que o Brasil consome em um ano, alerta presidente da Yara Brasil, Marcelo Altieri.

Neste cálculo, estão os volumes produzidos na Rússia e nos países do Oriente Médio. A fabricação russa em risco é estimada em 18,8 milhões de toneladas, das quais 9,6 milhões são de amônia, 6 milhões de nitrato e 1,7 milhão de fosfato, substâncias essenciais para agricultura global que compõem o pacote "NPK".

A crise de produção se desenha desde o início de 2022, quando começou o

conflito bélico entre Rússia e Ucrânia, que impactou a operação de fábricas russas, lembra Altieri. As outras 15 milhões de toneladas em risco provém do Oriente Médio, cenário que se agravou com o fechamento do Estreito de Ormuz, localizado entre Irã e Omã. Desse total, 3,9 milhões são de amônia; 2,1 milhões de ureia e 8 milhões de enxofre-base para outros nutrientes.

Juntos, os dois locais são o coração da produção de fertilizantes global. A Rússia é um dos maiores produtores e exportadores da matéria-prima, controlando cerca de 40% do comércio global de nitrato de amônio e respondendo por cerca de 15% da fabricação global. Por sua vez, os países Irã, Omã, Catar, Irã e Arábia Saudita são os principais forne-

cedores de nitrogenados no Oriente Médio e qualquer instabilidade nestes lugares afeta a cadeia alimentar.

Com o fechamento do Estreito de Ormuz, a intensidade da crise se intensificou, exigindo mais atenção. Até esta quarta-feira (15), 4 mil navios estavam represados no local estratégico para a passagem de petróleo e outras cargas e, segundo Altieri, mesmo com uma eventual abertura do Estreito nos próximos dias, a logística vai demorar a se estabilizar.

Além disso, os problemas na infraestrutura fabril que baliza a produção de fertilizantes mundial deve continuar atrapalhando o planejamento do agronegócio, além de mexer com os preços das commodities nas bolsas internacionais. CNN

Financiamento privado do agro se mantém em R\$ 1,4 tri em março

O financiamento privado do agronegócio brasileiro se manteve na casa de R\$ 1,4 trilhão em março, com leve oscilação em relação a fevereiro, segundo o Boletim de Finanças Privadas do Agro do Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária).

Na comparação mensal, os principais instrumentos perderam força na margem. A CPR (Cédula de Produto Rural) passou de R\$ 561,35 bilhões em fevereiro para R\$ 560,19 bilhões em março. A LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) recuou de R\$ 588,21 bilhões para R\$ 583,36 bilhões no mesmo período.

Os CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) também registraram leve queda, de R\$ 176,94 bilhões para R\$ 176,43 bilhões. Já os CDCA (Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio) foram a exceção e subiram marginalmente, de R\$ 32,26 bilhões para R\$ 32,34 bilhões.

Mesmo com a acomodação na margem, os números seguem elevados na comparação anual. A CPR cresceu

17% em relação a março de 2025 e acumula alta de 72% frente a 2024. A LCA avançou 6% em um ano, enquanto os CRAs subiram 15% no mesmo período.

No caso das LCAs, o boletim mostra que R\$ 350,01 bilhões estão direcionados ao financiamento rural na safra atual, dentro da exigência de aplicação mínima de 60% das captações. Desse total, R\$ 157,51 bilhões vão obrigatoriamente para operações de crédito rural.

A CPR segue como principal instrumento do mercado e também apresenta crescimento operacional. O estoque saiu de R\$ 477,34 bilhões em março de 2025 para R\$ 560,19 bilhões em março deste ano. O número de operações chegou a 402 mil, alta de 12% em um ano, com tíquete médio de R\$ 1,39 milhão.

Na safra 2025/2026, entre julho e março, os registros em CPR somaram R\$ 283,66 bilhões, queda de 5% em relação ao ciclo anterior, mas ainda 50% acima do observado na safra 2023/2024.

CNN

Barreiras Holding S.A.

CNPJ/MF nº 50.258.089/0001-69

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, site da Companhia: <https://echoenergia.com.br/>, site do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	1.325	20	34.988	6.955	Fornecedores	23	29	28.155	22.909
Fundos vinculados	-	-	11.295	10.144	Financiamentos	-	-	47.083	31.027
Contas a receber	-	-	24.809	15.248	Debêntures	48.009	72.976	48.009	72.976
Tributos a recuperar	-	-	257	528	Obrigações tributárias	-	13	214	13
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	561	1.346	1.443	3.635	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	1.687	1.632
Despesas pagas antecipadamente	1	-	2.922	4.390	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	236	500
Estoques	-	-	3.276	2.013	Pagamento baseado em ações	-	-	-	34
Dividendos a receber	787	2.330	-	-	Partes relacionadas	4.126	-	-	-
Partes relacionadas	129.796	140.560	-	19	Outras contas a pagar	285	327	3.072	2.029
Outras contas a receber	4.153	-	2.722	2	Total do passivo circulante	52.443	73.345	128.456	131.120
Total do ativo circulante	136.623	144.256	81.712	42.934	Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo não circulante	1.003.375	959.296	1.345.554	1.310.434
					Total do passivo	1.055.818	1.032.641	1.473.810	1.441.554
					Patrimônio líquido				
					Capital social	417.385	349.325	417.385	349.325
					Ajuste de avaliação patrimonial	(204.179)	-	(204.179)	-
					Prejuízos acumulados	(551.640)	(82.756)	(551.640)	(82.756)
					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	(338.434)	266.569	(338.434)	266.569
		</							

PUBLICIDADE LEGAL

significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa; (ii) envolvimento de especialistas em avaliação para revisão da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa; e (iii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo imobilizado preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9.c, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis

supervisado do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

uma em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2026.



Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-CE 001.042/F

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador
CRC-PE 021.265/O

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. (“Companhia”) a se reunirem às 09h, do dia 30 de abril de 2026, na sede social, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Jorge Faleiros, 250, Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://teams.microsoft.com/Meet/232577079274960?p=RMGMFr43TV7AyFY3P>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **b.** Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **c.** Remuneração dos administradores da Companhia; e **d.** Aumento de capital da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 20 de abril de 2026. **Leonardo Rosendo Fiuzza** – Diretor. (20, 21 e 23/04/2026)

V. Morel S/A Agentes Marítimos e Despachos

CNPJ nº 58.135.195/0001-67 – NIRE nº 35.300.035.763

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da V. Morel S/A Agentes Marítimos e Despachos para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 27 de Abril de 2026, às 15h30, na sede social, situada à Rua Dr. Vital Brasil, nº 40, sala 03, Vila Belmiro, Santos/SP, CEP 11070-190, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Tomada das contas dos exercícios sociais encerrados em 2021, 2022, 2023 e 2024; **(ii)** Ratificação dos atos da administração; **(iii)** Eleição da Diretoria; **(iv)** Demais assuntos de interesse da sociedade. Santos/SP, 17 de abril de 2026. **Luiz Vita Júnior** – Diretor Presidente. (18, 21 e 23/04/2026)

LM – Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 62.388.731/0001-03 – NIRE 35.201.247.479

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Os sócios da Sociedade são convocados para a Reunião de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10h30, em primeira convocação, ou no dia 28 de maio de 2026 às 10h30, em segunda convocação, a ser realizada na sede da Sociedade, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, conjunto 32, Sala 6, Jardim Europa, CEP 01452-000, São Paulo/SP. A ordem do dia será a seguinte: – **Aprovação das contas dos administradores:** analisar e deliberar sobre as contas do administrador referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social; – **Destinação dos lucros apurados:** analisar e deliberar sobre a destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social, definindo a forma de distribuição entre os sócios, na proporção de suas cotas, ou a eventual retenção de reservas; – **Distribuição de lucros acumulados:** deliberar sobre a distribuição de lucros acumulados. As demonstrações financeiras estão disponíveis aos sócios na sede da Sociedade. Os documentos necessários à representação dos sócios e de seus eventuais representantes legais, incluindo eventuais procurações, deverão ser encaminhados digitalizados ao administrador com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas** do horário da primeira convocação acima indicado para o e-mail raizadm@uol.com.br, sem prejuízo da obrigação de apresentar das vias físicas no dia da reunião. A Reunião será realizada de forma presencial. Os votos deverão ser manifestados pelo sócio ou seu representante legal durante a Reunião, sendo os resultados das deliberações registrados em ata lavrada na forma da lei. São Paulo (SP), 17 de abril de 2026. **Ricardo Morizono** – Administrador – Diretor Presidente.

R. Morizono Administração de Bens e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 15.461.517/0001-55 – NIRE 35.226.503.754

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Os sócios da Sociedade são convocados para a Reunião de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10h00, em primeira convocação, ou no dia 28 de maio de 2026 às 10h00, em segunda convocação, a ser realizada na sede da Sociedade, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, conjunto 32, Jardim Europa, CEP 01452-000, São Paulo/SP. A ordem do dia será a seguinte: – **Aprovação das contas dos administradores:** analisar e deliberar sobre as contas do administrador referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social; – **Destinação dos lucros apurados:** analisar e deliberar sobre a destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social, definindo a forma de distribuição entre os sócios, na proporção de suas cotas, ou a eventual retenção de reservas; – **Distribuição de lucros acumulados:** deliberar sobre a distribuição de lucros acumulados. As demonstrações financeiras estão disponíveis aos sócios na sede da Sociedade. Os documentos necessários à representação dos sócios e de seus eventuais representantes legais, incluindo eventuais procurações, deverão ser encaminhados digitalizados ao administrador com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas** do horário da primeira convocação acima indicado para o e-mail raizadm@uol.com.br, sem prejuízo da obrigação de apresentar das vias físicas no dia da reunião. A Reunião será realizada de forma presencial. Os votos deverão ser manifestados pelo sócio ou seu representante legal durante a Reunião, sendo os resultados das deliberações registrados em ata lavrada na forma da lei. São Paulo (SP), 17 de abril de 2026. **Ricardo Morizono**.

Raiz Administração e Participação de Bens Ltda.

CNPJ/MF nº 02.509.617/0001-62 – NIRE 35.215.094.912

Edital de Convocação Para Reunião de Sócios

Os sócios da Sociedade são convocados para a Reunião de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10h15, em primeira convocação, ou no dia 28 de maio de 2026 às 10h15, em segunda convocação, a ser realizada na sede da Sociedade, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, conjunto 32, Jardim Europa, CEP 01452-000, São Paulo/SP. A ordem do dia será a seguinte: – **Aprovação das contas dos administradores:** analisar e deliberar sobre as contas do administrador referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social; – **Destinação dos lucros apurados:** analisar e deliberar sobre a destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social, definindo a forma de distribuição entre os sócios, na proporção de suas cotas, ou a eventual retenção de reservas; – **Distribuição de lucros acumulados:** deliberar sobre a distribuição de lucros acumulados. As demonstrações financeiras estão disponíveis aos sócios na sede da Sociedade. Os documentos necessários à representação dos sócios e de seus eventuais representantes legais, incluindo eventuais procurações, deverão ser encaminhados digitalizados ao administrador com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas** do horário da primeira convocação acima indicado para o e-mail raizadm@uol.com.br, sem prejuízo da obrigação de apresentar das vias físicas no dia da reunião. A Reunião será realizada de forma presencial. Os votos deverão ser manifestados pelo sócio ou seu representante legal durante a Reunião, sendo os resultados das deliberações registrados em ata lavrada na forma da lei. São Paulo (SP), 17 de abril de 2026. **Ricardo Morizono** – Administrador – Diretor Presidente.

Cas Tecnologia S.A.

CNPJ nº 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 30 de Abril de 2026, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2025 e destinação de seus resultados; b) Ratificação dos dividendos do exercício de 2025 antecipadamente destinados/distribuídos com base na Lei 15.270/25. São Paulo, 21 de abril de 2026. **Assinaturas:** **Wilson Regis Jacometti**, Diretor Presidente. (18, 22 e 23.04.2026)

CY - Projetos Técnicos em Computação, Moldes Gravação e Pantografia Ltda.

CNPJ nº 07.912.177-0001-03 – NIRE nº 35.220.334-292

Ata De Assembleia Geral Extraordinária para Transformação da Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações realizada em 10/10/2025

Data, Horário e Local: Aos 10/10/2025, às 14h00, na sede da sociedade, com seu Ato Constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE nº. 35.220.334-292. **I. Cassyo Augusto Villa Real Okino**, CPF nº 308.709.888-40; e **II. Roseli Miyoko Akutagawa**, CPF nº 171.443.258-09. Por indicação unânime dos presentes, foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. **Cassyo Augusto Cesar Vila Real Okino**, supra qualificado, que convidou a **roseli Miyoko Akutagawa**, para secretária. Assim, constituída a mesa e dando-se início aos trabalhos, o Presidente declarou estar dispensada a publicação dos editais de convocação desta Assembleia, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, pelo fato de estar presente à totalidade dos sócios quotistas da Sociedade e por tratar-se de sociedade por quotas de responsabilidade limitada. **Forma da Ata:** Foi deliberado a ata na forma de Sumário, nos termos do Artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76. A seguir, como já previamente distribuída aos quotistas, apresentou a seguinte: **Deliberações Aprovadas por Unanidades: (a) Transformação da Sociedade:** Deliberado e aprovado a proposta de transformação do tipo atual de sociedade por quotas de responsabilidade limitada para o tipo de sociedade por ações (sociedade anônima) de capital fechado, nos termos do Artigo 220, da Lei nº 6.404/76, sendo a mesma aprovada, sem ressalvas, sendo que a companhia permanece com o mesmo objeto social, endereço e sede social e continuará a operar com o mesmo ativo, mantendo a mesma forma de escrituração contábil de suas operações, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, nos termos do Artigo 100 da Lei das S.A., não sofrendo qualquer interrupção ou solução de continuidade em seus negócios, bens, direitos, obrigações e atividades, sendo garantidos todos os direitos dos credores, situação essa que os acionistas, em sua totalidade, reconhecem e aprovam sem restrição. **(b) Alteração da denominação social:** Deliberado e aprovado a alteração da denominação social da sociedade de CY - Projetos Técnicos em Computação, Moldes Gravação e Pantografia Ltda. para MACS Empreendimentos e Participações S.A.; **(c) Alteração do Capital Social em decorrência da Conversão das Quotas em Ações:** Em decorrência da transformação para Sociedade Anônima, de capital fechado, permanecendo a companhia com os mesmos elementos patrimoniais, ativos e passivos, foi deliberado e aprovado a conversão das atuais quotas em que se divide o capital social em ações, sendo que as atuais R\$ 6.000,00, dividido em 6.000 quotas com valor nominal de R\$1,00 cada quota, representativas do capital social no valor de R\$ 6.000,00 totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente pelos sócios, são transformadas em 6.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, a serem distribuídas aos atuais sócios na mesma proporção das quotas de que eram anteriormente titulares, da seguinte forma: **(i) o sócio Cassyo Augusto Villa Real Okino**, receberá, em substituição as suas quotas totalmente subscritas e integralizadas, 5.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, em substituição às suas quotas totalmente subscritas e integralizadas; e **(ii) a sócia Roseli Miyoko Akutagawa** receberá, em substituição as suas quotas totalmente subscritas e integralizadas, 1.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, em substituição às suas quotas totalmente subscritas e integralizadas e conforme consta no Boletim de Subscrição, ora aprovado por unanimidade, constante no Anexo II ao presente instrumento. Assim sendo, o capital social da companhia passa a ser de R\$6.000,00, representado por 6.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado pelo acionista; e **(d) Alteração de endereço:** Alteração do endereço da Companhia para Avenida Paulista, nº. 1765, 7º. andar, Sala 71 e 72, Cerqueira César, na Cidade de São Paulo/SP; **(e) Aprovação do Novo Estatuto Social:** Diante da transformação em Sociedade Anônima, os Acionistas decidem aprovar o Novo Estatuto Social, conforme Anexo I, que substituirá o Contrato Social da Companhia, a partir desta data, para todos os fins de direito; **(f) Eleição da Diretoria da Companhia:** Os Acionistas deliberam por unanimidade a eleição da Diretoria Executiva da Companhia que será composta de 01 Diretor Executivo, neste ato sendo eleito por unanimidade para o período de 10/10/2025 a 09/10/2027, sendo eleito para o cargo: Sr. **Cassyo Augusto Villa Real Okino**, CPF nº 308.709.888-40. Nos termos da legislação vigente, o diretor eleito declara, sob as penas da lei, que não está incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que o impeça de exercer a atividade empresarial e administração societária. **Encerramento:** Nada mais. Livro de Presença da Companhia: **(i) Cassyo Augusto Villa Real Okino**, e **(ii) Roseli Miyoko Akutagawa**. Fica certificado que a presente ata é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da MACS Empreendimentos e Participações S.A. realizada em São Paulo/SP em 10/10/2025. **Visito da Advogada: Renata Fabiana Azevedo Mendes - OAB/SP 163.325.** Jucesp. Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685091 registrada sob o Nº 5.741/26-9 em 15/01/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. **Estatuto Social MACS Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 07.912.177-0001-03 - Capítulo -I - Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto - Artigo 1º -** A MACS Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. **Artigo 2º - A sociedade terá por objeto social: (a)** Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos. **(b)** Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, (CNAE: 4789-0/99). **Artigo 3º -** A Companhia tem sede na Avenida Paulista, nº. 1765, 7º. andar, Sala 71 e 72, Cerqueira César, na Cidade de São Paulo/SP, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º -** A Companhia iniciou suas atividades em 31 de agosto de 2022 e seu prazo de duração é indeterminado. **Capítulo - II - Do Capital Social e Ações - Artigo 5º -** O Capital Social da Companhia é de R\$ 6.000,00, dividido em 6.000 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º -** Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. **§ 2º -** A cada ação ordinária responderá a um voto nas Assembleias Gerais. **§ 3º -** A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetuada em modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **Artigo 6º -** Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. **Parágrafo Único -** Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 7º -** O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8º -** A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo - III - Da Administração - Artigo 9º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 1 diretor e no máximo 3 Diretores, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. **§ 1º -** O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. **§ 2º -** A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **§ 3º -** Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. **§ 4º -** Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vier a indicar. **§ 5º -** Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. **§ 6º -** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de seu gestão. **Artigo 10 -** A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. **§ 1º -** Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, as seguintes deliberações: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. **§ 2º.** Sempre que composta por mais de um membro a Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. **§ 3º -** As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião., quando composta por 2 ou mais membros, ou pelo Diretor Presidente quando diretoria composta apenas por este. **§ 4º -** As deliberações da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. **Artigo 11 -** Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **Artigo 12 -** A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor-Presidente, isoladamente, por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. **§ 1º -** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor-Presidente, isoladamente, ou por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. **§ 2º -** Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo - IV - Assembleia Geral - Artigo 13 -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **§ 1º -** A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. **§ 2º -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **§ 3º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo - V - Conselho Fiscal - Artigo 14 -** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. **§ 1º -** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 2º -** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo - VI - Exercício Social e Lucros - Artigo 15 -** O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 16 -** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividente mínimo obrigatório. **§ 1º -** Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. **§ 2º -** O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **Artigo 17 -** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 18 -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **§ 1º -** Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. **§ 2º -** Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. **§ 3º -** Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo - VII - Liquidação - Artigo 19 -** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **§ 1º -** A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **§ 2º -** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. São Paulo/SP, 10/10/2025.

Echoenergia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.743.678/0001-22

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, site da Companhia: <https://echoenergia.com.br/>, site do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Resultados			
Ativo	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	8.638	39.808	523.333	372.181			
Fundos vinculados	-	-	18.521	17.397			
Contas a receber	-	-	158.048	174.607			
Adiantamento a fornecedores	590	2.030	18.285	11.379			
Tributos sobre o lucro a recuperar	818	2.542	6.971	7.143			
Tributos a recuperar	-	7	16.384	11.917			
Despesas pagas antecipadamente	274	220	21.112	17.718			
Derivativos a receber	478	-	478	-			
Partes relacionadas	66.225	80.511	7.223	8.761			
Dividendos a receber	57.577	30.545	-	-			
Estoques	53	-	70.907	26.550			
Outras contas a receber	966	561	1.010	620			
Total ativo circulante	135.619	156.224	842.272	648.273			
Não circulante							
Contas a receber	-	-	39.482	41.572			
Fundos vinculados	-	-	730.750	658.510			
Depósitos judiciais	-	-	22.903	21.045			
Despesas pagas antecipadamente	14	35	15	1.450			
Outras contas a receber	35	35	35	35			
Total realizável a longo prazo	49	70	793.185	722.612			
Investimentos	2.597.373	2.677.799	-	-			
Direito de uso	4.363	6.736	356.360	388.665			
Imobilizado	13.141	12.682	4.290.022	4.626.773			
Ativos intangíveis	17.736	14.751	436.943	471.728			
Total ativo não circulante	2.632.662	2.712.038	5.876.510	6.209.778			
Total do ativo	2.768.281	2.868.262	6.718.782	6.858.051			
Passivo Circulante							
Fornecedores	7.552	9.176	133.912	53.819			
Financiamentos	-	203	226.768	210.489			
Debêntures	59.685	57.736	118.000	110.192			
Tributos sobre o lucro a recolher	-	-	16.860	10.811			
Obrigações tributárias	160	193	10.728	11.634			
Obrigações sociais e trabalhistas	15.123	7.022	16.317	9.213			
Pagamento baseado em ações	3.375	537	3.375	537			
Provisão para ressarcimento (ACR)	-	-	229.036	159.523			
Adiantamento a clientes	-	-	4.479	32.322			
Arrendamentos	2.543	2.263	3.067	2.626			
Outras contas a pagar	9.121	9.316	34	8.238			
Total passivo circulante	97.559	86.446	762.576	609.404			
Não circulante							
Financiamentos	105.051	-	2.196.759	2.285.601			
Debêntures	264.690	309.117	688.037	761.991			
Obrigações tributárias	-	-	962	2.143			
Provisão para desmobilização	-	-	395.950	382.560			
Tributos diferidos	-	-	99.683	108.671			
Provisão para ressarcimento (ACR)	-	-	143.151	94.789			
Arrendamentos	3.860	6.157	60.884	63.593			
Adiantamento a clientes	-	-	73.659	75.416			
Outras contas a pagar	-	-	-	7.341			
Total passivo não circulante	373.601	315.274	3.659.085	3.782.105			
Total do passivo	471.160	401.720	4.421.661	4.391.509			
Patrimônio líquido							
Capital social	2.947.295	2.896.145	2.947.295	2.896.145			
Outros resultados abrangentes	(442)	-	(442)	-			
Prejuízos acumulados	(649.732)	(429.603)	(649.732)	(429.603)			
Total do patrimônio líquido	2.297.121	2.466.542	2.297.121	2.466.542			
Total do passivo e patrimônio líquido	2.768.281	2.868.262	6.718.782	6.858.051			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Capital social		Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Participação de não controladores
	Capital subscrito	Capital integral				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.783.145	-	1.981	-	(526.610)	2.258.516
Subscrição de capital	113.000	-	-	-	-	113.000
Programa de remuneração baseado em ações	-	-	(1.981)	-	-	(1.981)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	97.007	97.007	(91)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.896.145	-	-	-	(429.603)	2.466.542
Aporte de capital	58.000	(6.850)	-	-	51.150	-
Reserva de hedge	-	-	-	(442)	(442)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(220.129)	(220.129)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.954.145	(6.850)	-	(442)	(649.732)	2.297.121

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – a. Constituição e capacidade produtiva: A Echoenergia Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.171, – 15º andar, Torre Ebony Tower, Edifício Rochaverá, Vila Gertrudes, capital do estado de São Paulo. Constituída em 06 de maio de 2016, a Companhia é uma Holding que detém participação em empresas com foco em implementação e exploração de ativos de geração e comercialização de energia elétrica de fontes renováveis, com suas atividades distribuídas nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. As controladas cujo objeto social é geração de energia elétrica são Produtores Independentes de Energia Elétrica, tendo todas as sociedades autorização do Poder Concedente conforme definido na Lei nº 9.074/95. Em 31 de dezembro de 2025, os empreendimentos em operação da Companhia somam 1.204,11 MW de capacidade instalada total para geração de energia eólica, através de 42

controladas. As atividades da Companhia e suas controladas são fiscalizadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. Os termos abaixo podem ser utilizados ao longo destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma abreviada: • ACR – Ambiente de Contratação Regulado • ACL – Ambiente de Comercialização Livre • ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica • CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado • CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica • LER – Leilão de Energia de Reserva • LFA – Leilão de Fonte Alternativa • LEN – Leilão de Energia Nova • MRE – Mecanismo de Realocação de Energia • PLD – Preço de Liquidação das Diferenças • MCP – Mercado de Curto Prazo. **1.1. Projetos de geração eólica:** Em 31 de dezembro de 2025, as controladas possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo e autorizações para exploração de energia eólica:

Companhia	Outorga	Início Outorga	Final Outorga	Garantia física (MWm)	Portaria Garantia física	Capacidade instalada (Mw)	Tipo de contrato (a)	Energia contratada (MWm)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
Ventos de São Clemente 1	627/2014	25/11/2014	25/11/2049	17,2	289/2020	31,37	LEN3/2014	15,3	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 2	628/2014	25/11/2014	25/11/2049	15,5	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,2	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 3	631/2014	27/11/2014	27/11/2049	15,2	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,5	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 4	639/2014	28/11/2014	28/11/2049	15,7	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,6	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 5	632/2014	27/11/2014	27/11/2049	18,6	289/2020	31,37	LEN3/2014	15,7	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 6	633/2014	27/11/2014	27/11/2049	15,2	289/2020	27,68	LEN3/2014	13,3	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 7	640/2014	28/11/2014	28/11/2049	13	289/2020	25,83	LEN3/2014	10,7	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 8	634/2014	27/11/2014	27/11/2049	11,7	289/2020	22,14	LEN3/2014	9,5	IPCA	Janeiro
Ventos do Morro do Chapéu	381/2011	30/06/2011	30/06/2046	14,1	289/2020	27,51	LFA7/2010	13,1	IPCA	Dezembro
Ventos do Parazinho	410/2011	08/07/2011	08/07/2046	15,5	289/2020	29,12	LFA7/2010	14	IPCA	Dezembro
Vento Formoso	409/2011	08/07/2011	08/07/2046	14,6	289/2020	27,51	LFA7/2010	13,5	IPCA	Dezembro
Ventos de Tianguá Norte	389/2011	04/07/2011	04/07/2046	15,5	289/2020	29,12	LFA7/2010	14,1	IPCA	Dezembro
Ventos de Tianguá	390/2011	04/07/2011	04/07/2046	15,2	289/2020	27,75	LFA7/2010	13,1	IPCA	Dezembro
Pedra do Reino	594/2010	30/06/2010	30/06/2045	10,84	594/2010	30	LER3/2009	10	IPCA	Julho
Pedra do Reino III	467/2011	03/08/2011	03/08/2046	6,8	467/2011	18	LER5/2010	6,8	IPCA	Setembro
Cabeço Preto	712/2010	11/08/2010	11/08/2045	6,56	712/2010	19,8	LER3/2009	6	IPCA	Julho
Cabeço Preto IV	258/2011	18/04/2011	18/04/2046	8,4	258/2011	19,8	LER5/2010	8,4	IPCA	Setembro
Serra de Santana I	478/2011	17/08/2011	17/08/2046	9,7	478/2011	20	LER5/2010	8,1	IPCA	Setembro
Serra de Santana II	468/2011	03/08/2011	03/08/2046	13,5	468/2011	30	LER5/2010	13,5	IPCA	Setembro
Serra de Santana III	475/2011	11/08/2011	11/08/2046	12,7	475/2011	30	LER5/2010	12,7	IPCA	Setembro
Lanchinha	266/2012	02/05/2012	02/05/2047	13,2	266/2012	28	LER3/2011	13,2	IPCA	Julho
Pelado	263/2012	02/05/2012	02/05/2047	9	263/2012	20	LER3/2011	9	IPCA	Julho
Pedra Rajada	109/2015	02/04/2015	02/04/2050	11	109/2015	20	LER8/2014	11	IPCA	Outubro
Pedra Rajada II	110/2015	02/04/2015	02/04/2050	10,1	110/2015	20	LER8/2014	10,1	IPCA	Outubro
Cabeço Vermelho	324/2014	14/07/2014	14/07/2049	15,2	65/2020	28,6	LEN10/2013	13,6	IPCA	Janeiro
Cabeço Vermelho II	345/2014	18/07/2014	18/07/2049	9,7	65/2020	16,8	LEN10/2013	9	IPCA	Janeiro
Pedra do Reino IV	181/2016	12/05/2016	12/05/2051	9,7	181/2016	20	LER9/2015	9,7	IPCA	Novembro
Boa Esperança I	389/2015	20/08/2015	20/08/2050	15,3	225/2018	30,8	LEN6/2014	14,4	IPCA	Janeiro
Vila Sergipe I	7538/2018	26/12/2018	26/12/2053	21,5	98/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Rio Grande do Norte I	7518/2018	26/12/2018	26/12/2053	13,3	98/2019	25,2	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Rio Grande do Norte II	7537/2018	26/12/2018	26/12/2053	21,1	98/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Piauí III	7653/2019	21/03/2019	21/03/2054	23,6	162/2019	42	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Sergipe II	7651/2019	21/03/2019	21/03/2054	21,2	162/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Sergipe III	7652/2019	21/03/2019	21/03/2054	9,1	162/2019	16,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Piauí I	7675/2019	26/03/2019	26/03/2054	20,7	162/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Piauí II	7674/2019	26/03/2019	26/03/2054	20,8	162/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Alagoas II	8620/2020	12/03/2020	12/03/2055	10,9	397/2020	21	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo I	8615/2020	12/03/2020	12/03/2055	17,6	397/2020	33,6	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo II	8616/2021	12/03/2020	12/03/2055	18,5	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo III	8617/2021	12/03/2020	12/03/2055	18,7	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo IV	8618/2022	12/03/2020	12/03/2055	19,3	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo V	8619/2022	12/03/2020	12/03/2055	20,2	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Total				615,2		1.204,11				

(a) O prazo médio dos contratos regulados é de aproximadamente 20 anos, já no ambiente livre os contratos apresentam prazo médio de 11 anos, ambos a partir da data de início de fornecimento. **2. Base de preparação – a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas consideraram as orientações emanadas da Orientação

PUBLICIDADE LEGAL

Equatorial Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 13.459.301/0001-20

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, site da Companhia: <https://echoenergia.com.br/>, site do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024		
Circulante			Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.056	26.035	Fornecedores	287.562	92.725	Receita operacional líquida	2.487.206
Contas a receber	352.349	121.535	Compromissos futuros	113.456	126.569	Custos de operação	(2.460.363)
Compromissos futuros	166.786	138.820	Partes relacionadas	–	–	Lucro (prejuízo) bruto	26.843 (23.436)
Tributos a recuperar	26.632	50.289	IR e CS a recolher	16.516	39.096	Despesas gerais e administrativas	(9.544)
IR e CS a recuperar	4.052	6.785	Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	Outras receitas (despesas) operacionais	–
Despesas pagas antecipadamente	3	1.887	Adiantamento de clientes	6.870	4.910	Resultado com equivalência patrimonial	–
Outras contas a receber	2.946	–	Outras contas a pagar	1.278	1.392	Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras	17.299 (55.728)
Total do ativo circulante	557.824	345.351	PIS e COFINS diferidos	603	11	Receitas financeiras	3.975
Não circulante			Total do passivo circulante	431.218	280.358	Despesas financeiras	(1.810)
Compromissos futuros	68.785	11.514	Não circulante			Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	19.464 (54.415)
PIS e COFINS diferidos	–	1.479	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.669	–	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(29.669)
Despesas pagas antecipadamente	3	2	PIS e COFINS diferidos	3.961	1.133	Prejuízo do exercício	(10.205) (46.390)
Outras contas a receber	–	489	Compromissos futuros	25.960	27.503		
Total do realizável a longo prazo	68.788	13.484	Total do passivo não circulante	59.590	28.636		
Investimentos	705	705	Total do passivo	490.808	308.994		
Imobilizado	2.445	1.964	Patrimônio líquido				
Intangível	12.636	8.285	Capital social	198.468	97.468		
Total do ativo não circulante	84.574	24.438	Prejuízos acumulados	(46.878)	(36.673)		
Total do ativo	642.398	369.789	Total do patrimônio líquido	151.590	60.795		
			Total do passivo e patrimônio líquido	642.398	369.789		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	29.468	–	2.853	6.864	–	39.185
Aporte de capital	68.000	–	–	–	–	68.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(46.390)	(46.390)
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	–	–	–	(6.864)	6.864	–
Absorção de prejuízo com reserva legal	–	–	(2.853)	–	2.853	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	97.468	–	–	–	(36.673)	60.795
Aporte de capital	150.000	(49.000)	–	–	–	101.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(10.205)	(10.205)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	247.468	(49.000)	–	–	(46.878)	151.590

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – a. Constituição e capacidade produtiva: A Equatorial Renováveis S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2011, com sede na Av. das Nações Unidas, 14.171, 15 andar, Vila Gertrudes, São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem como controladora direta a Equatorial Serviços S.A., que detém 73,70% e a Equatorial Transmissão que detém 26,30% de suas ações. A Companhia tem como objeto principal a comercialização de energia elétrica e até 02 de setembro de 2024, detinha o controle sobre a Equatorial Comercializadora de Energia Ltda., fundada em 01 de agosto de 2012, Empresa controlada que foi incorporada (nota 1b). A Empresa incorporada possui o mesmo objeto principal da Companhia, além de representação comercial e consultoria na área de energia. Adicionalmente, a Companhia possui participação na BBCE – Balção Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. ("BBCE"), constituída em 13 de junho de 2011 com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia reconhece essa participação como coligada. A BBCE é uma sociedade de capital fechado e tem como atividade a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários onde já se encontra operacional. As atividades da Companhia são fiscalizadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. Os termos abaixo podem ser utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada: • ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica; • CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. **1.1. Reforma tributária sobre o consumo:** Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar. Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas. **1.2. Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico:** Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento. Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 01/09/2023 a 25/11/2025) quanto para o futuro (após 25/11/2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a existência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema. O Ministério de Minas e Energia – MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025, abrindo prazo para contribuições até 16.01.2026. A Administração da Companhia acompanha a evolução desse processo regulatório e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico. Em 31 de dezembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 não gerou efeitos contábeis materiais nas demonstrações financeiras da Companhia, que exigem reconhecimento ou remensuração imediata de ativos e passivos, permanecendo os saldos contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **b. Incorporação da Equatorial Comercializadora de Energia Ltda.:** Em 02 de setembro de 2024, ocorreu o processo de incorporação da Equatorial Comercializadora de Energia Ltda. pela Companhia, que até então era sua controladora direta. A transação de reorganização societária teve como objetivos aprimorar a organização, aumentar a eficiência, reduzir custos e simplificar a estrutura societária e patrimonial da Companhia. De acordo com o laudo de incorporação contábil elaborado por especialistas independentes, foram incorporados ao balanço da Companhia os seguintes valores contábeis:

Diretoria Executiva		Contador	
Liú Gonçalves de Aquino – Diretor Presidente	Raimundo Barretto Bastos – Diretor Financeiro	Bruno Ortega Janjacom – Gerente Contábil – CRC 1SP-331491/O-4	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Equatorial Renováveis S.A.** | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Equatorial Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da**

diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas

dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-CE 001.042/F

Thiago Alexandre de Souza Silva Contador CRC-PE 021.265/O



Serra do Mel Holding S.A.

CNPJ/MF nº 30.342.595/0001-24

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, site da Companhia: <https://echoenergia.com.br/>, site do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	918	5.291	50.097	35.008	Fornecedores	8	83	23.984	14.048
Fundos vinculados	-	-	-	54	Financiamentos	-	-	38.860	27.000
Contas a receber	-	-	14.873	15.504	Debêntures	215	446	215	446
Adiantamento a fornecedores	-	-	106	170	Obrigações tributárias	1	-	736	812
Tributos a recuperar	-	-	1.841	1.841	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	1.440	2.286
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	113	25	211	855	Adiantamento de clientes	-	-	4.374	7.407
Despesas pagas antecipadamente	-	-	3.559	2.634	Partes relacionadas	4.852	10.711	-	-
Estoques	-	-	187	186	Arrendamentos	-	-	102	17
Dividendos a receber	3.142	10.260	-	-	Outras contas a pagar	310	359	315	2.488
Partes relacionadas	-	-	36	375	Total do passivo circulante	5.386	11.599	70.026	54.504
Outras contas a receber	147	-	-	-	Não circulante				
Total do ativo circulante	4.320	15.576	70.910	56.627	Financiamentos	-	-	290.988	325.595
Não circulante					Debêntures	130.290	124.363	130.290	124.363
Fundos vinculados	-	-	9.634	18.360	Provisão para desmobilização	-	-	93.805	90.633
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	422	Arrendamentos	-	-	11.542	11.560
Total do realizável a longo prazo	-	-	9.634	18.782	Adiantamento de clientes	-	-	72.564	75.416
Investimentos	420.347	499.765	-	-	Outras contas a pagar	-	-	-	6.265
Direito de uso	-	-	84.195	94.212	Total do passivo não circulante	130.290	124.363	599.189	633.832
Imobilizado	49	49	793.463	898.082	Total do passivo	135.676	135.962	669.215	688.336
Intangível	12	11	65	72	Patrimônio líquido				
Total do ativo não circulante	420.408	499.825	887.357	1.011.148	Capital social	400.567	400.567	400.567	400.567
Total do ativo	424.728	515.401	958.267	1.067.775	Prejuízos acumulados	(111.515)	(21.128)	(111.515)	(21.128)
					Total do patrimônio líquido	289.052	379.439	289.052	379.439
					Total do passivo e patrimônio líquido	424.728	515.401	958.267	1.067.775

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – a. Constituição e capacidade produtiva: A Serra do Mel Holding ("Companhia") é uma sociedade anônima por ações, de capital fechado, controlada pela Echoenergia Participações S.A., que detém 100% de suas ações. A Companhia tem sede à Avenida das Nações Unidas, 14.171 – 15º andar, Torre Ebony Tower, Edifício Rochaverá, Vila Gertrudes, capital do Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A relação das Companhias controladas está apresentada na nota explicativa 3. Estas atividades são reguladas pela ANEEL. As controladas são Produtores Independentes de Energia Elétrica, tendo todas as sociedades autorização do Poder Concedente conforme definido na Lei nº 9.074/95. A controladora direta final do grupo é a Echoenergia Participações S.A. As controladas da Companhia possuem seis centrais geradoras de energia eólica situadas nos municípios de Serra do Mel no Estado do Rio Grande do Norte, constituídas de 49 unidades geradoras de 4,2 MW médios, totalizando 205,8 MW médios de capacidade instalada. **1.1. Projeto de geração eólica:** Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW médios)		Garantia física (MW Médios)	
				2025	2024	2025	2024
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8620/2020	12/03/2020	35 anos	21	21	10,9	10,9
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8615/2020	12/03/2020	35 anos	33,6	33,6	17,6	17,6
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8616/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	37,8	18,5	18,5
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8617/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	37,8	18,7	18,7
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8618/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	37,8	19,3	19,3
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8619/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	37,8	20,20	20,20

1.2. Contratos de venda de energia: Em 31 de dezembro de 2025, as controladas possuem os seguintes contratos de compra e venda de energia de longo prazo com vencimento em 2031:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW médio)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Vila Alagoas II	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro
EOL Vila Espírito Santo I	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro
EOL Vila Espírito Santo II	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro
EOL Vila Espírito Santo III	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro
EOL Vila Espírito Santo IV	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro
EOL Vila Espírito Santo V	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro

(a) Ambiente de contratação livre. (b) As controladas possuem 85% das suas receitas contratadas em face de garantia física total, iniciando-se a partir da entrada de operação comercial em 2021, exceto Vila Espírito Santo IV, cuja entrada de operação se iniciou no primeiro trimestre de 2022. **1.3. Reforma tributária sobre o consumo:** Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e Lei Complementar 227/2026, de 13 de janeiro de 2026. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar. Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas. **1.4. Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico:** Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento. Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 01/09/2023 a 25/11/2025) quanto para o futuro (após 25/11/2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema. O Ministério de Minas e Energia – MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025, abrindo prazo para contribuições até 16.01.2026. A Administração da Companhia acompanha a evolução desse processo regulatório e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico. Em 31 de dezembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 não gerou efeitos contábeis materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que exijam reconhecimento ou mensuração imediata de ativos e passivos, permanecendo os saldos contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2. Base de preparação – a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC, divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2026.

Diretoria Executiva		Contador	
Liu Gonçalves de Aquino Diretor Presidente	Raimundo Barretto Bastos Diretor Financeiro	Bruno Ortega Janjacomo Gerente Contábil – CRC 1SP-331491/O-4	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da Serra do Mel Holding S.A. | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serra do Mel Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades e conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Mensuração da provisão para desmobilização dos ativos (ARO – Asset Retirement Obligations):** As controladas da Companhia possuem obrigação contratual, proveniente dos contratos de arrendamento, de devolver as terras nas condições originais anteriores à implantação dos parques eólicos, e reconhecem provisão para os custos de desmobilização dos ativos previstos ao término do prazo de vigência desses contratos. A provisão para desmobilização dos ativos e recuperação das áreas degradadas é reconhecida em contrapartida do ativo direito de uso, sendo atualizada a valor presente em contrapartida do resultado do exercício. O processo de determinação da provisão requer que as controladas da Companhia efetuem estimativa dos gastos futuros com a desmobilização dos ativos e a recuperação da área dos parques eólicos. Nas demonstrações consolidadas, o valor da provisão para desmobilização dos ativos totaliza R\$ 93.805 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A determinação da provisão dos gastos para desmobilização dos ativos é relevante para a nossa auditoria em função da magnitude dos montantes envolvidos, além de estar sujeita a julgamento por parte da Administração na sua mensuração, incluindo a utilização de premissas subjetivas, as quais incluem o método de recuperação, o período em que o trabalho será executado, a taxa de inflação e a taxa de desconto a valor presente da provisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pelas controladas da Companhia na determinação da taxa de desconto para o cálculo do ajuste a valor presente; (ii) análise dos dados e premissas dos custos elaborados pela Administração, considerando orçamento com terceiros obtidos; (iii) recálculo da provisão, considerando a taxa de desconto utilizada pelas controladas da Companhia e a quantidade de aerogeradores instalados nos parques; e (iv) avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para desmobilização dos ativos que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Teste de recuperabilidade do ativo imobilizado:** Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos de ativo imobilizado e direito de uso de suas controladas, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.c das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa; (ii) envolvimento de especialistas em avaliação para revisão da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa; e (iii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo imobilizado preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10.c, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-CE 001.042/F

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador
CRC-PE 021.265/O

PUBLICIDADE LEGAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Ativo	2025	2024	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	224.906	350.724	
Aplicações financeiras	22.657	38.541	
Contas a receber de clientes	677.332	662.635	
Empréstimos a receber	-	10.650	
Estoques	797.153	699.643	
Instrumentos financeiros derivativos	1.053	667	
Tributos a recuperar	118.639	75.104	
Pagamentos antecipados	4.360	2.426	
Outras contas a receber	290.932	432.412	
Total do ativo circulante	2.137.032	2.272.802	
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	20.181	19.478	
Outras contas a receber	63.525	152.102	
Investimentos	5.632	255.140	
Imobilizado	1.205.966	1.100.092	
Intangível	1.700	2.657	
Total do ativo não circulante	1.297.004	1.529.469	
Total do ativo	3.434.036	3.802.271	
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	179.488	255.096	
Fornecedores (Carta de crédito importação)	249.335	217.550	
Empréstimos e financiamentos	504.695	523.957	
Instrumentos financeiros derivativos	6.425	5.470	
Salários e encargos sociais a recolher	40.612	38.433	
Adiantamentos de clientes	53.172	85.695	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14.790	29.449	
Tributos a recolher	12.236	5.897	
Parcelamento de tributos	2.122	1.886	
Dividendos a pagar	656.312	975.061	
Comissões a pagar	36.111	31.668	
Outras contas a pagar	26.023	18.221	
Total do passivo circulante	1.781.321	2.188.383	
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	183.173	249.068	
Instrumentos financeiros derivativos	2.922	-	
Parcelamento de tributos	4.951	6.287	
Provisão para contingências	7.978	22.048	
Passivo fiscal diferido	40.096	15.522	
Total do passivo não circulante	239.120	292.925	
Patrimônio líquido			
Capital social	210.396	210.396	
Capital a integralizar	-	(14.408)	
Reserva de capital	195	195	
Reservas de lucros	1.191.196	1.246.943	
Ajustes de avaliação patrimonial	11.808	(122.163)	
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	1.413.595	1.320.963	
Total do patrimônio líquido	1.413.595	1.320.963	
Total do passivo e patrimônio líquido	3.434.036	3.802.271	

DÓLAR
 compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$ 4,9689 / R\$ 4,9695 **
 Câmbio livre mercado - R\$ 4,9813 / R\$ 4,9833 *
 Turismo - R\$ 5,0005 / R\$ 5,1805
 (*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central

Varição do câmbio livre mercado no dia: -0,18%

BOLSAS
 B3 (Ibovespa)
 Variação: -0,55%
 Pontos: 195.733
 Volume financeiro: R\$ 81,451 bilhões
 Maiores altas: Vamos ON (+6,27%), Usiminas PNA (+3,15%), Vale ON (+2,64%)
 Maiores baixas: Brava ON (-6,28%), Braskem PNA (-5,55%), Petrobras ON (-5,31%)
S&P 500 (Nova York): 1,2%
 Dow Jones (Nova York): 1,79%
 Nasdaq (Nova York): 1,52%
 CAC 40 (Paris): 1,97%
 Dax 30 (Frankfurt): 2,27%
 Financial 100 (Londres): 0,73%
 Nikkei 225 (Tóquio): -1,75%
 Hang Seng (Hong Kong): -0,89%
 Shanghai Composite (Xangai): -0,1%
 CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,17%
 Merval (Buenos Aires): -1,19%
 IPC (México): 1,06%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO
 IPCA/IBGE
 Fevereiro 2025: 1,31%
 Março 2025: 0,56%
 Abril 2025: 0,43%
 Maio 2025: 0,26%
 Junho 2025: 0,24%
 Julho 2025: 0,26%
 Agosto 2025: -0,11%
 Setembro 2025: 0,48%
 Outubro 2025: 0,09%
 Novembro 2025: 0,18%
 Dezembro 2025: 0,33%
 Janeiro 2026: 0,33%
 Fevereiro 2026: 0,70%
 Março 2026: 0,88%

VRE LOTEAMENTO S.A.
 CNPJ/ME nº 25.186.838/0001-42 - NIRE 35.300.493.176
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15/04/2026
Data, Hora e Local: 15/04/2026, às 10:30 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do "Edital de Convocação", considerando que a totalidade dos acionistas estava presente ou devidamente representada, conforme o registro de presença lavrado em livro próprio. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução de capital da Companhia. **Mesa:** Presidente: Thiago Bellini Motta Leomil. Secretário: Flavio Noschese. **Deliberações:** Os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos: 1. Nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, aprovar a redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo à consecução de seus objetivos sociais, dos atuais R\$ 2.529.531,00 para R\$ 1.729.531,00 mediante o cancelamento de 800.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de titularidade dos acionistas, respeitada a proporção de ações ordinárias detidas por cada acionista, com a consequente restituição do valor de R\$ 800.000,00 aos acionistas, na proporção das ações ordinárias detidas por cada um no capital social total da Companhia. 2. A eficácia da redução de capital ora aprovada fica condicionada ao decurso do prazo legal de 60 dias, contado da publicação da presente ata, sem oposição de credores, ou, em caso de oposição, ao pagamento ou depósito judicial das quantias reclamadas, nos termos do artigo 174, §2º, da Lei nº 6.404/76. Após a implementação da redução, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 1.729.531,00, dividido em 1.729.531 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em razão disso, o artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5. - O capital social é R\$ 1.729.531,00 dividido em 1.729.531 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional". 3. Por fim, os acionistas resolveram, por unanimidade, autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos complementares à efetivação das deliberações acima tomadas. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 15 de abril de 2026. Thiago Bellini Motta Leomil - Presidente, Flavio Noschese - Secretário, Acionistas: VRED3 (Thiago Bellini Motta Leomil e Marcelo Rezende Rainho Teixeira), FNOS PARTICIPAÇÕES LTDA (Flavio Noschese).

DATA MERCANTIL
 SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
 comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

IBH Renováveis I S.A. e Controladas

CNPJ nº 44.749.645/0001-05

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://datamercantil.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 05 de março de 2026, sem modificações, contendo parágrafo de ênfase sobre a Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante	18.527	12.244	127.624	64.331	12	12	50.285	167.388
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	25.669	20.040	-	-	314.751	48.652
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	25	620	-	620	1.493
Dividendos a receber	-	-	-	4	-	-	4.351	-
IRPJ e CSLL a recuperar	217	-	6.454	-	9	821	3.830	8.912
Tributos a recuperar	288	992	345	7.441	-	-	5.707	2.721
Despesas antecipadas	-	-	122	6.107	-	-	-	-
Estoque	-	-	33	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	10.719	2.712	-	-	1.214.600	1.730.350
Total do ativo circulante	19.032	13.236	170.970	100.656	641	833	379.544	229.166
Não circulante	865.872	706.193	2.461.645	2.592.378	-	-	1.677.904	1.648.904
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	46.814	76.570	-	-	-	-
Tributos a recuperar	-	-	15	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas	-	-	6	-	-	-	-	-
Investimentos	865.872	706.193	2.001	76.570	1.677.904	1.648.904	1.677.904	1.648.904
Imobilizado	-	-	2.320.173	2.413.710	-	-	(320.000)	(320.000)
Intangível	-	-	92.636	102.098	(244.125)	(273.671)	(244.125)	(273.671)
Total do ativo não circulante	865.872	706.193	2.461.645	2.592.378	884.263	718.596	884.263	718.596
Total do ativo	884.904	719.429	2.632.615	2.693.034	884.904	719.429	2.632.615	2.693.034

Ativos	BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante	18.527	12.244	127.624	64.331	12	12	50.285	167.388
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	25.669	20.040	-	-	314.751	48.652
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	25	620	-	620	1.493
Dividendos a receber	-	-	-	4	-	-	4.351	-
IRPJ e CSLL a recuperar	217	-	6.454	-	9	821	3.830	8.912
Tributos a recuperar	288	992	345	7.441	-	-	5.707	2.721
Despesas antecipadas	-	-	122	6.107	-	-	-	-
Estoque	-	-	33	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	10.719	2.712	-	-	1.214.600	1.730.350
Total do ativo circulante	19.032	13.236	170.970	100.656	641	833	379.544	229.166
Não circulante	865.872	706.193	2.461.645	2.592.378	-	-	1.677.904	1.648.904
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	46.814	76.570	-	-	-	-
Tributos a recuperar	-	-	15	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas	-	-	6	-	-	-	-	-
Investimentos	865.872	706.193	2.001	76.570	1.677.904	1.648.904	1.677.904	1.648.904
Imobilizado	-	-	2.320.173	2.413.710	-	-	(320.000)	(320.000)
Intangível	-	-	92.636	102.098	(244.125)	(273.671)	(244.125)	(273.671)
Total do ativo não circulante	865.872	706.193	2.461.645	2.592.378	884.263	718.596	884.263	718.596
Total do ativo	884.904	719.429	2.632.615	2.693.034	884.904	719.429	2.632.615	2.693.034

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo em 01 de janeiro de 2024	Capital social				Transações com acionistas	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar						
Aumento de capital	1.587.953	(614.049)	(273.671)	(159.880)	29.398	569.751		
Integralização de capital	60.951	(60.951)	-	-	-	-	355.000	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	148	-	
Prejuízo do exercício	-	-	-	(206.303)	-	(206.303)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.648.904	(320.000)	(273.671)	(366.183)	29.546	718.596		
Aumento de capital	29.000	(29.000)	-	-	-	-	349.000	
Integralização de capital	-	349.000	-	-	-	-	-	
Ajuste outros resultados abrangentes (i)	-	-	29.546	-	(29.546)	-	-	
Prejuízo do exercício	-	-	-	(183.333)	-	(183.333)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.677.904	-	(244.125)	(549.516)	-	884.263		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Informações Gerais: 1.1 Contexto operacional: A IBH Renováveis I S.A. ("Companhia" ou "IBH Renováveis"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de janeiro de 2022, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98 - 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia é controlada direta do Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP IV"). Em 19 de setembro de 2022, a Companhia passou a ser a controladora da empresa Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("IBH IV"), através de aumento de capital realizado pelo FIP IV de 100% das ações da empresa. A IBH IV, constituída em 25 de setembro de 2019, tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

1.2 Relação de entidades controladas: As SPEs abaixo são controladas indiretas da Companhia e estão localizadas em Niquê-Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentil do Ouro, estado da Bahia, com o propósito específico de geração de energia eólica. Em 22 de outubro de 2021, a controlada direta IBH IV adquiriu participação societária correspondente a 16,67% do capital social da Gestão e Transformação Infraestrutura S.A., sociedade que tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial.

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Garantia Física - MWm	Início da autorização	Fim da autorização	Participação		Atividade principal	Controle
							31/12/25	31/12/24		
VT 06	Ventos de São Vitor 06	BA	32	16,3	03/11/2020	02/11/2055	16,67%	16,67%	Consultoria	Joint Venture
VT 07	Ventos de São Vitor 07	BA	44,8	22,2	03/11/2020	02/11/2055	100%	100%	Holding	Direto
VT 08	Ventos de São Vitor 08	BA	32	15,8	03/11/2020	02/11/2055	100%	100%	Holding	Indireto
VT 09	Ventos de São Vitor 09	BA	32	16,1	03/11/2020	02/11/2055	100%	100%	Holding	Indireto
VT 10	Ventos de São Vitor 10	BA	44,8	22,6	03/11/2020	02/11/2055	-	100%	Geração de energia	Indireto
VT 11	Ventos de São Vitor 11	BA	32	14,8	03/11/2020	02/11/2055	100%	100%	Geração de energia	Indireto
VT 12	Ventos de São Vitor 12	BA	32	15,7	03/11/2020	02/11/2055	100%	100%	Geração de energia	Indireto
VT 13	Ventos de São Vitor 13	BA	32	15,5	03/11/2020	02/11/2055	100%	100%	Geração de energia	Indireto
VT 14	Ventos de São Vitor 14	BA	38,4	17,8	03/11/2020	02/11/2055	100%	100%	Geração de energia	Indireto

1.3 Contratos de energia: O Complexo Eólico Ventos de São Vitor é composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada. Em 2019, o complexo comercializou cerca de 70% de sua energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL) firmados com a CEMIG Geração e Transmissão ("CEMIG"). Os contratos celebrados são de longo prazo, até dezembro de 2041, sendo que as condições comerciais permanecem confidenciais, em conformidade com as práticas de mercado e com as cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes. No que se refere à estrutura de financiamento de longo prazo, parte do Complexo Eólico Ventos de São Vitor conta com financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, enquanto outra parcela é financiada pelo Banco do Nordeste - BNB, refletindo uma estrutura de capital diversificada e alinhada às características do projeto.

1.4 Situação financeira: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo no montante de R\$18.391 na Controladora e negativo em R\$208.574 no Consolidado (positivo em R\$12.403 na Controladora e negativo em R\$128.510 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Total do ativo circulante	19.032	13.236
Total do passivo circulante	641	833
Capital circulante líquido	18.391	12.403

O Grupo registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação dos empreendimentos e os efeitos recentes de eventos de curtailment, os quais reduziram o resultado dos períodos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$ 549.516. As controladas indiretas possuem contratos de venda de energia de longo prazo, que proporcionam previsibilidade de receitas ao longo da vigência contratual, ainda que sujeitos a eventuais restrições operacionais do sistema elétrico. A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho operacional do Grupo, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital. No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico. Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: 2.1 Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 05 de março de 2026.

Ativos	BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita líquida de vendas	-	-	-	-	-	-	321.936	202.577
Custo de venda de energia elétrica	-	-	(245.625)	(206.452)	-	-	(76.311)	(3.875)
Lucro (prejuízo) bruto	(10.535)	(76)	(25.675)	(26.170)	(174.461)	(207.925)	1.812	-
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado com participações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-
(Prejuízo) lucro operacional	(184.996)	(208.001)	52.448	(30.045)	1.663	2.511	19.126	22.382
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	(235.470)	(186.328)
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro	1.663	2.511	(216.344)	(163.946)	1.663	2.511	(216.344)	(163.946)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(183.333)	(205.490)	(163.896)	(193.991)	(183.333)	(205.490)	(163.896)	(193.991)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(813)	(14.414)	(12.312)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	(5.023)	-
Prejuízo do exercício	(183.333)	(206.303)	(183.333)	(206.303)	(183.333)	(206.303)	(183.333)	(206.303)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	(0,11)	(0,13)	(0,11)	(0,13)	(0,11)	(0,13)	(0,11)	(0,13)

Ativos	BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízo do exercício	(183.333)	(206.303)	(183.333)	(206.303)	-	-	(29.546)	148
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(183.333)	(206.303)	(183.333)	(206.155)	(183.333)	(206.303)	(183.333)	(206.155)

Ativos	BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(183.333)	(206.303)	(183.333)	(206.303)	(183.333)	(206.303)	(183.333)	(206.303)
Prejuízo do exercício	(183.333)	(206.303)	(183.333)	(206.303)	-	-	19.437	-
Ajustes de receitas e despesas	-	-	-	-	-	-	102.821	88.535
Impostos de renda e contribuições sociais	-	-	-	-	-	-	6.436	-
Depreciação e amortização	-	-						

Associação Educadora da Infância e Juventude

CNPJ/MF nº 60.518.180/0001-20

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em unidades de reais)

Balancão Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Ativo	Notas	2025	2024	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulados	(-) Ajustes Exercícios Anteriores	Reservas Ajustadas	Ajustes de Avaliações	Patrimônio Líquido
Ativo Circulante		466.720.785,12	399.478.957,89	149.326.526,75	252.309.825,92	366.521,75	60.684.107,31	15.899.301,66	478.586.283,39
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	248.716.941,53	230.234.486,23						
Aplicações Financeiras	5	177.012.434,92	154.220.749,40						
Anuidades a Receber	6	1.784.365,09	1.587.324,22						
Estoque	7	15.560,39	73.181,90						
Outros Créditos	8	39.191.483,19	13.363.216,14						
Ativo Não Circulante		173.210.200,34	155.368.118,35						
Créditos	9	6.170,64	6.170,64						
Investimentos		16.191.303,89	21.708.483,79						
Imobilizado		212.973.410,50	184.648.253,88						
(-) Depreciação/amortização acumulada		(2.352.574,47)	(2.213.541,89)						
Ativo Compensado		1.273,98	43,00						
Bens terceiros comodato		1.273,98	43,00						
Total do Ativo		639.932.259,44	554.847.119,24						
Passivo e Patrimônio Líquido				Demonstração do Resultado do Período					
Passivo Circulante		33.802.915,54	29.383.983,36	Notas		2025		2024	
Fornecedores	10	1.926.237,58	1.190.187,39	Receitas das Atividades Continuadas		Educação		Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Obrigações com Empregados		6.097.956,09	5.100.558,39	Receita Bruta		151.632.607,85		Superávit do Exercício	
Encargos retidos de Terceiros		98.465,75	100.800,30	Anuidades Escolares		146.478.210,88		82.203.101,29	
Provisões	11	21.118.267,08	20.280.724,66	Cursos Extracurriculares		4.211.142,37		Passivo Compensado	
Receitas Antecipadas	12	2.765.014,43	2.405.794,02	Taxas e Inscrições		469.623,07		1.273,98	
Outras Contas e Encargos a Pagar		1.421.784,12	76.965,08	Receita de Reversão da PECLD		473.631,53		43,00	
Outras Obrigações		375.190,49	228.953,52	(-) Gratuidades Educacionais		(33.965.624,71)		3.000,00	
Passivo Não Circulante		397.476,34	661.977,74	Gratuidades Educacionais - LC 187/21		(19.120.138,74)		Outros Resultados Abrangentes	
Provisão Contingências	13	397.476,34	661.977,74	Gratuidades Institucionais 100%		(7.879.956,53)		Superávit do Período	
Patrimônio Líquido		605.730.593,58	524.801.115,14	Gratuidades Institucionais Parciais		(899.834,40)		46.214.831,75	
Patrimônio Social		149.326.526,75	149.326.526,75	Outras Bolsas de Estudo		(6.065.695,04)		Saldos em 31/12/2024	
Ajustes de Avaliações		17.492.619,41	16.738.932,43	Receita Bruta (-) Gratuidades		(117.666.983,14)		149.326.526,75	
Superávit/Déficit Acumulados		303.236.499,02	252.309.825,92	Deduções da Receita de Educação		(67.505,34)		298.524.657,67	
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	14	366.521,75	366.521,75	Cancelamentos e Devoluções de Anuidades		(66.806,05)		366.521,75	
Reservas Ajustadas Bens Móveis/Imóveis	15	53.105.325,36	59.844.476,54	Descontos Concedidos		(699,29)		53.105.325,36	
Superávit do Exercício		82.203.101,29	46.214.831,75	Resultado das Atividades Extracurriculares		846.568,79		1.533.898,46	
Passivo Compensado		1.273,98	43,00	Atividades Extracurriculares		7.587.358,86		7.336.385,86	
Bens terceiros comodato		1.273,98	43,00	(-) Deduções da Receita		(1.376.698,57)		(1.299.224,87)	
Total do Passivo		639.932.259,44	554.847.076,24	(-) Custos da Atividade		(5.364.091,50)		(4.503.262,53)	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis				Total das Receitas da Educação		118.446.046,59		110.834.152,21	
1. Do Contexto Operacional				(-) Custos dos Serviços Educacionais		(103.275.732,02)		(95.571.095,40)	
A Associação Educadora da Infância e Juventude - ASSEJ, é uma associação civil de fins não econômicos e caráter beneficente, filantrópico, educacional, cultural, assistencial e de promoção humana. Sua principal finalidade estatutária hoje, é promover a Educação, criando e mantendo estabelecimentos de ensino na Educação Básica. Todo o patrimônio da ASSEJ se presta ao exercício de suas finalidades estatutárias e, em caso de dissolução e extinção, o mesmo, descontado o passivo e respeitados os direitos e doações condicionais, será destinado a outra instituição congênere dotada de personalidade jurídica e devidamente registrada como Beneficente de Assistência Social. Na inexistência de instituição com as características descritas, o patrimônio remanescente deverá ser destinado a outra instituição pública, conforme art.54 do Estatuto Social. Aplica integralmente o resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, em conformidade com o art. 45 do Estatuto Social. "ASSEJ aplica no território nacional a totalidade de suas receitas, rendas, rendimentos e eventual resultado operacional positivo, também denominado superávit, objetivando a manutenção e desenvolvimento de seus objetivos estatutários" Na forma do art.195 § 7º da Constituição Federal é imune às Contribuições Sociais para a Seguridade Social, atendendo aos requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional e da Lei Complementar No 187/2021. É imune aos impostos Federais, Estaduais e Municipais, incidentes sobre seu patrimônio, renda e serviços, na forma do art.150, inciso VI, alínea c da Constituição Federal. 2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis - As Demonstrações Contábeis da ASSEJ foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, quais sejam: a) A Lei 6.404/76 (no que se aplica à natureza assistencial da Entidade); b) O conjunto das Normas Brasileiras de Contabilidade; e) A Norma de Entidades Sem Fins Lucrativos - Resolução No. 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002(R1). Estas Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da ASSEJ. Na forma da NBC TG 26, o conjunto das Demonstrações Contábeis inclui: a) Balancão Patrimonial; b) Demonstração do Resultado do Período - DRE; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; d) Demonstração do Resultado Abrangente do Período (dentro da DMPL, conforme item 106 NBC TG 26); e) Demonstração dos Fluxos de Caixa do Período; f) Notas Explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social, art. 26 letra c, após parecer do Conselho Fiscal. 3. Principais Políticas Contábeis - As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As Receitas de Prestação de Serviços são reconhecidas para refletir a transferência desses serviços prometidos a clientes, no valor que reflete a contraprestação à qual a ASSEJ espera receber em troca desses serviços, na forma da NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente. O Resultado do Exercício foi apurado segundo o registro de suas receitas e despesas pelo Regime de Competência. Com base na Lei Complementar 187/2021, foram concedidas neste ano, (bolsas de estudo na proporção de 1(uma) bolsa de estudo integral para cada 5(cinco) alunos pagantes. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente aplicado e de forma segregada das receitas a que se referem. Ativo Circulante: 4. Caixa e Equivalentes de Caixa - Abrangem saldos de Caixa, Bancos Conta Movimento e Aplicações Financeiras de Resgate Automático. Estes recursos são utilizados na gestão do fluxo de caixa diário da instituição. 5. As Aplicações Financeiras - referem-se aos recursos aplicados com prazos de vencimentos fixos, superiores a 30(trinta) dias, bem como as aplicações em Cadenetas de Poupança. 6. Anuidades a Receber - Representam os créditos a receber na Educação Básica, deduzidas as gratuidades e abatimentos concedidos, vencidos a menos de 5 anos, descontado o ajuste para créditos de liquidação duvidosa, somando-se ainda aos valores faturados nos cursos extracurriculares esportivos. 6.1 Cobrança dos títulos de anuidades é efetuada mensalmente e os créditos vencidos há mais de 6 (seis) meses são constituídos em Créditos de Liquidação Duvidosa, lançados a crédito de conta redutora de Provisão para Devedores Duvidosos, conforme determina o Item 14 da ITG 2002(R1). 6.2 Os valores vencidos a mais de 5 (cinco) anos, resultantes de cobranças judiciais infrutíferas, são baixados como perdas quando conhecidas. 6.3 Os títulos de anuidades renegociados são baixados da conta de Anuidades a Receber e lançados em contas de Outros Títulos a Receber, conforme o caso (Cheques-pré-datados, Notas Promissórias ou Cartões de Crédito a Receber). 6.4 Os títulos de renegociação não recebidos são cobrados judicialmente e, seu saldo registrado em Outros Títulos a Receber (Cobranças Judiciais em andamento). 6.5 As parcelas e matrículas recebidas no exercício corrente referentes aos serviços educacionais do exercício subsequente são classificadas no Passivo Circulante como "Receitas Antecipadas".									

PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

Lei Complementar nº 187/2021 Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

Atendido	
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)	270
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	53
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo	Art. 20
Quantidade mínima de bolsas 1/5	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendido

18 – A Entidade efetuou contratos de Seguros Patrimoniais, Educacionais e

Associação Educadora da Infância e Juventude

de Veículos, cujos prêmios totalizaram R\$ 673.716,33 (seiscentos e setenta e três mil, setecentos e dezesseis reais e trinta e três centavos). 19 – Em conformidade com seu Estatuto a ASSEJ exerce atividades de Alojamento/Pensionato, Cantina e Esportivas. Em atendimento à NBC TG 26, os custos e impostos incidentes sobre a Receita da Cantina restaram demonstrados conforme abaixo:	
	2025
(+) Receita Cantinas Internas	3.946.449,72
(-) ICMS	(317.249,38)
(-) CMV	(737.956,06)
20 – Em atendimento à NBC TG 26, os valores de juros que compõem o saldo da Receita Financeira totalizaram:	
	2024
Juros de Mora s/atraso escolar	734.011,15
	2025
Juros de Mora s/atraso escolar	687.029,03

	2025
(+) Receita Cantinas Internas	3.946.449,72
(-) ICMS	(317.249,38)
(-) CMV	(737.956,06)
20 – Em atendimento à NBC TG 26, os valores de juros que compõem o saldo da Receita Financeira totalizaram:	
	2024
Juros de Mora s/atraso escolar	734.011,15
	2025
Juros de Mora s/atraso escolar	687.029,03

21 – Na forma da Imunidade Tributária conferida pelo art.195§ 7º da Constituição Federal, considerando os requisitos da Lei complementar nº 187/2021, a ASSEJ reconheceu o total de R\$ 23.263.837,51 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos), como Cota Patronal, Seguro Acidente de Trabalho e Contribuições a Terceiros sobre a Folha de Pagamento, no ano de 2025. **22** – Na forma da Resolução CFC No.1.409/12, que aprovou a ITG 2002(R1), o Trabalho Voluntário das Associadas da ASSEJ prestado à Entidade, foi reconhecido pelo valor justo de mercado.

Irismar Sousa de Menezes – Diretora Presidente
Elisângela dos Santos Abreu – Contadora CRC 1SP 248.909/0-5

As Administradoras e Conselheiras da **Associação Educadora da Infância e Juventude – ASSEJ** – São Paulo/SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Educadora da Infância e Juventude – ASSEJ, que compreendem o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro do ano de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educadora da Infância e Juventude – ASSEJ em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base de opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos no desenvolvimento da auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa

auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Venda de Ativo Não Circulante:** A instituição no mês de dezembro/2025 realizou a venda de um imóvel localizado na cidade de Uberaba, no qual desenvolveu atividades hospitalares até o ano de 2011. De lá para cá, o imóvel estava em locação. O superávit obtido com a venda deste bem foi no montante de R\$ 21.913.507,75 (vinte e um milhões, novecentos e treze mil, quinhentos e sete reais e setenta e cinco centavos), representando em torno de 26% do total do superávit alcançado no exercício. Por outro lado, os fluxos de caixa da instituição não foram afetados pela venda neste exercício e o serão a partir do próximo exercício. **Implantação de Sistema Informatizado de Gestão:** Desde o ano de 2024 a instituição está em fase de implantação de novo sistema informatizado de suas rotinas administrativas. Considerando a complexidade de integração contábil das rotinas que envolvem as informações originadas dos sistemas de folha de pagamento, esta etapa deverá receber especial atenção até a conclusão da implantação. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração

pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, independentemente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às

circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras até aqui desconhecidas podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, sobre os aspectos de alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria.

Novo Hamburgo, 21 de março de 2026.

LR Consultoria e Auditoria Contábil Ltda.
 Auditora e Contadora – CRC/RS nº 3.848 – CNAI/PJ nº 103
Liliana Regina Ramos – Contadora CRC/RS nº 47.590
 Auditora Independente CNAI nº 5.796 – CPF nº 403.226.530-53

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

CNPJ/MF nº 05.032.035/0001-26

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independente estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado do Exercício – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Ativo	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	54	183	3.685	4.859			
Aplicações Financeiras	277.755	247.945	277.755	247.945			
Contas a receber	11.727	14.278	11.740	14.310			
Outras contas a receber	2.696	2.839	2.725	2.839			
Adiantamentos e antecipações	14.455	12.772	14.455	12.772			
Tributos a recuperar e compensar	508	-	508	-			
Total do ativo circulante	307.195	278.017	310.868	282.725			
Não circulante							
Outras contas a receber	149	101	149	101			
Adiantamentos e antecipações	32	32	32	32			
Tributos a recuperar e compensar	2.373	3.036	2.373	3.036			
Investimento em controlada	2.976	3.857	-	-			
Imobilizado em uso	3.257	2.101	3.257	2.101			
Bens intangíveis	12.375	14.787	12.375	14.787			
Direitos de uso	3.340	1.257	3.340	1.257			
Total do ativo não circulante	24.502	25.171	21.526	21.314			
Total do ativo	331.697	303.188	332.394	304.039			
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	5.864	3.151	5.977	3.151			
Outras obrigações	21.338	22.919	21.524	22.971			
Outras contas a pagar	418	160	768	929			
Dividendos a pagar	9.940	9.059	9.940	9.059			
Provisão para Contingências	-	120	48	150			
Total do passivo circulante	37.560	35.409	38.257	36.260			
Não Circulante							
Outras contas a pagar	79	135	79	135			
Obrigações de Direito de Uso	3.733	1.470	3.733	1.470			
Total do passivo não circulante	3.812	1.605	3.812	1.605			
Patrimônio líquido							
Capital social	140.100	128.600	140.100	128.600			
Reserva de capital	170	170	170	170			
Reserva de lucros	163.808	150.370	163.808	150.370			
Ajuste de avaliação patrimonial	(20.362)	(22.431)	(20.362)	(22.431)			
Reserva de Avaliação Patrimonial	6.609	9.465	6.609	9.465			
Total do patrimônio líquido	290.325	266.174	290.325	266.174			
Total do patrimônio líquido e passivo	331.697	303.188	332.394	304.039			
Resultado líquido do exercício	34.878	31.787					
Variação cambial de participação no exterior	2.069	(3)					
Reserva de Avaliação Patrimonial – CPC 42	(2.856)	4.583					
Resultado abrangente do exercício	34.091	36.367					
Resultado líquido do exercício	34.878	31.787					
Variação cambial de participação no exterior	2.069	(3)					
Reserva de Avaliação Patrimonial – CPC 42	(2.856)	4.583					
Resultado abrangente do exercício	34.091	36.367					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	113.000	170	143.243	170			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	128.600	170	150.370	170			
Dividendo por ação em R\$: 2025 – R\$ 0,41(2024 – R\$ 0,37)							
Fluxos de caixa das atividades operacionais							
Lucro antes do imposto de renda e Contribuição Social	53.246	50.943	53.183	51.502			
Ajustes							
Depreciações e amortizações	6.763	6.775	6.763	6.775			
Resultado na baixa de imobilizado por doação/descarte	40	-	40	-			
Resultados abrangentes – variação cambial	-	-	2.070	(3)			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(2.857)	4.583			
Resultado de participação em controlada	94	4.702	-	-			
Provisão para Contingência	(120)	(35)	(102)	(34)			
Lucro ajustado	60.023	62.385	59.097	62.823			
Variáveis de ativos e passivos							
Aumento (diminuição) em fornecedores	2.712	1.089	2.826	1.083			
Diminuição de outras obrigações	(3.654)	(5.055)	(3.458)	(5.564)			
Diminuição (aumento) em outros passivos	203	(75)	(217)	667			
Aumento em aplicações financeiras	(29.809)	(26.158)	(29.810)	(26.158)			
Aumento (diminuição) de contas a receber	2.645	1.704	2.637	1.671			
Aumento de adiantamentos e antecipações	(1.683)	(3.170)	(1.683)	(3.144)			
Diminuição de tributos a recuperar e compensar	155	116	155	116			
A Diretoria							
Dayane Aparecida Braga – Contadora CRC 1SP 298.631/0-8							

PUBLICIDADE LEGAL

Enops Engenharia S.A.

CNPJ nº 69.183.143/0001-82 - NIRE 35.300.372.212

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31/03/2026

Data, Hora e Local: 31/03/2026, às 09:45 hs, na sede social. **Mesa:** Sr. Carlos José Teixeira Berenhauser, **Presidente;** e Sra. Ana Helena Teixeira Berenhauser, **Secretária.** **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade das acionistas. **Deliberações Aprovadas:** (i) Aprovar integralmente o parecer dos Auditores Independentes, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como o relatório da administração relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025, os quais foram publicados no Diário Oficial e Mercantil em 31/03/2026. (ii) Ratificar o aumento do capital social da Companhia realizado em 31/12/2025, no montante de R\$ 20.000.000,00, com a emissão de 20.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pelas acionistas proporcionalmente às suas participações na Companhia, mediante a capitalização do referido montante contabilizado à conta de Reservas de Lucros, conforme apurado no Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2025, na forma do Boletim de Subscrição anexo a esta ata como **Anexo II.** Tendo isso em vista, o capital social da Companhia passa de R\$ 20.000.000,00 de reais, dividido em 20.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 40.000.000,00, dividido em 40.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a integralização feita através da capitalização da reserva de lucros. Assim, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a ser lido com a seguinte nova redação: **"Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 40.000.000,00, representado por 40.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas com direito a voto."** (iii) Ratificar a distribuição antecipada de lucros realizada às acionistas da Companhia ao longo do exercício de 2025, relativos aos lucros apurados pela Companhia no exercício social de 2025, no valor de R\$ 261.541,00. (iv) Observada a distribuição antecipada de lucros, nos termos do item (iii) supra, aprovar a destinação do saldo de lucros apurados pela Companhia no exercício social findo em 31/12/2025, no montante de R\$ 35.622.187,00, da seguinte forma: (a) o valor de R\$ 4.000.000,00 à conta de reserva legal; e (b) o montante de R\$ 31.622.187,00 será destinado à conta de reserva de lucros para reinvestimento na Companhia. (v) Aprovar o Plano de Negócios da Companhia (PN 2026), datado de 4 de fevereiro de 2026, autorizando sua implementação e execução, nos termos e prazos ali estabelecidos. (vi) Reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Carlos José Botelho Berenhauser, Ana Helena Teixeira Berenhauser e Fernando Franco Luzio. Os Conselheiros são reeleitos para período de gestão unificado de 3 (três) anos contados da presente data, permanecendo em seus cargos até a posse de seus respectivos sucessores, mantendo o Sr. Carlos José Botelho Berenhauser como Presidente do Conselho. Os Conselheiros ora eleitos são investidos nos seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse no livro de registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, bem como declaram, sob as penas da lei, que não estão incurso em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade comercial, empresarial ou de participar da administração da Companhia, bem como que não estão condenados, ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos, crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública e a propriedade. Os conselheiros ora eleitos são investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse constantes no **Anexo III** e no livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. (vii) Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, na Cidade de São Paulo/SP, passando da Rua James Watt, nº 142 - Conjunto 111 e 112 - Edifício Century Plaza, Berrini, para a Rua Luigi Galvani, nº 200 - Conjuntos 101 e 102 - Cidade Monções. Dessa forma, o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a ser lido da seguinte forma: **"Artigo 2º - A Companhia tem sede, foro administração na Rua Luigi Galvani, nº 200 - Conjuntos 101 e 102 - Brooklin Novo, CEP 04575-020, podendo abrir e fechar filiais ou escritórios em todos os pontos do território nacional ou no exterior, a critério da Diretoria."** (viii) aprovar acerca da constituição do **Consórcio Barcino Enops Bolandeira**, cujo objeto será a "Manutenção De Redes E Ramais De Esgoto Nos Municípios de Salvador e Lauro de Freitas Na Área de Abrangência da Unidade Regional da Bolandeira (Umb) - Licitação nº 010/2026, Modo de disputa fechado, PROCESSO SEI nº 100.0918.2026.0002647-06; (ix) aprovar sobre o Instrumento Particular de Constituição de Consórcio, firmado com as sociedades Enops Engenharia S/A, com sede à Rua James Watt, nº 142, Conjunto 111 e 112, Jardim Edith, São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 69.183.143/0001-82, JUCESP NIRE nº 35.300.372.21-2, e Barcino Esteve Construtora Ltda., com sede na Rua da Bélgica, nº 10, Edifício Dom João VI, 11º andar, sala 03, Comércio, Salvador, BA, CNPJ/MF nº 05.391.187/0001-15, JUCEB NIRE nº 29.202.529. (x) Em razão das deliberações acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que integra o presente instrumento na forma de **Anexo IV.** (xi) Autorizar a Diretoria a tomar todas as providências necessárias para a implementação das deliberações acima. **Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais. São Paulo, 31/03/2026. **Anexo IV - Estatuto Social "I - Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Duração - Artigo 1º - Enops Engenharia S.A.,** é empresa regular pelas disposições do presente Estatuto, consoante a Lei nº 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem sede, foro administração na Rua Luigi Galvani, nº 200 - Conjuntos 101 e 102 - Cidade Monções, podendo abrir e fechar filiais ou escritórios em todos os pontos do território nacional ou no exterior, a critério da Diretoria. § 1º - A Companhia possui Filial no seguinte endereço: Rua Dorotheo do Nascimento, nº 3.980, Galpão D - Zona Industrial Norte, Município de Joinville/SC, CNPJ nº 69.183.143/0007-78, com seis atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42902103151, sendo objeto social distribuição de água por caminhões, construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação, outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, administração de obras e comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de serviços públicos e de utilidades industriais, incorporação, administração e execução de obras de infraestrutura serviços de engenharia, inclusive projetos e consultoria, por conta própria e de terceiros, comércio, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos no seu campo de atuação, participação em consórcios, empreendimentos e licitações, bem como prestação de serviços de assistência técnica e manutenção destes equipamentos, distribuição e transporte por caminhão de água tratada (potável) para consumo humano treinamentos na sua área de atuação. **Artigo 4º -** A sociedade terá prazo de duração indeterminado. **II - Capital Social - Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R\$ 40.000.000,00, representado por 40.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas com direito a voto. **Artigo 6º -** Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º -** Os acionistas tem preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações anteriormente possuídas. **III - Assembleia Geral - Artigo 8º -** A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á ordinariamente nos 04 primeiros meses após o término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 9º -** Cada Ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, da Companhia, serão convocadas na forma da Lei, pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer uma das Acionistas, mediante envio de e-mail ou carta com aviso de recebimento e anúncio publicado com 15 dias de antecedência, no mínimo. A convocação deverá informar as matérias a serem tratadas e somente sobre elas poderá haver deliberação. Não obstante as formalidades aqui previstas relativas à convocação, a Assembleia Geral será considerada regularmente convocada quando a ela comparecerem todos os Acionistas da Companhia. **Artigo 10 -** A Assembleia Geral dos Acionistas, assim como a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária serão regidas pelos Artigos 121 a 137 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 11 -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e neste estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos não se computando os votos em branco. **Artigo 12 -** Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições que estejam previstas em lei (Artigo 132 da Lei 6.404/76), as atribuições abaixo: I. alteração do Estatuto Social da Companhia, em relação ao objeto social, aumento ou redução do capital social, eleição e destituição de Conselheiros de Administração e Fiscais, qualquer alteração na estrutura, poderes e competência do Conselho de Administração e da Diretoria; criação ou extinção de filiais; alteração de tipo societário da Companhia; II. aprovar as demonstrações financeiras anuais ou demonstrações financeiras de períodos intermediários e da destinação do resultado do exercício social, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento de dividendos; III. cisão, fusão, transformação ou incorporação da Companhia; IV. aprovar a aquisição, subscrição e a alienação de participação em qualquer outra sociedade; V. aprovar a participação em qualquer associação ou empreendimento, em negócios alheios ao objeto social ou alheios ao plano de negócios da Companhia; VI. aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens da Companhia não previstos no orçamento anual no valor individual ou no agregado superior a 10% do ativo total consolidado com base no último balanço auditado; VII. emissão de debêntures e outros títulos/valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias e ações preferenciais; VIII. aprovar a outorga de garantias reais, avais e fianças pela Companhia de valor igual ou superior a 10% do ativo total consolidado com base no último balanço auditado; IX. aprovar a obtenção de financiamento, arrendamento mercantil, operação de endividamento e confissão de dívidas em valor individual ou agregado superior a 10% do ativo total consolidado com base no último balanço auditado; X. aprovar a fixação da remuneração da Administração da Companhia; XI. aprovar a criação de classe de ações ou aumento de classe de ações existente sem guardar proporção com as demais; XII. aprovar a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização, de uma ou mais classes de ações ordinárias ou preferenciais; XIII. aprovar a resolução de casos omissos no Estatuto Social e exercício de outras atribuições que a lei ou o Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia; XIV. aprovar o início e término de dissolução, falência, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia. **IV - Administração - Artigo 13 -** A sociedade será administrada por uma Diretoria e por um Conselho de Administração compostos, respectivamente, por no máximo 02 e no máximo 03 Diretores e por no

mínimo 03 e no máximo 05 Conselheiros, todos com mandato de três anos, podendo ser reeleitos, devendo permanecer no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores, exceto em casos de renúncia ou destituição. **V - Conselho de Administração - Artigo 14 -** O Conselho de Administração é constituído por no mínimo 03 e no máximo 05 membros, eleitos pela Assembleia Geral. § Único - A totalidade dos Acionistas terá o direito de eleger um conselheiro externo e independente. **Artigo 15 -** Todas as reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou por qualquer de seus membros, mediante aviso por escrito, contra protocolo, com antecedência de 10 dias ao menos, indicando a ordem do dia e o horário em que a reunião se realizará, na sede da Companhia. As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão sempre secretariadas pelo outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, o qual será responsável pela lavratura das atas das reuniões. Não obstante as formalidades aqui previstas relativas a convocação, as reuniões do Conselho de Administração serão consideradas regularmente convocadas quando a elas comparecerem todos os Conselheiros da Companhia. **Artigo 16 -** Compete ao Conselho de Administração, mediante deliberação por maioria absoluta de votos, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei, as atribuições abaixo: I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II. eleger e destituir o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições; III. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; IV. convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou no caso do Artigo 132 da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6404/76); V. escolher e destituir os auditores independentes, se houver; VI. discutir, formatar, definir claramente o propósito, os princípios e os valores da Companhia e zelar por eles; VII. preservar, reforçar ou, caso necessário, promover transformações na cultura e na identidade da Companhia; VIII. dar o direcionamento estratégico, monitorar e apoiar a Diretoria na implementação das ações estratégicas para a Companhia; IX. exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria; X. definir a política de remuneração e incentivos da Diretoria como um todo, os objetivos e metas do Diretor Presidente, e avaliar o seu desempenho. Participar junto com ele, na definição de objetivos, metas e avaliação dos membros da Diretoria; XI. aprovar políticas e diretrizes que afetam a Companhia como um todo; XII. assegurar que a Diretoria identifique, mitigue e monitore os riscos da Companhia; XIII. monitorar o desempenho financeiro, fiscal e operacional e de atuação da Diretoria; XIV. apreciar o Relatório de Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; XV. manifestar-se sobre proposta para operações de mudança do tipo jurídico da Companhia, incluindo transformação, cisão, incorporação (e incorporação de ações) e fusão que envolvam a Companhia; XVI. determinar a realização de auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou ligadas da Companhia; XVII. manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido pela Diretoria à Assembleia Geral; XVIII. manifestar-se sobre qualquer proposta para a alteração de qualquer dos Artigos do Estatuto Social da Companhia; XIX. aprovar o orçamento anual elaborado pela Diretoria; XX. manifestar-se previamente sobre a obtenção de qualquer financiamento em valor individual ou agregado superior a 10% do ativo total consolidado com base no último balanço auditado; XXI. manifestar-se sobre qualquer proposta para aumentos de capital da Companhia; XXII. manifestar-se sobre qualquer proposta acerca da emissão de ações, bônus de subscrição, debêntures ou partes beneficiadas; XXIII. manifestar-se em projetos de investimentos em negócios alheios ao objeto social ou alheios ao plano de negócios da Companhia; XXIV. aprovar o parcelamento ou reassociação de quaisquer débitos tributários ou previdenciários, e o ingresso em qualquer programa extraordinário de liquidação de débitos tributários ou previdenciários aprovados pela administração federal, estadual ou municipal; XXV. aprovar qualquer alteração no orçamento anual; XXVI. aprovar a antecipação de receitas ou a securitização de recebíveis da Companhia, sob qualquer forma; e XXVII. aprovar a prorrogação ou renegociação de dívidas da Companhia com instituições financeiras, por razões exclusivamente financeiras. **VI - Diretoria - Artigo 17 -** Nos casos de ausência ou impedimentos temporários os Diretores substituir-se-ão mutuamente. **Artigo 18 -** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral, e a prática, para tanto, de todos os atos necessários, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral. **Artigo 19 -** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia os atos de qualquer dos acionistas, administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. § 1º - Caberá aos Diretores ou aos Procuradores constituídos em nome da Companhia, a prática dos atos necessários ou convenientes à sua administração, com exceção daqueles indicados no caput desta Cláusula, para tanto dispoem eles, entre outros poderes, dos necessários para (a) a representação da Companhia em Juízo e/ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, e (b) a administração, orientação e direção dos negócios sociais, incluindo a compra, venda, troca ou alienação por qualquer outra forma, de bens móveis da Companhia, determinando os respectivos termos, preços e condições e o uso da denominação social. § 2º - Respeitando o disposto no § 1º acima e observadas as disposições deste Estatuto, todo e qualquer documento que importe responsabilidade ou obrigação da Companhia, incluindo escrituras, contratos, notas promissórias, contratos de câmbio, cheques, ordens de pagamento e outros documentos não especificados, serão obrigatoriamente assinados por: I. um Diretor isoladamente; ou II. um Procurador devidamente constituído. § 3º - As procurações outorgadas pela Companhia serão firmadas por no mínimo 2 Diretores, e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais e administrativos, conter um período de validade limitado. § 4º - As procurações outorgadas pela Companhia para fins de representação em processos licitatórios poderão ser firmadas por apenas 1 Diretor. § 5º - Os poderes para comprar, vender, hipotecar ou por outro modo qualquer alienar ou gravar bens imóveis da Companhia, desde que previamente aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, deverão sempre ser exercidos por dois Diretores, por si ou por intermédio de procuradores com poderes especiais. **Artigo 20 -** Compete aos Diretores substituírem-se mutuamente nas suas ausências e impedimentos, o que deverá ser registrado no livro de Atas das Reuniões de Diretoria. **Artigo 21 -** A remuneração dos membros da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral. **VII - Conselho Fiscal - Artigo 22 -** É facultativa a eleição de Conselho Fiscal pela Assembleia Geral, o qual poderá ter a característica de funcionamento não permanente, composto de ser composto por no mínimo 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e 2 suplentes, permitida a reeleição destes. § Único - O Conselho Fiscal terá a remuneração que for estabelecida pela Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente. **VIII - Exercício Social - Artigo 23 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, proceder-se-á à elaboração do balanço e demais demonstrações financeiras. § Único - Os lucros líquidos ou prejuízos anualmente obtidos terão a aplicação que lhes for determinada pelo(s) acionista(s) representante(s) da maioria absoluta do capital social. Nenhum dos acionistas terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa e específica sobre a sua aplicação. **Artigo 24 -** Do lucro líquido apurado em cada balanço, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, conforme previsão do Artigo 193, § 1º primeiro e segundo da Lei nº 6.404/76. § Único - O saldo terá a destinação que a Assembleia estabelecer, inclusive para criação de reservas estatutárias, para contingências ou retenção de lucros inclusive a distribuição de dividendo mínimo obrigatório fixado em 10% (dez por cento) do lucro líquido da Companhia para o respectivo exercício social conforme estabelecido neste Estatuto Social. **IX - Da Dissolução e Liquidação da Sociedade - Artigo 25 -** No caso de falência, impedimento definitivo, inabilitação ou retirada de qualquer um dos acionistas, a Companhia não será dissolvida, devendo, os negócios continuarem entre o(s) acionista(s) remanescente(s) e os sucessores do(s) acionista(s) impedido(s) para a continuação da Companhia. § Único - Nos casos expressamente dispostos em lei ou por deliberação do(s) acionista(s), obedecendo se o quórum necessário, a Companhia será dissolvida sendo que o liquidante deverá ser nomeado por acionista(s) que represente(em) a maioria do capital social da Companhia. **Artigo 26 -** Em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, os acionistas nomearão seu liquidante por meio de Assembleia, observadas as formalidades para tanto, o qual poderá ser substituído ou destituído, mediante as mesmas formalidades para sua nomeação. § Único - Na hipótese de liquidação da Companhia, seus haveres serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateado entre os acionistas proporcionalmente ao número de ações que cada um possuir, observadas as formalidades aplicáveis previstas na Lei 6.404/76. **X - Das Disposições Finais - Artigo 27 -** Os Diretores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. **Artigo 28 -** Os casos omissos e divergências oriundas do presente contrato serão supridos ou resolvidos com a régência da Lei nº 6404/76. **Artigo 29 -** Qualquer controvérsia derivante ou relativa a presente Companhia, que não obtenha êxito na tentativa de solução entre os acionistas, será submetida exclusivamente a arbitragem. § Único - Referida arbitragem será conduzida segundo o regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá (CCBC), situada na Rua do Rocio, 12º andar, conjunto 121, Vila Olímpia, São Paulo/SP, por um árbitro escolhido pelos acionistas, ou em caso de divergência com base nas regras estabelecidas no regulamento indicado. **Artigo 30 -** Os Acionistas são signatários de Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia." Jucesp nº 152.385/26-5 em 16/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Taxas de juros têm queda firme na sessão com desbloqueio do Estreito de Ormuz pelo Irã

Ainda que alguma perda de ímpeto na segunda etapa do pregão, os juros futuros negociados na B3 encerraram a sessão desta sexta-feira, 17, com descompressão relevante, influenciada pelo desbloqueio do estreito de Ormuz pelo Irã, que reduziu os temores inflacionários e levou a uma percepção de que um acordo de paz entre o país persa e os Estados Unidos pode ser discutido com maior celeridade agora.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 cedeu de 14,051% no ajuste de ontem a 13,91%. O DI para janeiro de 2029 recuou a 13,16%, vindo de 13,336% no ajuste anterior. O DI para janeiro de 2031 teve baixa de 13,428% a 13,31%.

Ao longo da tarde, as taxas seguiram exibindo recuo firme, na ordem de 20 pontos-base nos vértices curtos e médios e 15 pontos nos vencimentos mais distantes, mas se afastaram das mínimas intradiárias atingidas pela manhã. A taxa para janeiro de 2031, por exemplo, chegou a 13,145% no final da manhã.

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araqchi, informou que a passagem de todas as embarcações comerciais pelo Estreito de Ormuz estaria "totalmente aberta" durante o período do cessar-fogo de dez dias entre Israel e o Hezbollah no Líbano, notícia que fez as cotações do petróleo desabarem cerca de 10% e o dólar despencar a mínima de R\$ 4,95, levando a reboque também os juros.

IstoÉDinheiro

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

datamercantil.com.br



PUBLICIDADE LEGAL

Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. e Controladas

CNPJ nº 34.984.919/0001-89

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://datamercantil.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 06 de março de 2026, sem modificações, contendo parágrafo de ênfase sobre a Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
Circulante	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa e equivalentes de caixa	1.897	5.112	109.097	52.086	268	5.627	50.271	167.376
Contas a receber	-	-	25.669	20.040	270.148	-	314.751	48.652
Contas a receber de partes relacionadas	-	25	-	25	-	1.493	-	1.493
Dividendos a receber	4	-	4	-	-	-	4.351	-
IRPJ e CSLL a recuperar	4.908	-	6.235	-	65	1.720	3.822	8.090
Tributos a recuperar	35	4.770	58	6.448	-	-	5.707	2.721
Despesas antecipadas	5	119	122	6.107	-	-	-	-
Estoque	-	-	33	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	1.875	2.669	10.719	2.712	-	504.795	1.214.600	1.730.350
Total do ativo circulante	8.724	12.695	151.937	87.418	270.481	8.840	378.902	228.332
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	46.814	76.570	-	-	18.507	14.922
Tributos a recuperar	-	-	15	-	396	-	396	-
Despesas antecipadas	-	-	6	-	-	-	129.726	-
Investimentos	1.125.856	1.205.125	2.001	2.001	1.621.502	1.615.952	1.621.502	1.615.952
Imobilizado	92	125	2.320.173	2.413.710	-	(328.590)	-	(328.590)
Intangível	2.077	1.882	92.636	102.098	(755.630)	(581.170)	(755.630)	(581.170)
Total do ativo não circulante	1.128.025	1.207.132	2.414.810	2.515.808	865.872	706.192	865.872	706.192
Total do ativo	1.136.749	1.219.827	2.613.582	2.679.796	1.136.749	1.219.827	2.613.582	2.679.796

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo em 01 de janeiro de 2024	Capital social		Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar			
Integralização de capital	1.557.001	(614.549)	(373.245)	(147)	569.060
Aumento de capital	-	58.951	-	-	344.910
Outros resultados abrangentes	-	-	-	147	147
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(207.925)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.615.952	(328.590)	(581.170)	-	706.192
Aumento de capital	13.000	(13.000)	-	-	-
Integralização de capital	-	334.140	-	-	334.140
Prejuízo do exercício	-	-	(174.460)	-	(174.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.628.952	(7.450)	(755.630)	-	865.872

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Informações Gerais: **1.1 Contexto operacional:** A Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("Companhia" ou "IBH IV"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de setembro de 2019, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98 - 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. **1.2 Relação de entidades controladas:** A IBH IV possui o controle da Infraestrutura Brasil Holding V S.A. ("IBH V"), constituída em 25 de setembro de 2019 e da Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. ("IBH SV"), constituída em 10 de setembro de 2021. Ambas as controladas diretas da IBH IV têm como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. Em 22 de outubro de 2021, a Companhia adquiriu participação societária correspondente a 16,67% do capital social da Gestão e Transformação Infraestrutura S.A., sociedade que tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial.

Participação

Empresa	31/12/25	31/12/24	Atividade principal	Controle
Gestão e Transformação Infraestrutura S.A. ("Gestão e Transformação")	16,67%	16,67%	Consultoria	Joint Venture
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	100%	100%	Holding	Direto
Infraestrutura Brasil Holding V S.A. ("IBH V")	100%	100%	Holding	Indireto
Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. ("IBH SV")	100%	100%	Holding	Indireto
Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. ("VSV")	-	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 01" ou "VT01")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 02" ou "VT02")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 03" ou "VT03")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 04" ou "VT04")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 05" ou "VT05")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 06" ou "VT06")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 07" ou "VT07")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 08" ou "VT08")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 09" ou "VT09")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 10" ou "VT10")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 11" ou "VT11")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 12" ou "VT12")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 13" ou "VT13")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 14" ou "VT14")	100%	100%	Geração de energia	Indireto

As Controladas indiretas possuem as seguintes características:

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Física - MWM	Início da autorização	Fim da autorização
VT 01	Ventos de São Vitor 01	BA	32	15,1	03/11/2020	02/11/2055
VT 02	Ventos de São Vitor 02	BA	32	16	03/11/2020	02/11/2055
VT 03	Ventos de São Vitor 03	BA	32	14,6	03/11/2020	02/11/2055

Garantia Física - Início da Fim da

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Física - MWM	Início da autorização	Fim da autorização
VT 04	Ventos de São Vitor 04	BA	32	15,3	03/11/2020	02/11/2055
VT 05	Ventos de São Vitor 05	BA	32	16,2	03/11/2020	02/11/2055
VT 06	Ventos de São Vitor 06	BA	32	16,3	03/11/2020	02/11/2055
VT 07	Ventos de São Vitor 07	BA	44,8	22,2	03/11/2020	02/11/2055
VT 08	Ventos de São Vitor 08	BA	32	15,8	03/11/2020	02/11/2055
VT 09	Ventos de São Vitor 09	BA	32	16,1	03/11/2020	02/11/2055
VT 10	Ventos de São Vitor 10	BA	44,8	22,6	03/11/2020	02/11/2055
VT 11	Ventos de São Vitor 11	BA	32	14,8	03/11/2020	02/11/2055
VT 12	Ventos de São Vitor 12	BA	32	15,7	03/11/2020	02/11/2055
VT 13	Ventos de São Vitor 13	BA	32	15,5	03/11/2020	02/11/2055
VT 14	Ventos de São Vitor 14	BA	38,4	17,8	03/11/2020	02/11/2055
Total			480	234		

A Companhia juntamente com suas controladas diretas e indiretas, é referida como "Grupo" ao longo das demonstrações financeiras. **1.3 Contratos de energia:** O Complexo Eólico Ventos de São Vitor é composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada. Em 2019, o complexo comercializou cerca de 70% de sua energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL) firmados com a CEMIG Geração e Transmissão ("CEMIG"). Os contratos celebrados são de longo prazo, até dezembro de 2041, sendo que as condições comerciais permanecem confidenciais, em conformidade com as práticas de mercado e com as cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes. No que se refere à estrutura de financiamento de longo prazo, parte do Complexo Eólico Ventos de São Vitor conta com financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, enquanto outra parcela é financiada pelo Banco do Nordeste - BNB, refletindo uma estrutura de capital diversificada e alinhada às características do projeto. **1.4 Situação financeira:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$261.757 na Controladora e R\$226.965 no Consolidado (positivo em R\$3.855 na Controladora e negativo em R\$140.914 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

Capital circulante líquido

Controladora	Consolidado
31/12/25	31/12/24
8.724	12.695
270.481	8.840
(261.757)	3.855

O Grupo registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação dos empreendimentos e os efeitos recentes de eventos de *curtailment*, os quais reduziram o resultado dos períodos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$755.630. As controladas indiretas possuem contratos de venda de energia de longo prazo, que proporcionam previsibilidade de receitas ao longo da vigência contratual, ainda que sujeitos a eventuais restrições operacionais do sistema elétrico. A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho operacional do Grupo, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital. No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico. Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: 2.1 Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 06 de março de 2026.

Receita líquida de vendas	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita líquida de vendas	-	-	-	321.936
Custo de venda de energia elétrica	-	-	(245.625)	(206.452)
Lucro (prejuízo) bruto	(91.229)	(118.692)	62.984	(29.969)
Despesas gerais e administrativas	(2.403)	(22.780)	(15.139)	(26.094)
Resultado com participações societárias	(88.826)	(95.912)	1.812	-
(Prejuízo) lucro operacional	(172.458)	(237.384)	49.657	(56.063)
Receitas financeiras	639	3.237	17.463	19.871
Despesas financeiras	(83.870)	(92.470)	(235.470)	(186.328)
Resultado financeiro	(83.231)	(89.233)	(218.007)	(166.457)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(172.458)	(237.384)	29.650	(76.190)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(14.414)	(11.499)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(5.023)	-
Prejuízo do exercício	(172.458)	(237.384)	(172.458)	(207.925)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	(0,11)	(0,13)	(0,11)	(0,13)

Prejuízo do exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízo do exercício	(174.460)	(207.925)	(174.460)	(207.925)
Outros componentes do resultado abrangente	-	147	-	147
Total do resultado abrangente	(174.460)	(207.778)	(174.460)	(207.778)

Prejuízo do exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízo do exercício	(174.460)	(207.925)	(174.460)	(207.925)
Outros componentes do resultado abrangente	-	147	-	147
Total do resultado abrangente	(174.460)	(207.778)	(174.460)	(207.778)

Prejuízo do exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízo do exercício	(174.460)	(207.925)	(174.460)	(207.925)
Outros componentes do resultado abrangente	-	147	-	147
Total do resultado abrangente	(174.460)	(207.778)	(174.460)	(207.778)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Prejuízo do exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízo do exercício	(174.460)	(207.925)	(174.460)	(207.925)
Ajustes de receitas e despesas	-	-	5.023	-
Depreciação e amortização	484	445	102.821	88.563
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	6.436	-
Resultado com participações societárias	88.825	95.912	(1.812)	-
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	(7.966)	-
Juros, variações monetárias e custo de emissão - debêntures, empréstimos e financiamentos	82.713	84.415	202.088	202.172
Atualização financeira de provisão de desmobilização	-	-	1.282	-
Provisão para processos judiciais	-	-	556	-
Variações nos ativos operacionais	-	-	(5.629)	(10.283)
Contas a receber	-	-	(1.468)	(1.468)
Contas a receber de partes relacionadas	(1.468)	37.975	(1.468)	(25)
Tributos a recuperar	(173)	(843)	140	(1.220)
Estoque	-	-	(33)	-
Despesas antecipadas	114	(11)	5.979	(1.236)
Outras contas a receber	794	1.049	(8.007)	1.028
Variações nos passivos operacionais	(5.359)	4.437	16.442	74.845
Fornecedores	(5.359)	4.437	16.442	74.845
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	(1.245)	1.619	11.006	11.037
Contas a pagar de partes relacionadas	-	51	-	51
Outras contas a pagar	-	-	2.303	(122)
Encargos regulatórios	-	-	2.986	65
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(9.775)	17.124	157.687	156.950
Juros pagos de debêntures, empréstimos e financiamentos	(45.815)	(121.105)	(132.815)	(195.373)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14)	-	(10.527)	(7.220)
Caixa líquido (aplicado nas) ger				

PUBLICIDADE LEGAL

Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. e Controladas

CNPJ nº 42.843.187/0001-35

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://datamercantil.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 14 de Abril de 2026, sem modificações, contendo parágrafo de ênfase sobre a Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	BALANÇO PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
Circulante	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa e equivalentes de caixa	118	243	50.090	10.083	1	5	20.528	52.731
Contas a receber	-	-	11.540	8.956	-	-	18.908	20.967
Dividendos a receber	29	29	-	-	-	-	1.557	1.013
IRPJ e CSLL a recuperar	645	-	649	-	-	-	2.595	-
Tributos a recuperar	-	577	7	1.054	-	-	1.209	2.682
Despesas antecipadas	-	-	-	2.661	-	-	-	1.342
Estoques	-	-	12	-	-	-	-	-
Total do ativo circulante	792	849	62.298	22.754	1	5	44.797	78.735
Não circulante								
Realizável a longo prazo	-	-	3.867	22.268	-	-	531.107	548.475
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	3.867	22.268	-	-	9.131	7.362
Investimentos	612.449	636.142	-	-	-	-	773	-
Imobilizado	-	-	1.163.322	1.173.269	-	-	75.715	-
Intangível	-	-	45.276	53.267	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	612.449	636.142	1.212.465	1.248.804	-	-	616.726	555.837
Total do ativo	613.241	636.991	1.274.763	1.271.558	685.717	678.050	685.717	678.050

Saldos em 01 de janeiro de 2024	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Integralização de capital	50.906	(7.255)	(39)	619.850
Outros resultados abrangentes	-	-	39	39
Prejuízo do exercício	-	(33.809)	-	(33.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	678.050	(41.064)	-	636.986
Integralização de capital	7.667	-	-	7.667
Prejuízo do exercício	-	(31.413)	-	(31.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	685.717	(72.477)	-	613.240

Fluxos de caixa das atividades operacionais	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízo do exercício	(31.413)	(33.809)	(31.413)	(33.809)
Outros componentes do resultado abrangente	-	38	-	38
Total do resultado abrangente	(31.413)	(33.771)	(31.413)	(33.771)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Informações gerais: 1.1 **Contexto operacional:** A Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. ("Companhia" ou "IBH SV"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de julho de 2021, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98 - 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e é controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("IBH IV") e, tem como controlador final, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria"). A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. 1.2 **Relação de entidades controladas:** A Companhia possui como investidas as Sociedades de Propósitos Específicos ("SPEs") abaixo que fazem parte do Complexo São Vitor, estão localizadas em Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro, estado da Bahia, e possuem o propósito específico de geração de energia eólica.

Empresa	Participação		Atividade principal	Controle
	31/12/25	31/12/24		
Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. ("VSV")	-	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 02" ou "VT02")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 04" ou "VT04")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 05" ou "VT05")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 06" ou "VT06")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 08" ou "VT08")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 09" ou "VT09")	100%	100%	Geração de energia	Direto
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 10" ou "VT10")	100%	100%	Geração de energia	Direto

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Garantia Física - MWm	Início da autorização	Fim da autorização	Total	
							236,8	118,3
VT 02	Ventos de São Vitor 02	BA	32	16	03/11/2020	02/11/2055		
VT 04	Ventos de São Vitor 04	BA	32	15,3	03/11/2020	02/11/2055		
VT 05	Ventos de São Vitor 05	BA	32	16,2	03/11/2020	02/11/2055		
VT 06	Ventos de São Vitor 06	BA	32	16,3	03/11/2020	02/11/2055		
VT 08	Ventos de São Vitor 08	BA	32	15,8	03/11/2020	02/11/2055		
VT 09	Ventos de São Vitor 09	BA	32	16,1	03/11/2020	02/11/2055		
VT 10	Ventos de São Vitor 10	BA	44,8	22,6	03/11/2020	02/11/2055		

A Companhia juntamente com suas controladas diretas, é referida como "Grupo" ao longo das demonstrações financeiras. 1.3 **Contratos de energia:** O Complexo Eólico Ventos de São Vitor é composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada. A Companhia controla 7 usinas eólicas que integram o Complexo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2. Em 2019, o complexo comercializou cerca de 70% de sua energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL) firmados com a CEMIG Geração e Transmissão ("CEMIG"). Os contratos celebrados são de longo prazo, até dezembro de 2041, sendo que as condições comerciais permanecem confidenciais, em conformidade com as práticas de mercado e com as cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes. No que se refere à estrutura de financiamento de longo prazo, parte do Complexo Eólico Ventos de São Vitor conta com financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, enquanto outra parcela é financiada pelo Banco do Nordeste - BNB, refletindo uma estrutura

de capital diversificada e alinhada às características do projeto. 1.4 **Situação financeira:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo no montante de R\$791 na Controladora e R\$17.501 no Consolidado (positivo em R\$844 na Controladora e negativo em R\$55.981 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024). Total do ativo circulante: 792; Total do passivo circulante: 1; Capital circulante líquido: 791. O Grupo registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação dos empreendimentos e os efeitos recentes de eventos de *curtailment*, os quais reduziram o resultado dos exercícios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$72.477. As controladas possuem contratos de venda de energia de longo prazo, que proporcionam previsibilidade de receitas ao longo da vigência contratual, ainda que sujeitos a eventuais restrições operacionais do sistema elétrico. A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho operacional do Grupo, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital. No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico. Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. 1.5 **Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro:** O CPC 23 estabelece que podem ocorrer ajustes ou erros no registro, mensuração, apresentação ou divulgação das demonstrações contábeis e que erros materiais de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, inclusive por reapresentação dos valores comparativos do período afetado. O Grupo revisa continuamente a apresentação e a divulgação de suas demonstrações para mantê-las adequadas e alinhadas às normas vigentes. 1.5.1 **Reclassificação de cifras comparativas:** Para assegurar a comparabilidade, foram realizadas reclassificações dos valores relativos à amortização da mais valia (vide nota explicativa nº 08) nas Demonstrações do Resultado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sem efeito no resultado do Grupo. Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	Reclassi- ficções	31/12/24	(Reclassificado)
Receita líquida de vendas	18	-	-	-
Custo de venda de energia elétrica	19	-	-	-
Resultado bruto	20	(879)	830	(49)
Despesas gerais e administrativas	8	(33.134)	(830)	(33.964)
Resultado com participações societárias	(34.013)	-	-	(34.013)
Prejuízo operacional	21	198	-	198
Receitas financeiras	21	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-
Resultado financeiro	198	-	198	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(33.815)	-	(33.815)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	6	-	6
Prejuízo do exercício	(33.809)	-	(33.809)	-

2. **Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** 2.1 **Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 13 de abril de 2026.

Francisco Moya Reina - Diretor Presidente
Gabriel Marinho de Farias - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Rodrigo Cesar de Moraes - Controller
Fabio Henrique Silva Marques - Contador - CRC SP-315705/0-3

Fluxos de caixa das atividades operacionais	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízo do exercício	(31.413)	(33.809)	(31.413)	(33.809)
Ajustes de receitas e despesas	-	-	-	-
Impostos de renda e contribuições sociais	-	-	8.458	-
Depreciação e amortização	-	-	52.899	38.168
Amortização de ativo de direito de uso	-	-	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	6.435	-
Resultado com participações societárias	25.177	33.964	-	-
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	(2.160)	-
Baixa de ágio	6.249	-	-	-
Juros, variações monetárias e custo de emissão - empréstimos e financiamentos	-	-	40.282	21.258
Atualização financeira de provisão de desmobilização	-	-	632	-
Variações nos ativos operacionais	-	-	632	-
Contas a receber	-	-	(2.584)	(4.473)
Contas a receber de partes relacionadas	-	1	-	-
Tributos a recuperar	(68)	90	398	(368)
Estoques	-	-	(12)	-
Despesas antecipadas	-	-	2.661	(157)
Outras contas a receber	-	-	-	11
Variações nos passivos operacionais	(4)	(3)	6.944	(4.556)
Fornecedores	(4)	(3)	6.944	(4.556)
Contas a pagar a partes relacionadas	-	(4.812)	544	(4.327)
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	1	(225)	(1.249)	4.980
Outras contas a pagar	-	-	1.137	1
Encargos regulatórios	-	-	(1.342)	52
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(58)	(4.794)	81.630	16.780
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-	-	(42.192)	(43.776)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1)	-	(5.314)	(3.730)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(59)	(4.794)	34.124	(30.726)

Fluxos de caixa das atividades de investimento	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	5.122	-	2.979
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	(4.828)	(55.658)
Integralização de capital em controladas	(7.861)	(53.058)	-	-
Redução de capital em controladas	128	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.733)	(47.936)	(4.828)	(52.679)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Resgate de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	20.561	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(17.517)	(15.995)
Integralização de capital	7.667	50.906	7.667	50.906
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	7.667	50.906	10.711	34.911
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos no início do exercício	(125)	(1.824)	40.007	(48.494)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	243	2.067	10.083	58.577
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	118	243	50.090	10.083

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.



datamercantil.com.br

FALE CONOSCO POR E-MAIL: comercial@datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Sol do Sertão Holding S.A. e Controladas

CNPJ nº 37.733.035/0001-40

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://datamercantil.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2026 sem modificações, contendo parágrafo de ênfase sobre a Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	BALANÇOS PATRIMONIAIS				Passivos	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
Circulante	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	Circulante	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa e equivalentes de caixa	81	2.542	12.791	63.659	Fornecedores	15	7	66.850	22.904
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	7.914	-	Empréstimos e financiamentos relacionados	-	-	52.737	49.999
Contas a receber	-	-	17.540	19.377	Contas a pagar a partes	-	-	20	178
IRPJ e CSLL a recuperar	19	-	19	-	IRPJ e CSLL	7	-	2.541	-
Tributos a recuperar	109	40	336	517	Tributos e obrigações trabalhistas	-	34	7.193	4.667
Despesas antecipadas	-	-	30	2.186	Encargos regulatórios	-	-	2.622	2.511
Estoque	-	-	63	-	Total do passivo circulante	22	41	131.963	80.259
Outras contas a receber	-	-	41	259	Não circulante	-	-	982.449	987.902
Total do ativo circulante	209	2.582	38.734	85.998	Empréstimos e financiamentos	-	-	982.449	987.902
Não circulante	-	-	-	-	Provisão para processos judiciais	-	-	1.531	-
Realizável a longo prazo	-	-	45.473	49.116	IRPJ e CSLL diferidos	-	-	5.611	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	196	-	Total do passivo não circulante	-	-	989.591	987.902
Tributos a recuperar	-	-	73	-	Patrimônio líquido	-	-	467.800	467.800
Despesas antecipadas	-	-	45.742	49.116	Capital social	467.800	467.800	467.800	467.800
Investimentos	130.758	275.225	-	-	Prejuízos acumulados	(336.855)	(190.034)	(336.855)	(190.034)
Imobilizado	-	-	1.167.613	1.210.376	Total do patrimônio líquido	130.945	277.766	130.945	277.766
Intangível	-	-	410	437	Total do passivo e patrimônio líquido	130.967	277.807	1.252.499	1.345.927
Total do ativo não circulante	130.758	275.225	1.213.765	1.259.929					
Total do ativo	130.967	277.807	1.252.499	1.345.927					

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social		Prejuízos acumulados		Total do patrimônio líquido	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Saldos em 01 de janeiro de 2024	467.800	-	(137.215)	-	330.585	-
Prejuízo do exercício	-	-	(52.819)	-	(52.819)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	467.800	-	(190.034)	-	277.766	-
Prejuízo do exercício	-	-	(146.820)	-	(146.820)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	467.800	-	(336.855)	-	130.945	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Informações Gerais: **1.1 Contexto operacional:** A Sol do Sertão Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "Sol do Sertão"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de dezembro de 2019, com sede fora na cidade e estado de São Paulo, na Rua Dr. Campos Bicudo, nº 98, 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia é controlada direta da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. ("IBH I") e, tem como controlador final, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria"). A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

1.2 Relação de entidades controladas: A Companhia possui 100% de participação nas seguintes Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"): Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. ("OB I"), Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. ("OB II") e Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. ("OB III").

Participação

Empresa	31/12/25	31/12/24	Atividade principal	Controle
Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A.	100%	100%	Geração de energia	Direto
Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A.	100%	100%	Geração de energia	Direto
Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A.	100%	100%	Geração de energia	Direto

As Controladas possuem as seguintes características:

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Garantia Física - MWm	Início da autorização	Fim da autorização
OB I	Sol do Sertão XXXVI	BA	40,82	13,1	29/07/2019	28/07/2054
OB I	Terra do Sol VII	BA	54,43	17,5	29/07/2019	28/07/2054
OB I	Terra do Sol XI	BA	47,62	15,3	29/07/2019	28/07/2054
OB II	Sol do Sertão VIII	BA	95,25	30,7	29/07/2019	28/07/2054
OB II	Sol do Sertão XII	BA	54,43	17,5	29/07/2019	28/07/2054
OB III	Sol do Sertão XIII	BA	74,84	24,1	29/07/2019	28/07/2054
OB III	Sol do Sertão XIV	BA	20,41	6,6	29/07/2019	28/07/2054
OB III	Sol do Sertão XXXV	BA	27,21	8,7	29/07/2019	28/07/2054
Total			415,01	133,5		

A Companhia juntamente com suas controladas, é referida como "Grupo" ao longo das demonstrações financeiras. **1.3 Contratos de energia:** Das oito usinas que integram o Complexo Solar Sol do Sertão, sete possuem contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), formalizados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL) de longo prazo firmados com a CEMIG Geração e Transmissão ("CEMIG"), em condições livremente negociadas entre as partes, até dezembro de 2041. Esses contratos preveem entrega anual de energia, sendo realizada, ao final de cada exercício, a apuração da energia efetivamente gerada e entregue, bem como das compensações financeiras decorrentes de eventuais diferenças entre os volumes contratados e realizados, conforme as regras pactuadas contratualmente. A usina Sol do Sertão XIV é, atualmente, a única unidade descontratada do complexo, possuindo menor capacidade instalada e menor garantia física em relação às demais usinas. Por essa razão, sua produção permanece exposta ao mercado de curto prazo, estando sujeita às variações do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). A condição de descontratação da usina Sol do Sertão XIV não compromete a performance operacional do complexo como um todo, mas representa uma oportunidade de flexibilidade comercial, permitindo a eventual celebração de novos contratos no ACL ou a captura de oportunidades de mercado, conforme a estratégia comercial adotada. **1.4 Situação financeira:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo no montante de R\$187 na Controladora e

negativo em R\$93.229 no Consolidado (positivo em R\$2.541 na Controladora e R\$5.739 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora	Consolidado
Total do ativo circulante	209	2.582
Total do passivo circulante	22	41
Capital circulante líquido	187	2.541

O Grupo registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação dos empreendimentos e os efeitos recentes de eventos de *curtailment*, os quais reduziram o resultado dos exercícios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$ 336.855. As controladas possuem contratos de venda de energia de longo prazo, que proporcionam previsibilidade de receitas ao longo da vigência contratual, ainda que sujeitos a eventuais restrições operacionais do sistema elétrico. A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho operacional do Grupo, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital. No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico. Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. **1.5 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:** O CPC 23 estabelece que podem ocorrer ajustes ou erros no registro, mensuração, apresentação ou divulgação das demonstrações financeiras e que erros materiais de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, inclusive por reapresentação dos valores comparativos do período afetado. O Grupo revisa continuamente a apresentação e a divulgação de suas demonstrações para mantê-las adequadas e alinhadas às normas vigentes. **1.5.1 Reclassificação de cifras comparativas:** Para assegurar a comparabilidade, foram efetuadas reclassificações nos valores relativos à alocação da parcela variável da multa devida à CEMIG, decorrente da geração de energia inferior (vide Nota Explicativa nº 11), nas Demonstrações do Resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sem impacto no resultado do Grupo. Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
Receita líquida de vendas	18	163.553
Custo de venda de energia elétrica	19	(130.505)
Lucro bruto	33.048	33.048
Despesas gerais e administrativas	20	(236)
Lucro operacional	32.812	32.812
Receitas financeiras	21	16.137
Despesas financeiras	21	(93.299)
Resultado financeiro	(77.162)	(77.162)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(44.350)	(44.350)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(8.469)
Prejuízo do exercício	(52.819)	(52.819)

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: **2.1 Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2026.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízo do exercício	(146.820)	(52.819)	(146.820)	(52.819)
Total do resultado abrangente	(146.820)	(52.819)	(146.820)	(52.819)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(146.820)	(52.819)	(146.820)	(52.819)

Fluxos de caixa das atividades operacionais

	Controladora	Consolidado
Prejuízo do exercício	(146.820)	(52.819)
Ajustes de receitas e despesas	7	16.764
Impostos de renda e contribuições sociais	-	47.058
Depreciação e amortização	-	1.475
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	54.519
Resultado com participações societárias	146.912	52.936
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	(7.144)
Juros, variações monetárias e custo de emissão - empréstimos e financiamentos	-	90.289
Provisão de multa por geração inferior	-	62.921
Provisão para processos judiciais	-	1.531
Variáveis nos ativos operacionais	-	1.837
Contas a receber	-	(361)
Tributos a recuperar	(88)	(63)
Estoque	-	2.083
Despesas antecipadas	-	218
Outras contas a receber	-	-
Variáveis nos passivos operacionais	7	(2)
Fornecedores	(2)	(18.976)
Contas a pagar a partes relacionadas	-	(158)
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	(16)	3.383
Provisão para processos judiciais	-	(182)
Encargos regulatórios	-	111
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2	235
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-	(42.808)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18)	(9.469)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(16)	235
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	(4.135)
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	(5.743)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(2.445)	-
Integralização de capital nas controladas	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.445)	(5.743)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2	(48.938)
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	51.811
Resgates de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	(50.197)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(47.477)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(47.324)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(2.461)	235
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.542	2.307
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	81	2.542

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Fabio Henrique Silva Marques

Contador - CRC SP-315705/O-3

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.



FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - Companhia Aberta

Edital de 1ª (primeira) Convocação Assembleia Geral de Debenturistas da 8ª (oitava) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., a ser realizada em 07 de maio de 2026

A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia" ou "Emissora") na qualidade de emissora das debêntures objeto da 8ª (oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., celebrado em 25 de março de 2022, conforme aditado, entre a Companhia, na qualidade de Emissora, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.014.553/0001-91 ("TPI"), a Brvias Holding Tbr S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.347.081/0001-75 e a Juno Participações e Investimentos S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.252.691/0001-86 ("Juno") e a VXPavarrini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0004-01, na qualidade de agente fiduciário representante da comunidade dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão"), convocar os titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) objeto da Emissão ("Debenturistas") para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") a ser realizada em primeira convocação em 07 de maio de 2026, às 15 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") por meio de sistema eletrônico Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), cujo link de acesso será encaminhado aos Debenturistas que se habilitarem validamente, nos termos deste Edital, a fim de deliberar sobre as matérias listadas no item (2) abaixo. (1) **Considerando que:** (a) à época da realização da Emissão, foi informado aos Debenturistas que Furnas havia ingressado com arbitragem objetivando exercer a preferência para aquisição da totalidade da participação detida pela Juno na Tjioá Participações e Investimentos S.A. ("Tjioá") e na CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A., correspondente a 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) do capital social de cada companhia ("Arbitragem Furnas"); (b) a Escritura de Emissão autoriza a venda das ações da Tjioá e da Juno e, nos termos de sua Cláusula 6.2, previu mecanismo de Amortização Extraordinária Obrigatória em caso de "venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente da Tjioá ou das Ações Alienadas Fiduciariamente da Juno, incluindo, mas não se limitando a eventual venda forçada"; (c) no âmbito da Arbitragem Furnas, em decisão proferida pelo Tribunal Arbitral, no procedimento arbitral CCBC 36/2021/SEC6, foi deferido o pedido de Centrais Elétricas do Brasil S.A. – Eletrobras ("Axia"), de concessão de tutela específica do direito de preferência previsto nos acordos de acionistas da Tjioá, determinando-se que Juno pratique os atos necessários à alienação, em favor da Axia, das ações de sua emissão e de propriedade da TPI ("Decisão Arbitral" e "Venda Forçada"); (d) a Decisão Arbitral caracteriza-se como hipótese de venda forçada das Ações Alienadas Fiduciariamente, nos termos previstos na Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão; (e) após a Decisão Arbitral que determinou a venda forçada das Ações Alienadas Fiduciariamente, Axia e TPI travaram disputadas acerca do valor da venda das ações e que recentemente chegaram a um entendimento sobre referido valor, de modo a encerrar a disputa, no melhor interesse de todos, inclusive da Emissora; (f) a Venda Forçada implica a transferência do controle societário da Juno e, indiretamente, da Tjioá para o(s) novo(s) acionista(s); (g) a Escritura de Emissão prevê a observância dos Índices Financeiros, sendo certo que a sua primeira mediação ocorreu em 31 de março de 2024; (h) nas medições dos Índices Financeiros ocorridas desde 31 de março de 2024 até a presente data, a leitura dos *covenants* foi realizada conforme as definições de fluxo de caixa prevista no item (2), (vii) abaixo; (i) alguns Debenturistas solicitaram que o Anexo V da Escritura de Emissão contendo a metodologia de cálculo do Índice Financeiro anteriormente existente fosse aperfeiçoado a fim de dar clareza ao cálculo dos Índices Financeiros; (j) apesar de a Escritura de Emissão prever o mecanismo de Amortização Extraordinária e não obstante ser uma consequência natural da Venda Forçada, a Emissora deseja realizar a presente AGO visando atribuir conforto à Axia com relação à liberação das garantias, bem como clarificar a redação dos Índices Financeiros; (2) **Ante ao exposto, a Emissora convoca os Debenturistas para deliberar sobre:** (i) não obstante o previsto na Cláusula 6.2, item (b.ii), da Escritura de Emissão, realização de uma Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures no montante de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), em até 5 (cinco) Dias Úteis após o fechamento da Venda Forçada, devendo ser realizado o depósito dos recursos pela compradora, por conta e ordem da TPI, diretamente na Conta Vinculada TBR ("Valor da Amortização" e "Amortização Venda Forçada", respectivamente), observado que (a) o Valor da Amortização engloba Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração; (b) não será pago qualquer prêmio; (c) até a presente data, não é devido qualquer Encargo Moratório; e (d) o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e a B3, deverão ser comunicados com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da efetiva data de Amortização Venda Forçada, sendo que, uma vez realizada a Amortização Venda Forçada, serão excluídas as Cláusulas 6.2 e 6.3 da Escritura de Emissão, bem como as demais referências à Amortização Extraordinária Obrigatória; (ii) em decorrência da realização da Amortização Venda Forçada, a alteração do cronograma de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures previsto na Cláusula 5.13 da Escritura de Emissão, de modo que a tabela de amortização prevista na Cláusula 5.13 da Escritura de Emissão seja alterada para incluir um evento de Amortização no montante de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), que deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis após o fechamento da Venda Forçada; (iii) no prazo de até 1 (um) Dia Útil da realização da Amortização Venda Forçada, a transferência do montante de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) oriundos da Venda Forçada para depósito direto pela compradora, por conta e ordem da TPI, na Conta Vinculada da TBR (conforme definida no Contrato de Garantia TBR) ("Depósito Conta Vinculada TBR"), sendo certo que tais recursos serão disponibilizados pela TPI à TBR ("Recursos Venda Forçada"), por meio de (a) contrato de mútuo entre TPI, na qualidade credora, e Companhia, na qualidade de devedora ("Mútuos TPI") e/ou (b) aumento de capital da Companhia ("Aumento de Capital TPI"). Para fins de clareza, a soma do valor do Mútuos TPI e/ou do Aumento de Capital TPI deverá totalizar o montante de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), sendo certo que caso seja realizado via Mútuos TPI, tal mútuo será remunerado pela NTN-B (Nota do Tesouro Nacional – Série B). Os recursos do Mútuos TPI e/ou Aumento de Capital deverão ser destinados exclusivamente para as despesas relacionadas diretamente à manutenção ou ampliação do Projeto ("Destinação de Uso dos Recursos Venda Forçada"). Os Recursos Venda Forçada depositados na Conta Vinculada TBR serão transferidos de forma faseada para a Conta de Livre Movimentação TBR ("Liberação de Recursos"), sendo certo que o valor da primeira liberação de recursos ("Primeira Transferência") será definido e discutido na Assembleia Geral de Debenturistas, respeitado o quórum de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Após a Primeira Transferência e a cada nova Liberação de Recursos, a Companhia deverá enviar ao Agente Fiduciário um relatório atestando a Destinação de Uso dos Recursos Venda Forçada que deverá conter o montante de investimento realizado, a destinação vinculada ao Projeto, o local e a descrição do investimento e/ou gasto realizado ("Relatório de Uso"). A apresentação do Relatório de Uso da Liberação de Recursos exatamente anterior ao Agente Fiduciário é condição precedente para cada nova Liberação de Recursos; (iv) se aprovado o item (iii) acima, autorização para pagamento, total ou parcial, pela Companhia, do saldo devedor do Mútuos TPI ("Pagamento Mútuos") e/ou a autorização para que a Companhia faça a devolução do Aumento de Capital TPI via redução de capital social da Companhia ("Redução de Capital Permitida") conforme previsto abaixo. (iv.1) Com relação aos Recursos Venda Forçada depositados na Conta Vinculada TBR, estes poderão ser devolvidos a TPI por meio do pagamento de Pagamento Mútuos e/ou Redução de Capital Permitida caso: a. ocorra a publicação de ato administrativo do poder concedente que aprove um aumento das tarifas, excluindo reajustes inflacionários, a serem cobradas pela Companhia no âmbito do Contrato de Concessão, observado que nessa hipótese o Pagamento Mútuos e/ou Redução de Capital Permitida, serão calculados conforme venha ser discutido na Assembleia Geral de Debenturistas; b. a Companhia celebre novo financiamento de acordo com termos a serem discutidos na Assembleia Geral de Debenturistas; c. a publicação do ato administrativo do poder concedente que aprove a prorrogação do prazo final do Contrato de Concessão, por, no mínimo, em 3 (três) anos adicionais da atual data de encerramento do Contrato de Concessão; (iv.2) Com relação aos Recursos Venda Forçada depositados na Conta Vinculada TBR que tenham sido liberados para Conta Livre Movimentação TBR, estes poderão ser devolvidos a TPI conforme venha ser discutido na Assembleia Geral de Debenturistas. (v) (a) Alteração da Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão, a fim de excluir o prêmio previsto no item (iii) da Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão, de forma que o Resgate Antecipado Facultativo (quando e se realizado) será realizado mediante o pagamento integral do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do efetivo resgate, se for o caso; e (iii) sem qualquer prêmio; e (b) a alteração da Cláusula 6.1.7 da Escritura de Emissão, de forma a permitir que o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado em qualquer momento, respeitando os prazos de comunicação previstos na Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão. Nos termos do §1º do artigo 1º da Resolução CMN 4.751, os Debenturistas, representando, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, deliberarão pela desconsideração dos requisitos previstos nos incisos III e IV do artigo 1º de tal resolução (itens (a.iii) e "b" acima); (vi) a autorização para liberação, sob Condição Suspensiva, das seguintes obrigações e garantias ("Liberação das Garantias"): (a) da Fiança (conforme definida na Escritura de Emissão) outorgada pela Juno em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definida na Escritura de Emissão) ("Fiança Juno"), sendo que após o implemento da Condição Suspensiva (conforme definida abaixo), a Juno deixará de ser parte da Escritura de Emissão e todas as obrigações lá previstas com relação, exclusivamente, à Juno perderão a sua validade e eficácia, de forma automática; (b) da totalidade das obrigações e garantias outorgadas pela Juno no âmbito da Emissão, incluindo, mas não se limitando, aquelas assumidas e/ou outorgadas no âmbito da Escritura de Emissão e do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças", celebrado entre a Juno, Tjioá, o Agente Fiduciário, entre outros, relativo à alienação fiduciária das ações de emissão da Tjioá, conforme aditado pelo primeiro e segundo aditamento ("Contrato de Garantia Juno"), sendo que após o implemento da Condição Suspensiva (conforme definida abaixo) o Contrato de Garantia Juno perderá a sua validade e eficácia, de forma automática; e (c) da Alienação Fiduciária de Ações Juno, outorgadas pela TPI e pela Mercúrio, no âmbito do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária Sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças", celebrado entre a TPI, a Mercúrio, o Agente Fiduciário, entre outros, relativo à alienação fiduciária das ações de emissão da Juno, conforme aditado pelo primeiro e segundo aditamento ("Contrato de Garantia TPI e Mercúrio"), sendo que após o implemento da Condição Suspensiva (conforme definida abaixo) o Contrato de Garantia TPI e Mercúrio perderá a sua validade e eficácia, de forma automática; e Se aprovado todos os itens acima: (i) a Juno e a Tjioá serão, sob Condição Suspensiva, liberadas da condição de garantidoras da Escritura de Emissão, bem como, após o implemento da Condição Suspensiva, as ações de sua emissão e dos ativos de sua propriedade e/ou posse não figurarão mais como garantias no âmbito da Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia Juno e do Contrato de Garantia TPI e Mercúrio ("Garantias Liberadas"); e (ii) o Agente Fiduciário deverá assinar, sob Condição Suspensiva, o termo de liberação das garantias acima descritas, em até 1 (um) Dia Útil da data de aprovação desta ordem do dia em sede da presente Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a "Condição Suspensiva" será a realização do fechamento da Venda Forçada descrita no item (i) acima e do Depósito Conta Vinculada TBR, de forma que será considerada implementada simultaneamente à realização de ambos os eventos. O termo de liberação deverá prever ainda a mais ampla, irrevogável e irretroatável quitação para a Juno e a Tjioá em relação a toda qualquer obrigação da Juno e da Tjioá, presente, passada e futura, no âmbito das Debêntures. Após a Liberação das Garantias, as Debêntures manterão as seguintes garantias: (i) Garantias da BRVias; e (ii) Garantia da TBR. (vii) deliberar sobre a alteração a definição de Fluxo de Caixa constante no Anexo V da Escritura de Emissão que passar a ter a seguinte redação: "Fluxo de Caixa" significa o seguinte somatório: (+) EBITDA Ajustado. (-) Despesas correntes de Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). (-) Redução no ativo circulante ou (+) Aumento no ativo circulante. (+) Redução no passivo circulante ou (-) Aumento no passivo circulante. (-) Aquisição de Imobilizado. (-) Adição ao Intangível e Ativo de Contrato (Intangível em Construção). Caso sejam aprovados os itens acima, a Emissora e o Agente Fiduciário estão autorizados a praticar, em conjunto, todos e quaisquer atos e assinamentos e quaisquer documentos necessários para fins de formalização das deliberações tomadas nos itens anteriores; As matérias objeto da ordem do dia devem ser aprovadas por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão). A Assembleia será exclusivamente por meio da Plataforma Digital, com link de acesso a ser disponibilizado pela Companhia às seguintes Debenturistas habilitados que enviarem aos endereços ri@triunfo.com e agente.fiduciario@vortex.com.br; jsc@vortex.com.br, imprerivelmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ou seja, até 07 de maio de 2026, às 14h. Não admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas Para participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário, os seguintes documentos: (a) quando pessoa natural: documento de identidade reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável; (b) quando pessoa jurídica: os atos societários pertinentes que comprovem a sua representação legal (contrato e/ou estatuto social e/ou regulamento), acompanhados dos respectivos atos de eleição de seus administradores, todos devidamente formalizados e registrados perante os órgãos competentes; e (c) na hipótese de representação do Debenturista, instrumento de procuração, devendo a procuração conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. As instruções gerais para participação na Assembleia Geral de Debenturistas, bem como os documentos atinentes à Ordem do Dia, encontram-se à disposição dos Debenturistas, na sede da Companhia, bem como nos seguintes websites: (i) da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>); (ii) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br); (iii) de relações com investidores da Companhia e (iv) do Agente Fiduciário (<https://www.vortex.com.br/investidor>). Termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesse edital de convocação terão o significado atribuído na Escritura de Emissão. 07 de maio de 2026. Paulo Roberto Hanke, Diretor de Relações com Investidores. (16, 17 e 18/04/2026)

Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 17.863.504/0001-38 - NIRE 35.300.457.161

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas

Serve a presente para convocar os acionistas da Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A. inscrita no CNPJ sob o nº 17.863.504/0001-38 ("Companhia"), para participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 11:00, em primeira convocação, e às 11:30, em segunda convocação, de forma exclusivamente remota, via videoconferência, conforme procedimento abaixo, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelo Auditor Independente, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, bem como a destinação dos resultados auferidos no referido período; e (iii) deliberar sobre a proposta de orçamento para o exercício social de 2026. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 4.699.923,88 mediante a emissão de 87.521.860 ações ordinárias, todas nominativas, com preço de emissão unitário de R\$ 0,0537, nos termos do art. 170 da Lei das S.A., a ser integralizado no prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser um prazo menor, a ser notificado, pela Companhia aos acionistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, conforme necessidade de caixa da Companhia. (ii) a alteração do endereço da sede da Companhia; (iii) com a aprovação do item (i), a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia e a consolidação do Estatuto Social; (iv) com a aprovação do item (ii), a alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia e a consolidação do Estatuto Social. Ressaltamos que nos termos da cláusula 4.1.4 do Acordo de Acionistas da Companhia, a matéria constante no item (i) acima envolve uma **Materia Sujeita à Aprovação Qualificada dos Acionistas** (conforme definido no Acordo de Acionistas), sendo necessário votos representativos de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social votante da Companhia para sua aprovação. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente à distância e transmitida ao vivo na modalidade digital, por meio da plataforma de comunicação Teams. Para participar da Assembleia, o acionista deverá observar o procedimento abaixo indicado. O acionista poderá ser representado por outro acionista ou por advogado, mediante outorga de procuração com poderes específicos para votar as matérias constantes da Ordem do Dia, devendo uma cópia da procuração e de documento de identidade do procurador ser apresentada fisicamente ou enviada ao e-mail juridico.consultivo@hshinvest.com, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia. **Procedimento para a Participação e Votação à Distância:** a. Link de acesso à transmissão da Assembleia: (<https://teams.microsoft.com/22207800068196?p=M34EHF30VocMeAt3G>) (necessário copiar e colar o endereço eletrônico acima no navegador, para acessar a plataforma Teams). b. A participação e a votação do acionista (ou seu procurador) ocorrerão de forma remota, por vídeo, áudio ou mensagens na ferramenta "Chat" disponível na plataforma Teams. c. Recomendamos que o acionista (ou seu procurador) acesse a plataforma Teams antes do horário de início da Assembleia para eventuais ajustes em sua conexão. d. Caberá ao acionista (ou seu procurador) providenciar sua estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem transmissão de vídeo e áudio. Recomendamos o uso de internet banda larga ou similar. e. A Assembleia será gravada para os devidos fins legais. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Em conformidade com o Art. 7º, parágrafo único, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, segue anexo ao presente edital o boletim de voto à distância na forma do Anexo I, a fim de viabilizar o voto à distância de V. Sa. Como determina o art. 9º da referida Instrução, caso V. Sa. opte por esta alternativa, deverá encaminhar o documento preenchido ao seguinte endereço postal: Avenida Juridico Juscelino Kubitschek, nº 1400, 13º andar, CEP: 04543-000, São Paulo/SP, e/ou o endereço eletrônico juridico.consultivo@hshinvest.com com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência da realização da assembleia. São Paulo/SP, 15 de abril de 2026. **Bruno Sampaio Greve** – Presidente do Conselho de Administração e Diretor da Companhia. (16, 17 e 18/04/2026)

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de 1ª (primeira) Convocação para a Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 23ª Emissão em Série Única a ser realizada em 06 de maio de 2026

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 23ª Emissão em Série Única BSI Capital Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 11.3 do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 06 de maio de 2026, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **a)** As Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Auditor Independente S/S, na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, especialmente artigo 5º, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulamentares aplicáveis. **b)** Alteração das Cláusulas 2.3 e 2.4 da Cédula de Crédito Bancário nº 10013864-0, de modo a estabelecer que a comprovação da Destinação de Recursos pela Devedora nas SPES Conviva passe a ser realizada por meio da apresentação trimestral dos contratos de mútuo financeiro a serem celebrados entre a Devedora na qualidade de mutuante e as SPES Conviva na qualidade de mutuário, em substituição à obrigatoriedade de apresentação dos comprovantes de registro dos atos societários, deixando, portanto, de ser exigido o registro formal desses atos para fins de comprovação. Sendo que certo que, permaneça inalterado a comprovação por meio do envio do extrato bancário em valores a serem definidos conforme Relatório de Medição, nos termos da Cláusula 2.3 da CCB. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer uma das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico: juridico@bsicapital.com.br, agente.fiduciario@vortex.com.br e vgi@vortex.com.br identificando no título do e-mail a operação (CRI 23ª Emissão da Série Única), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) Participante pessoa física:** Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) Demais participantes:** Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição da diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, contendo poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 17 de abril de 2026. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (17, 18 e 21/04/2026)

A.Life Entertainment Group S.A.

CNPJ nº 11.513.881/0001-60 - NIRE nº 35.300.375.653

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Ser realizada em 27 de Abril de 2026

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2026, às 9:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Augusta, 3000, 1º andar, Cerqueira Cesar, São Paulo, SP, CEP 01412-100, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **- Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"):** 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de 2025. **- Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"):** 3) Deliberar a reforma do estatuto social, especificamente para o fim de incluir no objeto social as atividades de bar, restaurante e outros serviços de alimentação e bebida; locação de espaço para eventos; serviços de alimentação para eventos e recepções; comércio varejista de produtos alimentícios em geral; fornecimento de alimentação preparada predominantemente para consumo domiciliar; entretenimento e produção musical, com ou sem execução de música ao vivo. A documentação relativa às matérias da ordem do dia está à disposição para exame pelos Srs. Acionistas na sede da Companhia. A participação poderá ocorrer por representante legal ou procurador constituído há menos de 1 (um) ano, nos termos da Lei nº 6.404/1976. A assembleia será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por membro indicado pelos acionistas detentores da maioria do capital social presente, conforme o Artigo 7º, §2º, do Estatuto Social. São Paulo, 15 de abril de 2026. **Pedro Henrique Cristoforo Da Silveira** - Presidente do Conselho de Administração. (16, 17 e 18/04/2026)

CIA. Agrícola Fazenda Santa Adélia

CNPJ. 51.459.881/0001-44 - NIRE 3530005624-8

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de Abril de 2026, às 14h00min. com segunda chamada às 14h30min, à Rua Professora Irene Alves Toledo Lima, nº. 169, Vila Paraíso, Limeira - SP, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **Ordinária:** 1- Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 2- Eleição dos membros da Diretoria para o período de 01 de julho de 2026 a 30 de junho de 2027 e fixação de seus honorários. **Extraordinária:** 1- Esclarecer sobre o loteamento Florisa e despesas geradas. 2- Esclarecer sobre os processos existentes referente aos lotes e área do Linhão. 3- Demais esclarecimentos que se fizerem necessários. Limeira, 15 de abril de 2026. **Neyde Bassinello Tomasini** - Diretor Presidente. (16, 17 e 18/04/2026)

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br



Echoenergia Crescimento S.A.

CNPJ/MF nº 48.391.075/0001-77

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, site da Companhia: <https://echoenergia.com.br/>, site do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	71	5.906	128.704	52.201	Fornecedores	366	1.921	41.657	31.088
Fundos vinculados	-	-	1.654	40.529	Compromissos futuros	-	-	4.514	6.456
Contas a receber	-	-	39.796	23.183	Financiamentos	-	-	78.733	358.457
Compromissos futuros	-	-	4.836	6.652	Debêntures	-	-	51.251	82.563
Adiantamento a fornecedores	4	-	53	29	Obrigações tributárias	43	-	144	985
Tributos a recuperar	-	-	2.534	3.371	Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.203	-	4.211	1.983
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	277	16.665	16.923	Obrigações sociais e trabalhistas	-	638	486	1.634
Despesas pagas antecipadamente	-	-	4.747	8.070	Pagamento baseado em ações	-	90	-	124
Estoques	18	-	5.323	3.092	Adiantamento a clientes	-	-	26	26
Partes relacionadas	83	1.336	78	1.357	Partes relacionadas	1.750	2.221	1.760	2.231
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	14.125	Dividendos a Pagar	-	-	1	1
Outras contas a receber	59	-	10	2	Contas a pagar sobre aquisição	-	11.135	-	11.135
Total do ativo circulante	235	7.519	204.400	169.534	Outras contas a pagar	-	-	10	2.292
					Obrigações com controladas	134.255	-	-	-
Não circulante					Total do passivo circulante	137.617	16.005	182.793	498.974
Compromissos futuros	-	-	2.826	2.946	Não circulante				
Fundos vinculados	-	-	54.753	-	Financiamentos	-	-	1.059.234	780.919
Partes relacionadas	69.176	-	-	-	Debêntures	-	-	1.018.784	971.061
Depósitos judiciais	-	-	1.050	872	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	286	2.666
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	1.646	Provisão para desmobilização	-	-	92.939	89.796
Outras contas a receber	-	-	19	2	Tributos diferidos	-	-	63	94
Investimentos	115.620	640.051	-	-	Compromissos futuros	-	-	2.220	2.129
Direito de uso	-	-	82.245	84.293	Outras contas a pagar	-	-	-	790
Imobilizado	22.367	22.151	2.054.254	2.739.810	Total do passivo não circulante	137.617	16.005	2.173.526	1.847.455
Intangível	46.471	46.396	48.406	47.438	Total do passivo	275.234	32.010	3.996.319	3.346.429
Total do ativo não circulante	253.634	708.598	2.243.553	2.877.007	Patrimônio líquido				
Total do ativo	253.869	716.117	2.447.953	3.046.541	Capital social	1.048.981	863.140	1.048.981	863.140
					Prejuízos acumulados	(933.440)	(167.598)	(933.440)	(167.598)
					Ajuste de avaliação patrimonial	711	-	(203.468)	-
					Outros resultados abrangentes	-	4.570	-	4.570
					Total do patrimônio líquido	116.252	700.112	(87.927)	700.112
					Participação de não controladores	-	-	179.561	-
					Total do passivo e patrimônio líquido	253.869	716.117	2.447.953	3.046.541

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	-	-	394.102	136.912
Custos de operação	-	-	(300.183)	(92.575)
Lucro bruto	-	-	93.919	44.337
Despesas gerais e administrativas	(17)	(180)	(14.896)	(6.058)
Resultado com equivalência patrimonial	(771.303)	(116.592)	-	-
Perda por redução ao valor recuperável (Impairment)	-	-	(607.963)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	451	(50.071)	2.362	(49.753)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras	(770.869)	(166.843)	(526.578)	(11.474)
Receitas financeiras	6.964	310	19.354	9.424

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	746.840	(1.000)	-	(13.220)
Aumento de capital	116.300	1.000	-	-
Reserva de hedge	-	-	-	17.790
Prejuízo do exercício	-	-	-	(166.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	863.140	-	4.570	(167.598)
Aumento de capital	185.841	-	-	185.841
Constituição de reserva	-	-	711	-
Perda na participação relativa (nota explicativa 8)	-	-	-	-
Reserva de hedge	-	-	-	(4.570)
Transação entre sócios	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(765.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.048.981	-	711	(933.440)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – a. Constituição e capacidade produtiva: A Echoenergia Crescimento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.171, – 15º andar, Torre Ebony Tower, Edifício Rochaverá, Vila Gertrudes, capital do estado de São Paulo. Constituída em 24 de outubro de 2022, a Companhia é uma Holding que detém participação integral em empresas com foco em implementação e exploração de ativos de geração e comercialização de energia elétrica de fontes renováveis, com suas atividades de geração distribuídas nos estados da Bahia, Piauí e Rio Grande do Norte. As controladas da Companhia cujo objeto social é geração de energia elétrica são Produtores Independentes de Energia Elétrica, tendo todas as sociedades autorização do Poder Concedente conforme definido na Lei nº 9.074/95. Em 31 de dezembro de 2025, os empreendimentos

da Companhia possuem 573,18 MW de capacidade instalada, através de 14 controladas. As atividades da Companhia e suas controladas são fiscalizadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. Os termos abaixo podem ser utilizados ao longo destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma abreviada: • ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica • CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica • MRE – Mecanismo de Realocação de Energia • PLD – Preço de Liquidação das Diferenças • MCP – Mercado de Curto Prazo. **1.1. Projetos de geração solar:** Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo e autorizações para exploração de energia solar:

Companhia	Outorga	Início Outorga	Final Outorga	Capacidade instalada (MW)	Tipo de contrato (a)	Garantia física (MWh)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
Sertão Solar Barreiras XV S.A.	10006/2021	25/05/2021	24/05/2056	50,00	ACL	16,7	IPCA	Abril
Sertão Solar Barreiras XVI S.A.	10007/2021	25/05/2021	24/05/2056	50,00	ACL	16,7	IPCA	Abril
Sertão Solar Barreiras XVII S.A.	10008/2021	25/05/2021	24/05/2056	50,00	ACL	16,7	IPCA	Abril
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A.	10009/2021	25/05/2021	24/05/2056	50,00	ACL	16,8	IPCA	Abril
Sertão Solar Barreiras XIX S.A.	10010/2021	25/05/2021	24/05/2056	50,00	ACL	16,8	IPCA	Abril
Sertão Solar Barreiras XX S.A.	10011/2021	25/05/2021	24/05/2056	50,00	ACL	16,8	IPCA	Abril
Sertão Solar Barreiras XXI S.A.	10012/2021	25/05/2021	24/05/2056	50,00	ACL	16,7	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves I	8012/2019	01/08/2019	31/07/2054	16,92	ACL	5,2	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves II	8013/2019	01/08/2019	31/07/2054	40,75	ACL	11,4	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves III	8014/2019	01/08/2019	31/07/2054	40,75	ACL	11,4	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves IV	8015/2019	01/08/2019	31/07/2054	20,69	ACL	6,2	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves V	9155/2020	21/08/2020	20/08/2055	36,99	ACL	10,3	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves VI	9156/2020	21/08/2020	20/08/2055	33,54	ACL	9,3	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves VII	9157/2020	21/08/2020	20/08/2055	33,54	ACL	9,3	IPCA	Abril

(a) Todos os contratos das Companhias têm vigência média de 22 anos.
2. Base de preparação – a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC divulgado em novembro de 2023, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 25 de março de 2026.

Diretoria Executiva	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Liu Gonçalves de Aquino – Diretor Presidente	Raimundo Barretto Bastos – Diretor Financeiro
	Bruno Ortega Janjacomo – Gerente de contabilidade – CRC 1SP-331.491/0-4

Aos Acionistas e Diretores da Echoenergia Crescimento S.A. | São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Echoenergia Crescimento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza (CE), 25 de março de 2026.

PUBLICIDADE LEGAL

LRC Midia Out Of Home Ltda.

CNPJ/MF nº 14.707.203/0001-27 – NIRE 35.232.905.443

24ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento, **Neoh Participações S.A.**, CNPJ nº 30.407.131/0001-59, com sede na Alameda Rio Negro, nº 503, 23º andar, conjunto 2301, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, Barueri-SP, representada por **Leonardo Rondon Chebly**, RG nº MG-7.604.518 SSP/MG, CPF nº 032.761.896-58, Única sócia da **LRC Midia Out Of Home Ltda.**, com sede na Alameda Rio Negro, nº 503, 23º andar, sala 2308B, Alphaville – Centro Industrial e Empresarial, Barueri-SP (“Sociedade”), **Resolve** promover a **24ª alteração** do Contrato Social, nos termos e condições estipuladas abaixo, observado o artigo 1.072, § 3º, da Lei nº 10.406/2002 (“Código Civil”). E na qualidade de sócia ingressante, **JC3D Inovação Multimídia Ltda.**, CNPJ nº 09.363.092/0001-49, com sede na Alameda Oscar Niemeyer, nº 288, conj. 503, Vale do Sereno, Nova Lima/MG, representada por **Leonardo Rondon Chebly**, já qualificado. **1. Cessão e Transferência de Quotas. 1.1.** A única sócia da Sociedade, neste ato, cede e transfere de forma onerosa, 1 quota de sua titularidade, de R\$1,00, à **JC3D Inovação Multimídia Ltda.**, que ora ingressa na Sociedade, assumindo todos os direitos e obrigações inerentes e constantes do Contrato Social, do qual declara ter pleno conhecimento. Ambas outorgam-se plena, ampla irrevogável e irratável quitação com relação à cessão e transferência ora mencionada, nada mais podendo exigir um do outro a qualquer título, a qualquer tempo. **1.2.** As Sócios resolvem alterar a Cláusula Quarta do Contrato Social. **2. Transformação do Tipo Societário em Sociedade por Ações. 2.1.** As Sócios decidem, por unanimidade, aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade, que passará de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, passando a ser regida pela Lei das Sociedades por Ações e demais dispositivos aplicáveis (“Transformação”). **2.2.** Inexistindo quaisquer impedimentos legais e satisfeitos todos os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade manterá a mesma estrutura e integridade, operando com os mesmos ativos e passivos, sem sofrer qualquer solução de continuidade em seus negócios, garantidos os direitos dos credores, situação essa que os acionistas reconhecem a priori, sem quaisquer restrições, convertendo-se as respectivas participações da Sociedade ora transformada, em subscrição e integralização do novo capital social. **2.3.** A Companhia passa a adotar a denominação social de **“LRC Midia Out Of Home S.A.”**. **2.4.** Em decorrência da Transformação, foi aprovada a conversão das atuais 11.544.201 quotas representativas do capital social, de R\$1,00 cada, em 11.544.201 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, correspondendo o valor de emissão de cada ação a R\$1,00, recebendo as Subscritoras a integralidade das ações. **3. Diretoria. 3.1.** As Sócios, agora acionistas, decidem por unanimidade, que a administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 1 e, no máximo, 3 Diretores, com mandato de 3 anos, sendo 1 Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, acionistas ou não, permitida a reeleição. **3.2.** Foi aprovada a eleição do Sr. **Leonardo Rondon Chebly**, já qualificado, para o cargo de Diretor Presidente, o qual toma posse nesta data, com mandato de 3 anos a contar desta data. A remuneração da Diretoria será oportunamente fixada pelas acionistas. **3.2.1.** O Diretor eleito e empossado aceita o cargo e se declara, sob as penas da lei, ciente de que qualquer declaração falsa importa responsabilidade criminal, que não está impedido por lei especial, ou condenado por pena ou condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou que os impeçam de exercer atividades empresariais ou a administração de sociedades empresariais; possui reputação ilibada; e não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm interesse conflitante com o da Companhia. **4. Estatuto Social. 4.1.** Por fim, as Acionistas decidem, por unanimidade, aprovar a redação do Estatuto Social da Companhia. **4.2.** Cumpridas todas as formalidades legais, fica definitivamente transformado o tipo societário da Sociedade, sendo a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a efetivação da Transformação. Barueri/SP, 25/03/2026. **Acionistas: Neoh Participações S.A. Leonardo Rondon Chebly; JC3D Inovação Multimídia Ltda. Leonardo Rondon Chebly. Visto da Advogada: Ana Carolina Guimarães Nogueira OAB/MG 115.396. Anexo III – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação Social, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º. A LRC Midia Out Of Home S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado e cujas atividades se iniciaram em 01/09/2011, regida pelo disposto no presente Estatuto Social, e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). § 1º. A Companhia e suas acionistas respeitarão, naquilo que for pertinente, o Acordo de Acionistas celebrado entre os acionistas da **Neoh Participações S.A.**, em 02/08/2024, conforme alterado (“Acordo de Acionistas”). § 2º. A Companhia utilizará o nome de fantasia **“NEOOH”**. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 503, 23º andar, sala 2308B, bairro Alphaville – Centro Industrial e Empresarial, CEP 06.454-000, podendo, a critério da Diretoria, abrir filiais, escritórios e representações em qualquer ponto do território nacional, obedecidas as disposições legais vigentes. **Parágrafo Único.** A Companhia possui filiais nas seguintes localidades: (i) na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Senador Salgado Filho, nº 00001, 1º Pavimento – Terminal de Embarque, AL 1035 e AL 1037, CEP 20021-340, com inscrição no CNPJ sob o nº 14.707.203/0002-08 e na Junta Comercial do Rio de Janeiro (“JUCERJ”) sob o NIRE 33.901.609.088, tendo como objeto social única e exclusivamente a prestação de serviços de gestão de ambiente de escritórios compartilhados, Coworking, serviços de escritório virtual, serviços de assessoria administrativa e outras atividades de publicidade; (ii) na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Santos Dumont, KM 66, S/N, Prédio Administrativo, Parque Viracopos, CEP 13052-900, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 14.707.203/0003-99 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.906.440.598, que exerce as seguintes atividades descritas no objeto social: a prestação de serviços de criação, veiculação e divulgação de materiais de publicidade e propaganda por qualquer meio; instalação de monitores e equipamentos destinados à informação e promoção publicitária; e outros serviços de escritório e apoio administrativo; (iii) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida dos Andradas, nº 3.000, andar 9, sala 91, bairro Santa Efigênia, CEP 30.260-070, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 14.707.203/0004-70 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“JUCEMG”) sob o NIRE 31920183781, que exerce as atividades descritas no objeto social, quais sejam: a prestação de serviços de criação, veiculação e divulgação de materiais de publicidade e propaganda por qualquer meio, prestação de serviços de veiculação e divulgação de materiais de publicidade e propaganda por qualquer meio, organização e realização de eventos, instalação de monitores e equipamentos destinados à informação e promoção publicitária, locação de espaço publicitário para divulgação de materiais de publicidade, propaganda, mídias eletrônicas, representação de veículos de comunicação para venda de tempo ou espaço de publicidade a clientes, a colocação, em nome de clientes, de material publicitário em veículos de comunicação, bem como consultoria em publicidade, serviços**

de gestão de ambiente de escritórios compartilhados, Coworking, assistência prestada a empresas em planejamento, organização, controle e gestão, escritório virtual, serviços de assessoria administrativa e outras atividades de publicidade; e (iv) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 12º andar, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, com inscrição no CNPJ sob o nº 14.707.203/0005-50 e na JUCESP sob o NIRE 35.907.37002-0, que exerce as atividades descritas no objeto social, quais sejam: a prestação de serviços de criação, veiculação e divulgação de materiais de publicidade e propaganda por qualquer meio, prestação de serviços de veiculação e divulgação de materiais de publicidade e propaganda por qualquer meio, organização e realização de eventos, instalação de monitores e equipamentos destinados à informação e promoção publicitária, locação de espaço publicitário para divulgação de materiais de publicidade, propaganda, mídias eletrônicas, representação de veículos de comunicação para venda de tempo ou espaço de publicidade a clientes, a colocação, em nome de clientes, de material publicitário em veículos de comunicação, bem como consultoria em publicidade, serviços de gestão de ambiente de escritórios compartilhados, Coworking, assistência prestada a empresas em planejamento, organização, controle e gestão, escritório virtual, serviços de assessoria administrativa e outras atividades de publicidade. **Artigo 3º.** A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços de criação, veiculação e divulgação de materiais de publicidade e propaganda por qualquer meio, prestação de serviços de veiculação e divulgação de materiais de publicidade e propaganda por qualquer meio, organização e realização de eventos, instalação de monitores e equipamentos destinados à informação e promoção publicitária, locação de espaço publicitário para divulgação de materiais de publicidade, propaganda, mídias eletrônicas, representação de veículos de comunicação para venda de tempo ou espaço de publicidade a clientes, a colocação, em nome de clientes, de material publicitário em veículos de comunicação, bem como consultoria em publicidade, serviços de gestão de ambiente de escritórios compartilhados, Coworking, assistência prestada a empresas em planejamento, organização, controle e gestão, escritório virtual, serviços de assessoria administrativa e outras atividades de publicidade. **Artigo 4º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$11.544.201,00, dividido em 11.544.201 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 5º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, do Acordo de Acionistas, quando aplicável, e do presente Estatuto Social, e o direito ao recebimento de dividendos na proporção do capital social. **§ 1º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **§ 2º.** As ações da Companhia não poderão ser caucionadas, empenhadas ou de qualquer forma oneradas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização da integralidade dos acionistas. As ações da Companhia não são passíveis de garantir qualquer obrigação pessoal dos acionistas. Fica ainda vedada a emissão de partes beneficiárias. **Artigo 6º.** Na ocasião de aumento do capital social da Companhia, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das suas respectivas participações no capital social, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 7º.** A Assembleia Geral da Companhia tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as deliberações que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo convocada, instalada e realizada para os fins e na forma prevista em lei, tomando-se as deliberações com o quórum legalmente previsto, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Artigo 8º.** A Assembleia Geral da Companhia deverá analisar e deliberar sobre as matérias abaixo, além daquelas previstas por lei: **a)** qualquer alteração do objeto social da Companhia para inclusão de atividades não abrangidas no segmento de mídia out of home (OOH) e mídia exterior e de serviços de digital signage em TV corporativa e varejo, exceto com relação a mudanças e/ou inclusão de atividades dentro da área/indústria de comunicação; **b)** venda, arrendamento e/ou operação de ativos fixos da Companhia, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, em valor superior a R\$2.000.000,00, excetuadas (i) operações de venda de equipamentos eletrônicos, incluindo telas e outros equipamentos relacionados, no curso normal dos negócios, e (ii) operações de venda de veículos, as quais poderão ser aprovadas pela administração da Companhia nos termos deste Estatuto Social; **c)** realização de investimentos em novos negócios fora do escopo de atuação atual da Companhia (i.e., fora da indústria de comunicação); **d)** aquisição de ativos fixos em montante superior ao previsto no orçamento anual aprovado pela administração da Companhia, exceto pela aquisição dos LEDs e telas em leasing/aluguel no curso normal dos negócios, as quais poderão ser aprovadas pela administração da Companhia nos termos deste Estatuto Social; **e)** realização, pela Companhia, de qualquer operação de alienação ou aquisição de ativos, negócios e/ou participação no capital social, em grupo de sociedades e/ou valores mobiliários de uma pessoa jurídica, inclusive por meio de combinação de negócios ou operações societárias como fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão, transformação ou qualquer outra forma de reestruturação ou reorganização societária, desde que envolva terceiros (“Operação de M&A”); **f)** quaisquer negócios, transações e/ou relações comerciais entre, de um lado, os acionistas da Companhia, suas afiliadas ou partes relacionadas ou administradores, e, de outro lado, a Companhia; **g)** instituição, alteração ou extinção de quaisquer planos de remuneração da Companhia em ações/quotas ou similares, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; **h)** dissolução, liquidação ou cessação do estado de liquidação da Companhia, incluindo a eleição do liquidante e aprovação de suas contas, pedido de recuperação judicial e extrajudicial ou autofalência da Companhia; **i)** renúncia e/ou perdão de obrigações de terceiros à Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 1.000.000,00; **j)** concessão de garantias, seguros ou avais em nome da Companhia, em favor de obrigações de terceiros; **k)** a provação e/ou concessão de empréstimos, doações e/ou linhas de crédito a terceiros, realizadas pela Companhia; e **l)** a contratação de qualquer endividamento ou operação financeira (incluindo emissão de debêntures simples ou notas promissórias), que faça com que o endividamento da Companhia (em conjunto com a sociedade-alvo objeto da Operação de M&A, caso aplicável) para capital de giro supere, a qualquer tempo (a) em 3,5x (três vezes e meia) o EBITDA da Companhia dos últimos 12 meses ou (b) o montante de R\$ 90.000.000,00, o que for maior entre (a) e (b), observados os termos do Acordo de Acionistas da acionista Neoh Participações S.A., sendo certo que não estão sujeitos à aprovação da Assembleia Geral: (i) financiamentos que tenham como objetivo específico a aquisição dos LEDs e/ou telas no curso normal dos negócios; e (ii) a tomada de dívidas para fins de aquisição de participações em outras sociedades. **Parágrafo Único.** As deliberações envolvendo as matérias relacionadas nos itens “a” a “l” acima estão sujeitas a aprovação prévia dos acionistas da **Neoh Participações S.A.**, observado o quórum de aprovação previsto no Acordo de Acionistas. **Artigo 9º.** Os acionistas se reunirão em Assembleia Geral Ordinária dentro dos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias dispostas na Lei das Sociedades por Ações, e em Assembleia Geral Extraordinária, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ 1º.** As Assembleias Gerais serão convocadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações, por

meio de edital publicado por qualquer acionista ou qualquer membro da Diretoria, bem como por correio eletrônico (e-mail) enviado aos acionistas, com, pelo menos, 8 dias de antecedência, em primeira convocação, e com 5 dias de antecedência, em segunda convocação. A convocação deverá conter o local, a data e a hora, a pauta dos assuntos a serem tratados, bem como ser acompanhada de todos e quaisquer documentos que devam ser analisados ou aprovados na Assembleia Geral a ser realizada ou que sirvam de fundamento para as deliberações a serem tomadas. As formalidades de convocação estarão dispensadas se presentes os acionistas que representem a totalidade do capital social votante da Companhia. **§ 2º.** As Assembleias Gerais poderão ser realizadas presencialmente, na sede da Companhia, ou remotamente, nos termos deste Estatuto Social e da legislação e regulamentação vigentes. **§ 3º.** As Assembleias Gerais serão instaladas: (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, pelo menos, a maioria do capital social votante da Companhia, exceto se a ordem do dia contiver qualquer matéria sujeita a quórum qualificado, conforme previsto no Acordo de Acionistas da Companhia, hipótese em que o quórum de instalação em primeira convocação será equivalente ao quórum mínimo de aprovação; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **§ 4º.** As Assembleias Gerais serão dirigidas por um presidente e um secretário. O Presidente da Mesa deverá ser eleito pela maioria dos acionistas presentes, e o Presidente, por sua vez, deverá indicar o Secretário. **Artigo 10º.** As deliberações das Assembleias Gerais com relação a qualquer matéria, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e no Acordo de Acionistas, deverão ser tomadas, em qualquer convocação, por voto afirmativo de acionistas representando, pelo menos, a maioria do capital social votante da Companhia, exceto se maioria qualificada for requerida pela Lei das Sociedades por Ações, e observado o Acordo de Acionistas da **Neoh Participações S.A. Capítulo IV – Administração da Companhia. Artigo 11º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 1 e, no máximo, 3 Diretores, sendo 1 Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, todos os quais deverão ter residência fiscal no país, acionistas ou não, permitida a reeleição. As atribuições e competências dos Diretores serão aquelas estipuladas em lei e neste Estatuto Social. **§ 1º.** A Diretoria é um órgão executivo e de representação da Companhia, cabendo-lhe assegurar o seu funcionamento regular, tendo plenos poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que, por lei ou por este Estatuto Social, sejam de competência privativa da Assembleia Geral, incluindo, mas não se limitando, às matérias referidas no Artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações. **§ 2º.** Cada membro da Diretoria deve exercer seu mandato por um período de 3 anos até seu sucessor tomar posse ou, antes dessa data, até o seu falecimento, renúncia ou destituição. A reeleição é permitida aos membros da Diretoria, não havendo limite de número máximo de mandatos consecutivos. O mandato de um Diretor deve se iniciar na data de assinatura do termo de posse pertinente. **§ 3º.** Os Diretores representarão ativa e passivamente a Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas e pela legislação aplicável. **§ 4º.** A remuneração da Diretoria da Companhia será determinada pelos seus acionistas, observadas as disposições do Acordo de Acionistas. **Artigo 12º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 2 dias, sendo dispensada tal convocação caso estejam presentes todos os Diretores. **§ 1º.** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes. **§ 2º.** As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio. **Artigo 13º.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, só será válida mediante assinatura: (i) do Diretor Presidente; ou (ii) do Diretor Presidente em conjunto com um Diretor sem designação específica; ou (iii) de 1 ou mais procuradores, devidamente constituídos pelo Diretor Presidente, em nome da Companhia, para todos os atos de interesses sociais, conferindo poderes que deverão estar expressos no instrumento de mandato. **§ 1º.** O Diretor Presidente e demais Diretores da Companhia que forem eleitos deverão ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios. **§ 2º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 14º.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, e suplentes em igual número, de caráter não permanente, que será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas nos casos previstos em lei, a qual aprovará ainda a eleição dos seus membros. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros. Artigo 15º.** O exercício social da Companhia iniciará-se em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro do mesmo ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas por lei com base na escrituração contábil, exprimindo com clareza a situação do patrimônio da sociedade e as mutações ocorridas, observadas as normas então vigentes. **Artigo 16º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **§ 1º.** O lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o caput deste Artigo 16, terá a seguinte destinação: i. 5% do valor total do lucro líquido, após a dedução do caput do Artigo 16, será destinado para a constituição da reserva legal, até esta alcançar 20% do capital social ou ser dispensada na forma da lei aplicável; ii. 1% do montante do lucro líquido após a dedução do item (i) acima será destinado para pagamento de dividendo obrigatório aos seus acionistas, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e observadas as disposições do Acordo de Acionistas; e iii. o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **§ 2º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, e, por deliberação da Assembleia Geral, declarar e distribuir dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas. **Capítulo VII – Liquidação. Artigo 17º.** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante. **Artigo 18º.** No caso de liquidação da Companhia, depois de pagos ou garantidos os credores, serão apurados os haveres sociais, sendo que o ativo remanescente, se existente, deverá ser distribuído ao acionista, na proporção do número de ações por ele detidas no capital social da Companhia. **Artigo 19º.** Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. **Capítulo VIII – Foro. Artigo 20º.** Fica eleito o foro da cidade de Barueri/SP para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Estatuto Social, preterindo-se qualquer outro, por mais especial que seja. Barueri/SP, 25/03/2026. **Visto da Advogada: Ana Carolina Guimarães Nogueira OAB/MG 115.396.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 172.268/26-6 e NIRE 35.300.691.466 em 09/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

**DATA
MERCANTIL** São Paulo

Facchini Participações S.A.

CNPJ/MF nº 03.382.586/0001-94

Aviso – Demonstrações Financeiras Resumidas em Atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das Demonstrações Financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As Demonstrações Financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo Relatório do Auditor Independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/.

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	1	1.170.068	1.169.193	Fornecedores				358.337	386.021
Contas a receber de clientes	6	–	–	342.513	278.494	Empréstimos e financiamentos	13	–	–	230.847	118.633
Contas a receber – Partes relacionadas	–	–	–	1.464	–	Arrendamento mercantil	14	–	–	2.740	3.550
Estoques	7	–	–	678.665	823.522	Arrendamento a pagar	9	–	–	1.919	1.853
Impostos a recuperar	10	47	41	72.887	40.623	Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	–	–	49.360	50.573
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	24.457	60.206	Obrigações trabalhistas	–	–	–	72.398	78.762
Dividendos a receber	15	258.129	156.590	–	–	Obrigações fiscais	–	–	–	11.466	24.853
Outros ativos	–	–	–	26.426	30.858	Faturamento antecipado	16	–	–	79.431	119.393
Total do ativo circulante	258.181	156.632	2.316.480	2.402.896		Antecipação de clientes	17	–	–	39.834	38.504
Não circulante						Dividendos a pagar	19	257.588	155.975	257.588	155.975
Contas a receber de clientes	6	–	–	71	23.584	Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	7.747	3.889
Impostos a recuperar	10	–	–	23.196	22.222	Outros passivos	–	–	–	33.800	37.122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	–	–	447	–	Total do passivo circulante	257.588	155.975	1.145.467	1.019.128	
Outros ativos	–	–	–	24.046	8.592	Não circulante					
Investimentos	12	2.237.224	2.227.663	–	–	Fornecedores	–	–	–	12.695	–
Intangível	–	–	–	77	103	Empréstimos e financiamentos	13	–	–	406.346	427.195
Imobilizado	8	–	–	1.422.465	1.211.690	Arrendamento mercantil	14	–	–	3.566	6.120
Ativos de direito de uso	9	–	–	186.766	74.290	Arrendamento a pagar	9	–	–	5.351	2.395
Total do ativo não circulante	2.237.224	2.227.663	1.657.068	1.340.481		Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	–	–	155.104	33.571
Total do ativo	2.495.405	2.384.295	3.973.548	3.743.377		Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	–	–	–	19.239
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.											
Demonstrações dos Resultados Abrangentes											
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)											
Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado		Total do passivo não circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	Patrimônio líquido	19	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	182.044	471.210	182.044	471.210	Capital social		1.084.729	1.068.522	1.084.729	1.068.522	
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.											
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)											
Saldo em 31 de dezembro de 2023	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		Dividendos Adicionais	Lucros acumulados	Total			
				Reserva de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais						
Aumento de capital mediante incorporação de reserva	19(b)	68.522	80.515	737.348	69.964	–	–	1.887.827			
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Destinação do lucro líquido do exercício:							471.210	471.210			
Reserva legal	19(c)	–	22.703	–	–	–	(22.703)	–			
Reserva de incentivos fiscais	19(d)	–	–	–	17.146	–	(17.146)	–			
Dividendos aprovados	19(f)	–	–	(126.404)	–	–	(4.313)	(130.717)			
Reserva de capital de giro	19(e)	–	–	427.048	–	–	(427.048)	–			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13	1.068.522	103.218	1.037.992	18.588	–	–	2.228.320			
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	–	(44.937)	(44.937)			
Aumento de capital mediante incorporação de reserva	19(b)	16.207	–	–	–	–	–	–			
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	182.044	182.044			
Destinação do lucro líquido do exercício:							–	–			
Reserva legal	19(c)	–	9.102	–	–	–	(9.102)	–			
Reserva de incentivos fiscais	19(d)	–	–	–	417	–	(417)	–			
Dividendos adicionais propostos para apreciação em AGO	19(f)	–	–	(174.069)	–	299.932	(125.863)	–			
Dividendos aprovados	19(f)	–	–	(125.885)	–	–	(1.725)	(127.610)			
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.084.729	112.320	738.038	2.798	299.932	–	–	2.237.817			
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.											

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	20	–	–	2.834.395	3.482.187
Custo dos produtos e serviços vendidos	21	–	–	(2.258.518)	(2.547.929)
Lucro bruto				575.877	934.258
(Despesas) receitas operacionais					
Comerciais	21	–	–	(232.426)	(222.491)
Administrativas e gerais	21	(78)	(67)	(155.591)	(142.620)
Honorários da administração	21	–	–	(12.000)	(10.215)
Equivalência patrimonial em controlada	12	182.117	471.273	–	–
Outras receitas operacionais, líquidas	22	–	–	22.526	16.048
Lucro operacional antes do resultado financeiro		182.039	471.206	(377.491)	(359.278)
Resultado financeiro	23	5	4	216.544	210.976
Receitas financeiras	–	–	–	(228.319)	(100.768)
Despesas financeiras	–	–	–	59.569	9.842
Varição monetária e cambial, líquidas	5	4	4	47.794	120.050
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		182.044	471.210	246.180	695.030
Imposto de renda e contribuição social	11	–	–	(60.673)	(201.891)
Corrente	–	–	–	(3.463)	(21.929)
Diferido	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		182.044	471.210	182.044	471.210
Quantidade ponderado de ações do capital social	–	2.290.000	2.290.000	2.290.000	2.290.000
Lucro básico e diluído por ação – R\$		79,50	205,77	79,50	205,77
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		182.044	471.210	182.044	471.210
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa originado das atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	–	–	3.463	21.929
Depreciação imobilizado e ativo de direito de uso	8 e 9	–	–	172.313	146.646
Amortização	–	–	–	25	21
Gainho na baixa do ativo imobilizado	–	–	–	(1.207)	(2.538)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	–	–	490	3.495
Provisão p/ comissão s/ vendas	–	–	–	(1.157)	1.315
Provisão para perda na realização de estoques	–	–	–	4.069	(4.591)
Provisão de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	–	–	(207)	(1.175)
Ajuste a valor presente – contas a receber	–	–	–	(2.432)	10.246
Ajuste a valor presente – fornecedores	–	–	–	(5.364)	–
Provisão para garantia	–	–	–	(1.469)	4.036
Equivalência patrimonial	12 (182.117)	(471.273)	–	–	–
Diferença de variação cambial, líquida	–	–	–	(67.869)	7
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	39.607	(61.242)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos, tributos parcelados e arrendamentos	–	–	–	125.879	74.209
Lucro líquido do exercício		(73)	(63)	448.185	663.568
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	–	–	–	(38.564)	(27.241)
Partes relacionadas	–	–	–	(1.464)	–
Estoques	–	–	–	140.788	(94.818)
Impostos a recuperar	(6)	(6)	(6)	(33.238)	3.471
Outros ativos	–	–	–	(11.022)	(9.067)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores	–	–	–	(27.125)	(67.088)
Obrigações fiscais	–	–	–	33.580	182.622
Parcelamento de Tributos	–	–	–	(953)	(4.212)
Faturamento antecipado	–	–	–	(39.962)	12.669
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações	–	–	–	(10.822)	(4.975)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(79)	(69)	11.218	654.929
Juros pagos durante o exercício	–	–	–	(95.414)	(63.180)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	–	(46.026)	(185.359)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(79)	(69)	317.963	406.390
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:					
Valor recebido na venda de imobilizado	–	–	–	8.714	10.331
Recebimento de dividendos	26.080	19.259	–	–	–
Adições de intangível	–	–	–	–	(86)
Adições ao ativo imobilizado	–	–	–	(316.747)	(377.217)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		26.080	19.259	(308.033)	(366.672)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos:					
Empréstimos e financiamentos – captações	–	–	–	200.326	258.063
Empréstimos e financiamentos e leasing – pagamentos	–	–	–	(112.542)	(147.094)
Pagamento arrendamento	–	–	–	(70.843)	(63.811)
Dividendos pagos	19 (25.997)	(19.193)	(25.997)	–	(19.260)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(25.997)	(19.193)	(9.056)	27.898
Aumento de caixa e equivalente de caixa		4	(2)	874	67.380
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício	1	3	1.169.194	1.101.813	
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício	5	1	1.170.068	1.169.193	
Movimentação não caixa: Aquisições de ativo imobilizado ainda não liquidadas no final do exercício	–	–	–	17.500	16.850
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Facchini Participações S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Grupo”), empresa fundada em 1999 e “holding”, controladora do Grupo Facchini, tem como controlada a Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo, conforme apresentado na nota nº 12. A Companhia, com sede em São Paulo-SP, tem por objetivo social a administração de outras sociedades, participações e investimentos. A controlada Facchini S.A. dispõe de incentivo fiscal em seus estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Pernambuco (PE), Bahia (BA), Pará (PA) e Ceará (CE) conforme a seguir: (i) No Estado de Mato Grosso do Sul (MS), o incentivo denomina-se “MS Forte – Indústria”, conforme Lei Estadual nº 4.049/11 e Termos de Acordo nº 031/03 e nº 125/03 vigentes até 31 de dezembro de 2032, conforme terceiro Aditivo de 09 de outubro de 2018. O benefício é deduzido diretamente da apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estabelecimentos localizados nas cidades de Aparecida do Taboado (MS) e Campo Grande (MS), sendo aplicados 67% como redução do ICMS nas operações intraestadual e 80% nas operações interestadual. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Vide Nota Explicativa nº 19(d); (ii) No Estado de Mato Grosso (MT), o incentivo denomina-se “PRODECIT” – Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso, foi criado por meio da Lei Estadual nº 7.958/03, regulamentada pelo Decreto 1.432/03, Lei nº 631/2019. O benefício é deduzido diretamente da apuração do ICMS dos estabelecimentos localizados nas cidades de Cuiabá (MT) e Rondonópolis (MT), sendo aplicada autorização de crédito outorgado. Os respectivos incentivos possuem vigência de 1º de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2032, respectivamente; (iii) No Estado de Pernambuco (PE), o incentivo denomina-se “PROIND” – Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco instituído pelo Decreto nº 44.766, de 20 de julho de 2017, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da atividade industrial no Estado de Pernambuco por meio da concessão de crédito presumido relativo ao ICMS, com um redutor de 75% no caso de estabelecimento localizado na Mesorregião Metropolitana do Recife e devendo obedecer ao montante mínimo anual de recolhimento conforme o Decreto, este benefício é deduzido diretamente da apuração do ICMS do estabelecimento localizado na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE). O referido incentivo possui vigência até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido no Convênio ICMS nº 190, até 15 de dezembro de 2017; (iv) No Estado da Bahia (BA), a Companhia é beneficiária do Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia – PROIND, instituído pelo Decreto nº 18.802, de 20 de dezembro de 2018, que concede crédito presumido de ICMS correspondente a 50% do saldo devedor apurado em cada período fiscal, como redutor do imposto devido no regime de conta corrente fiscal, aplicável às operações de saída de caçambas, furgões e carrocerias. O incentivo possui vigência de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2025, tendo sido prorrogado por mais 24 meses em 2025, passando a vigorar até 30 de junho de 2027; (v) No Estado do

PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

conforme o caso. i) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i.1) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. i) **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado estão divulgados na Nota 26. ii) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao valor justo estão divulgados na Nota 26. i.2) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão divulgados na Nota 26. i.3) **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualizável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. j) **Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. j.1) **ICMS:** Representado pela dedução obtida nas apurações mensais de ICMS dos estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, o qual é registrado diretamente ao resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", considerando que o benefício obtido está diretamente relacionado ao ICMS sobre as vendas. O incentivo do Estado de Pernambuco e da Bahia, são registrados no resultado após cumprido o montante mínimo anual de recolhimento, antes disso eles são registrados na conta do passivo. Para manter estes incentivos, a Companhia tem o compromisso de manter o faturamento, além de determinado número de empregados e nível de investimentos naqueles Estados. A Companhia destina o valor deste incentivo fiscal até o limite do lucro líquido do exercício a rubrica "Reserva para incentivos fiscais". No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente do incentivo e, nesse caso, este não puder ser destinado à rubrica "Reserva para incentivos fiscais", sua destinação, de forma cumulativa até que seja destinado, ocorrerá em exercícios subsequentes (Nota 20). j.2) **Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ:** A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM visando à implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano-calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ em atividades diretamente ligadas à produção ou operação na área de atuação da SUDAM. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE visando à implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2032, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ somente nos produtos determinados no anexo I do Laudo Constitutivo. k) **Reconhecimento de receita:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferir-lhos para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. k.1) **Vendas de produtos:** O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os implementos rodoviários tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. k.2) **Prestação de serviços:** A receita referente à prestação de serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. k) **Reconhecimento de receita:** k.3) **Componente de financiamento significativo:** Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos. l) **Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. m) **Capital social – Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. n) **Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício. **2.4. Bases de consolidação e investimento em controlada:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada Facchini S.A., ambas em 31 de dezembro de 2025. A sociedade controlada está descrita na Nota Explicativa nº 12. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de

Facchini Participações S.A.

sua controlada Facchini S.A., e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga-os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito). **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 2. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:** A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outros). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. **4. Normas, alterações e interpretações de normas – a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem que a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia: **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do

Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. b) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** A Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) torna pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC nº. 1.055/05 e alterações posteriores, do Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregateadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos na aplicação dessa norma. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos:** • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as alterações forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. E permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Rubens Facchini – Diretor Presidente

Euclides Facchini Filho – Diretor Superintendente

Ailton Izaias – Contador CRC 1SP 126.674/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Facchini Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Facchini Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Facchini Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de abril de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP 027.623/FAlexandre Fermino Alvares
Contador
CRC-SP 211.793/O

MM & Santos Participações S/A

CNPJ/MF nº 30.870.079/0001-72

Aviso – Demonstrações Financeiras Resumidas em Atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/.

Balanco Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Dividendos a receber	4	85.256	51.741		
Total do ativo circulante		85.256	51.741		
Não circulante					
Investimento	5	746.088	742.922		
Total do ativo não circulante		746.088	742.922		
Total do ativo		831.344	794.663		

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	6	432.834	53.505		
Outros passivos		283	275		
Total do passivo circulante		433.117	53.780		
Patrimônio líquido					
Capital social	6	361.648	356.245		
Reserva legal		35.647	32.615		
Reserva de lucros		932	352.023		
Total do patrimônio líquido		398.227	740.883		
Total do passivo e do patrimônio líquido		831.344	794.663		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A MM & Santos Participações S.A. ("Companhia") com sede em São José do Rio Preto-SP tem por objeto social a participação, na qualidade de controladora ou não, no capital de empresas comerciais como sócia ou acionista, bem como administração de bem próprios. A Companhia possui participação societária na Facchini Participações S.A. "holding", controladora do Grupo Facchini, que por sua vez, possui participação e controla a sociedade operacional Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo. Considerando a MM & Santos é uma holding familiar, mantendo apenas investimento em sociedades do Grupo Facchini, essas demonstrações financeiras têm que ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras das sociedades Facchini Participações S.A. e Facchini S.A., cuja demonstrações financeiras foram emitidas em 10 de abril de 2026 e 27 de março de 2026, respectivamente. **2. Práticas contábeis materiais – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia e autorizadas para emissão em 10 de abril de 2026. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. A administração da Companhia não identificou em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estimativas que requerem maior nível de julgamento, sem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas não foram consideradas significativas para as essas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. O resumo das práticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, outros resultados abrangentes, tampouco instrumentos financeiros derivativos. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem outros passivos. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas (despesas) operacionais	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Administrativas e gerais	(42)	(30)		
Equivalência patrimonial	60.694	157.102		
	60.652	157.072		
Lucro líquido do exercício	60.652	157.072		
Quantidade ponderada de ações do capital social	83.406.038	83.406.038		
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,73	1,88		

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Resultado abrangente do exercício	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	60.652	157.072		
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente do exercício	60.652	157.072		

liquidadas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. c) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. A conta de reserva para incentivo fiscal representa a equivalência patrimonial reflexo da reserva de incentivo fiscal da sociedade investida Facchini Participações S.A. (Nota 6.e). d) **Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. e) **Capital social – Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. f) **Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício. g) **Investimento em coligada:** Nas demonstrações financeiras da Companhia, as informações financeiras da coligada Facchini Participações S.A., onde a Companhia mantém participação de 33,34% (2024 – 33,34%), é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mudanças das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. h) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia: **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. a) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** A Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) torna pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, do Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
				capital de giro	Reserva de incentivos fiscais		
		333.400	25.047	245.621	23.325	–	627.393
Aumento de capital mediante incorporação de reserva	6(b)	22.845	–	–	(22.845)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	157.072	157.072
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	6(d)	–	7.568	–	–	(7.568)	–
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6(e)	–	–	–	5.716	(5.716)	–
Dividendos propostos	6(c)	–	–	(42.144)	–	(1.438)	(43.582)
Reserva de capital de giro	6(f)	–	–	142.350	–	(142.350)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		356.245	32.615	345.827	6.196	–	740.883
Ajuste de Exercício Anterior							
Aumento de capital mediante incorporação de reserva	6(b)	5.403	–	–	(5.403)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	60.652	60.652
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	6(c)	–	3.032	–	–	(3.032)	–
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6(d)	–	–	–	139	(139)	–
Dividendos propostos	6(f)	–	–	(345.827)	–	(42.499)	(388.326)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		361.648	35.647	–	932	–	398.227

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	2025		2024		Fluxo de caixa de atividades de investimentos	2025	2024
	2025	2024	2025	2024			
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:					Dividendos recebidos	9.031	6.606
Equivalência patrimonial	(60.694)	(157.102)			Caixa gerado pelas atividades de investimento	9.031	6.606
	(42)	(30)			Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
					Dividendos pagos	(8.997)	(6.577)
Aumento dos passivos operacionais:					Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(8.997)	(6.577)
Outros passivos	8	1			Aumento de caixa e equivalente de caixa	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(34)	(29)			Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício	–	–
					Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício	–	–

escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos na aplicação dessa norma. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratuamente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte de sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras

Rubens Facchini – Diretor Presidente

Maria Jislaine Isaias Bento – Contadora CRC 1SP 159.572/0-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
MM & Santos Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da MM & Santos Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MM & Santos Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditoria das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e,

com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicaremos a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

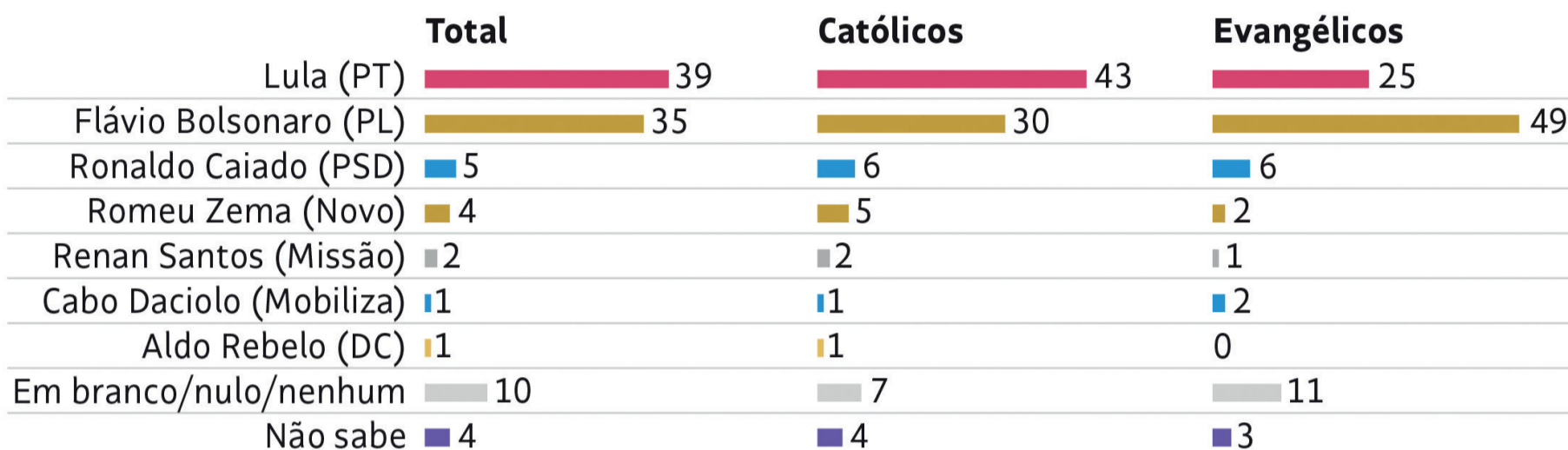
Campinas, 10 abril de 2026.
Ernst & Young Auditores Independentes S/S.
 CRC SP-027.623/F
Alexandre Ferrnino Alvares
 Contador – CRC SP-211.793/0



GRÁFICOS INFORMATIVOS

Datafolha: Flávio lidera no primeiro turno entre evangélicos, e Lula, entre católicos

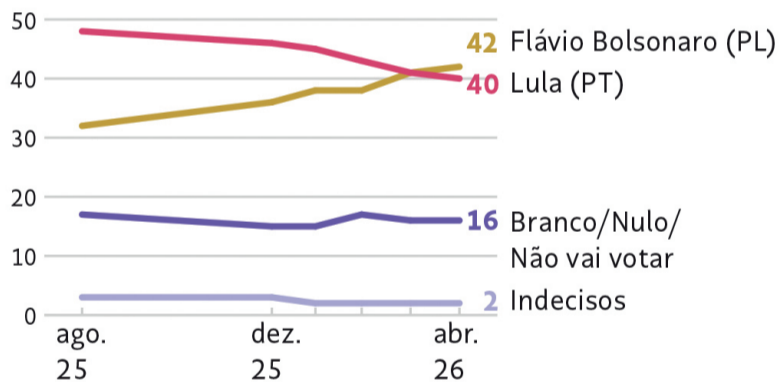
Resposta estimulada e única, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente com 2.004 pessoas de 16 anos ou mais em 137 municípios pelo Brasil dos dias 7 a 9 de abril; a margem de erro geral é de 2 p.p., para mais ou para menos, para o total da amostra, de 3 p.p. para os católicos e de 4 p.p. para os evangélicos

Em quem você votaria se o segundo turno fosse disputado entre os seguintes candidatos?

Estimulada, em %

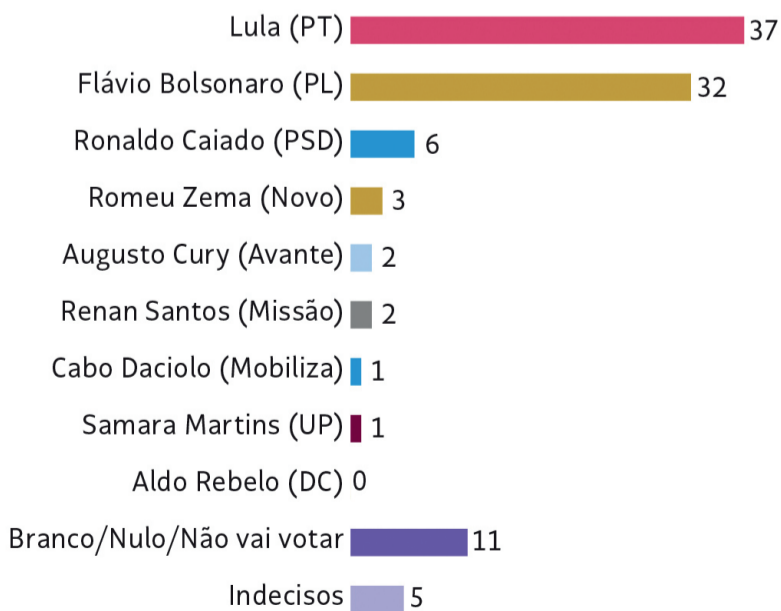


Agro brasileiro desvia exportações para o mar Vermelho após fechamento de Hormuz



Em cenário com Lula, Flávio Bolsonaro, Caiado, Zema e outros, petista lidera com 37% contra 32% do filho de Bolsonaro

Espontânea, em %



Fonte: Genial/Quaest. Pesquisa ouviu 2.004 pessoas de 9 a 13 de abril de 2026. O nível de confiança é de 95%, com margem de erro de 2 p.p. O protocolo no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é BR-09285/2026



NEGÓCIOS

Brasil tem recorde de turistas estrangeiros no 1º trimestre, com alta anual de 19,4%



O Brasil registrou recorde de entrada de turistas estrangeiros por via aérea no primeiro trimestre de 2026. Foram 2,33 milhões de visitantes internacionais, alta de 19,4% em relação a igual período do ano passado. Os números foram divulgados pelo Ministério de Portos e Aeroportos com base em informações da Polícia Federal e do Ministério do Turismo.

“Nosso objetivo é chegar, até o final do ano, a 7,5 milhões de turistas internacionais. Só no primeiro trimestre já atingimos a metade da meta”, destacou o ministro do Turismo, Gustavo Feliciano.

Considerando todos os modais – aéreo, terrestre,

marítimo e fluvial – o País também alcançou o melhor resultado da série histórica para o período, com 3,74 milhões de chegadas no trimestre. O levantamento considera exclusivamente pessoas que residem fora do Brasil, tanto estrangeiros quanto brasileiros que vivem no exterior.

Em janeiro, foram 742.848 chegadas por via aérea. O número representa crescimento de 22,15% frente ao mesmo mês de 2025. Em fevereiro, o número chegou a 835.464 visitantes (+15,44%) e, em março, a 750.934 (+21,36%).

A Argentina foi o principal emissor de turistas no período, com 780.578 visitantes, seguida por Chile (316.252) e Estados Unidos

(213.401). Entre os europeus, destacaram-se Portugal (113.765) e Alemanha (74.409).

Pelos pontos de entrada, São Paulo (855.191) e Rio de Janeiro (843.615) concentraram a maior parte dos desembarques. Santa Catarina aparece na sequência, com mais de 328 mil entradas, seguida por Bahia (83.570) e Pernambuco (52.031).

“Os resultados do trimestre refletem o esforço conjunto do governo federal para ampliar a conectividade, modernizar a infraestrutura e posicionar o Brasil como um destino cada vez mais competitivo no cenário internacional”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

IstoÉDinheiro

Justiça do DF proíbe Buser de operar fretamento colaborativo e fixa multa diária de R\$ 20 mil

A 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) determinou na quinta-feira, 16, que a Buser e empresas parceiras parem de oferecer, divulgar, intermediar ou prestar serviços de transporte sob o modelo de “fretamento colaborativo” em desacordo com as regras da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), especialmente no formato de “circuito aberto”, sob pena de multa diária mínima de R\$ 20 mil.

A sentença está sujeita a reexame necessário no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e pode ser alvo de apelação. Em nota, a Buser disse que irá recorrer.

A empresa já não estava operando na região do DF devido a uma decisão judicial anterior.

A sentença também determinou à ANTT a obrigação de realizar “efetiva fiscalização” das atividades das quatro empresas envolvidas no processo (Buser, Expresso JK, Inter Brasil, Turismo e Eventos e Agência de Viagens e Turismo

Marvin).

Na ação, movida pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre (Abrati), a associação sustenta que o modelo comercializado como “fretamento colaborativo” configuraria, na prática, prestação clandestina de transporte regular interestadual de passageiros, com impactos concorrenciais sobre empresas autorizadas do serviço público.

As rés afirmaram que a Buser atua como intermediadora tecnológica entre grupos de passageiros e transportadoras autorizadas a realizar fretamento eventual, com rateio de custos, defendendo a natureza privada da contratação.

Ao decidir, o magistrado apontou que o serviço não se enquadra perfeitamente como “serviço regular” (por depender de formação de demanda e não operar, necessariamente, em esquema previamente aprovado), mas se aproxima do fretamento eventual e turístico, cuja disciplina normativa exige a realização em “circuito fechado”.

IstoÉDinheiro

Coca-Cola distribuirá 14 figurinhas do álbum da Copa do Mundo nos seus rótulos; veja como funciona

A Coca-Cola Brasil e a Panini anunciaram nesta sexta-feira, 17, uma parceria com foco na Copa do Mundo Fifa, que começa em junho. Entre os dias 15 de abril e 15 de junho, consumidores que comprarem Coca-Cola Sabor Original ou Coca-Cola Zero Açúcar, nas embalagens de 600 ml e, em algumas regiões do Brasil, também nas embalagens de 2,5L, ganharão uma figurinha especial da Coca-Cola para colecionar no Álbum Oficial Panini da Copa do Mundo da Fifa.

A chamada “Promo Panini”, marca a união entre a bebida oficial do torneio e a licenciada exclusiva da Fifa para colecionáveis, focando

na antecipação do engajamento do consumidor a dois meses do início das vendas oficiais do álbum.

Globalmente, a projeção da companhia é que mais de um bilhão de figurinhas sejam distribuídas sob os rótulos dos produtos, reforçando a escala massiva da campanha em mercados estratégicos.

A série especial e exclusiva de figurinhas destaca as expressões dos jogadores e retrata a montanha-russa de emoções vividas em campo durante o torneio. Ao todo, são 14 nomes do futebol mundial capturados em suas “caras de jogo” – expressões que refletem a paixão e a intensidade que marcam cada momento da Copa.

“Colecionadores e fãs terão a oportunidade de reunir seus atletas favoritos, incluindo estrelas como Lamine Yamal, Virgil van Dijk, Harry Kane e o brasileiro Gabriel Magalhães”, diz a Coca-Cola em comunicado.

Os fãs também poderão gerar figurinhas digitais personalizadas ao escanear o QR Code nas embalagens. Também poderão ter a chance de ganhar packs de figurinhas digitais para colecionar no álbum virtual da Panini. Tanto a versão física quanto a virtual do álbum estarão disponíveis a partir de maio de 2026.

Segundo a Coca-Cola, estão previstas outras experiências e ativações com foco em Copa.

IstoÉDinheiro

